

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

LIZIA PACHECO PORCIUNCULA

NARRATIVAS DA ESCUTA:

IMAGENS DE UMA ESTÉTICA DO SENSÍVEL PARA O CUIDADO EM SAÚDE

PORTO ALEGRE

2013

Lizia Pacheco Porciuncula

NARRATIVAS DA ESCUTA:

Imagens de uma Estética do Sensível para o Cuidado em Saúde

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional

Orientadora Prof^a Dr^a Jaqueline Tittoni

Porto Alegre

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lizia Pacheco Porciuncula

Narrativas da Escuta:
Imagens de uma Estética do Sensível para o Cuidado em Saúde

Conceito Final: _____

Dissertação aprovada em ___/___/___ para obtenção do título de mestre em
Psicologia Social e Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Avaliadora: Prof^a. Dr^a. Andréa Vieira Zanella

Avaliadora: Prof^a. Dr^a. Analice de Lima Palombini

Avaliador: Prof. Dr. Alcides Silva de Miranda

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaqueline Tittoni

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à UFRGS que novamente me acolhe num momento em que o desejo de “voltar pra casa” surgia como retomar o conhecido... a retomada se fez morada sim, mas convocando ao novo, ao desconhecido...

Nessa acolhida do retorno à casa, agradeço imensamente a orientadora e professora Jaqueline Tittoni. Pelo reencontro, pelos novos encontros, pela aprendizagem, pelo afeto... minha escolha de orientação na entrada do mestrado se fez pelo afeto... a permanência, pela possibilidade de seguir escolhendo...obrigada Jaque pela inspiração para seguir escolhendo com liberdade;

Agradeço em especial às professoras Andrea Zanella e Analice Palombini e ao professor Alcides de Miranda, pois todos aceitaram participar da Banca Examinadora com tamanha disponibilidade e compreensão, principalmente com os prazos. À Analice endereço minha alegria por também ser um reencontro após importantes tempos de graduação;

Ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da UFRGS, professores e funcionários;

Entre os professores do PPGPSI, agradeço especialmente a Simone Mainieri Paulon, pela presença no momento da qualificação do projeto e pelo incentivo a seguir narrando, à professora Nair Silveira dos Santos, por compartilhar conhecimento com tanta generosidade e à Rosemarie Tschiedel pelo apoio e receptividade em tempos de PET-Saúde;

À professora Marta Conte, pelas contribuições também na qualificação de projeto, que reverberaram durante o processo de pesquisar e ainda se fazem presentes...

Aos colegas da turma de mestrado, pela convivência nos diferentes tempos e espaços... o conviver pode se fazer de diferentes modos...

Agradeço aos trabalhadores da equipe da Estratégia de Saúde da Família com quem compartilhei encontros, desencontros e detalhes que, às vezes, é o que nos provoca e o que nos desloca... Agradeço em especial à Daiane Benites, pelo reencontro, acolhimento e disponibilidade para o pesquisar;

Aos colegas da Casa Aberta, aos “antigos” e aos “novos” pela compreensão, apoio e principalmente pelo compartilhar o cuidado em saúde mental... sabemos que o tempo é marcado bem mais pelas intensidades do que se vive do que a cronologia das chegadas e partidas;

Ao grupo de pesquisa pela partilha da vida (também) acadêmica, agradeço em especial ao Luis, pela trajetória compartilhada; à Bruna, pela disponibilidade e acompanhamento em algumas idas ao campo;

À Lúcia Dias e a Caroline Brasil pela aposta na parceria de docência;

À Jéssica, por estar próxima, por ter se tornado próxima e por se importar...

Às companheiras queridas de residência, saúde coletiva e de vida, amigas Lucenira e Manu;

À minha família: pai, pelo legado que sigo descobrindo sempre; mãe, pela confiança que sempre confiou a mim; manas, e agora Helena, com vocês aprendi e sigo narrando histórias; vó, por ter me ensinado a ouvir histórias...

Caíco, pela convivência necessária e pela alteridade, também necessária... contigo sigo me transformando para que possamos sempre nos transformar...

“Um fotógrafo-artista me disse outra vez: veja que pingo de sol no couro de um lagarto é para nós mais importante do que o sol inteiro no corpo do mar. Falou mais: que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica, nem com balanças, nem com barômetros, etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós”.

Manoel de Barros

RESUMO

O presente estudo compreende uma pesquisa-intervenção realizada junto com trabalhadores de uma equipe de estratégia de saúde da família, no âmbito da atenção básica, na região sul de Porto Alegre/RS. O campo de pesquisa se inscreve no Sistema Único de Saúde (SUS), circunscrito pelas relações entre os setores público e privado. Iniciamos o campo de pesquisa com a pergunta sobre como a escuta poderia se colocar como uma experiência ético-estética e finalizamos experienciando junto com os trabalhadores as narrativas possíveis de uma escuta, que se dá no plano do coletivo e do comum. De objeto a escuta se fez método. São importantes operadores conceituais deste estudo: a ética do cuidado de si, narrativas da escuta e a estética do sensível. A ética do cuidado de si é problematizada na perspectiva ético-estética foucaultiana. O termo “narrativas da escuta” foi cunhado como efeito da própria experiência da pesquisa e serve para dar a ver a transformação do problema de pesquisa ao longo do processo. Da mesma forma, a estética do sensível se oferece como um desenho conceitual, ainda em construção, proveniente da experiência da pesquisa com imagens, na perspectiva da intervenção fotográfica. Esta é uma pesquisa de visibilidades, pois o escutar tem a ver com o enunciar. Parece que o perguntar foi a condição de possibilidade para um exercício ético num campo de escolhas possíveis sobre os modos de trabalhar e de se relacionar com o outro. O lugar da pergunta pode ser deslocado e recolocado como potência na medida em que acessa ao outro, mas também a si próprio, enquanto objeto de si e de transformação. A potência da escuta diz da relação com o outro e consigo mesmo que fomenta muito mais a produção de si pela alteridade, sendo que o exercício de estranhamento se faz necessário ao cuidado em saúde. Consideramos que o tornar público diz da capacidade do compartilhamento da experiência, da garantia da heterogeneidade e da possibilidade de diferir.

Palavras-chave: Público-Privado. Pesquisa-intervenção. Intervenção Fotográfica. Cuidado em Saúde. Narrativas da escuta.

ABSTRACT

This study is an intervention research conducted with employees of a team of family health strategy within primary care, in the southern region of Porto Alegre/RS. The research field falls within the Unified Health System (SUS), circumscribed by the relationships between the public and private sectors. We began the research field with the question of how listening could stand as an ethical-aesthetic experience and finished experiencing with the workers the possible narratives of listening, which occurs at the level of the collective and common. From object, the listening became method. Are important conceptual operators of this study: the ethics of self-care, narratives of the listening and aesthetics of the sensitive. The ethics of self-care is problematized in ethical-aesthetic Foucault perspective. The term "narratives of listening" was coined as an effect of the research experience itself and serves to show the processing of the search problem throughout the process. Likewise, the aesthetics of the sensitive offers itself as a conceptual design, still under construction, from the research experience with images, from the perspective of photographic intervention. This is a research of visibilities because the hearing has to do with the spelling. It seems that the questioning was the condition of possibility for an ethical exercise in a field of possible choices about the ways of working and relating with others. The questioning can be moved and relocated as a power as long as accesses another, but also to himself, as an object of itself and of transformation. The power of listening tells of relationship with others and with himself that encourages much more the production of himself by otherness, where the exercise of strangeness is necessary to health care. We consider that the becoming public is about the ability of sharing the experience, ensuring the heterogeneity and the possibility of deferring.

Key Words: Public-Private. Intervention Research. Photography Intervention. Health Care. Narratives of Listening.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO CAMPO DE ANÁLISE.....	18
2.1 A produção do sujeito ético-estético.....	18
2.2 Escuta e ética do cuidado de si.....	25
2.3 Estética do sensível: efeitos do campo de pesquisa.....	28
3 PRODUÇÃO DO PÚBLICO E DO PRIVADO.....	31
3.1 Políticas de governo, políticas públicas e políticas do comum.....	34
3.2 Público, privado e políticas de saúde no Brasil: alguns apontamentos.....	37
3.3 O contexto da relação público-privado na atenção básica em Porto Alegre.....	42
4 A PESQUISA-INTERVENÇÃO: O PESQUISAR COMO EXPERIÊNCIA.....	47
4.1 Da análise de implicação.....	57
4.2 Encontros e desencontros: o contar de um processo.....	63
4.2.1 Das condições de possibilidades da pesquisa.....	63
4.2.2 O contar do processo.....	65
5 NARRATIVAS DA ESCUTA: O DIZÍVEL, O VISÍVEL E O SENSÍVEL.....	72
5.1 Jogo do mostra-esconde.....	75
5.2 Das práticas disciplinares.....	79
5.3 Os prontuários – imagens do disciplinamento.....	87
5.4 Narrativas da escuta: deslocamentos possíveis do trabalho moral à ética.....	91
5.5 Dos territórios: encontros e desencontros.....	95
5.6 Da Educação Permanente ao trabalho de si sobre si.....	99
5.7 Das pautas às práticas de liberdade.....	102
5.8 Do oficiar.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
ANEXO I.....	132

1 INTRODUÇÃO



Tenho uma história para contar. Uma não, várias. Trata-se de contar histórias. Narrativas que me habitam, que me tomam o corpo emprestado para nele se atualizarem, se produzirem e existirem. Testemunha ocular. Auditiva. Visceral. Territórios existenciais que vão se compondo no fazer saúde, no cuidado de si que é do outro, mas também meu. Ao longo de dez anos de profissão, a tecitura de um cuidado em saúde no campo das políticas públicas se faz presente numa condição de interpolação. Interpolar com o sentido voltado para o se deixar atravessar pela inquietação do perguntar. Perguntar esse que, antes de buscar uma verdade invariável, intenta produzir verdades inacabadas com efeitos para um sujeito que ressurge a cada instante e se define no movimento, no encontro, numa constante produção de si.

O tema “Narrativas da Escuta: Imagens de uma Estética do Sensível para o Cuidado em Saúde” diz de um caminho percorrido até aqui... Convidamos o leitor a se deixar tomar pelo título desse texto como uma imagem, pois construções imagéticas podem servir como disparadores de processos sensíveis, que suportam momentos de suspensão, fissuras e desvios. A isso se propõe essa escrita – a se oferecer como um elemento disparador e condutor de processos. Tomamos a noção de conduta no sentido foucaultiano, no que se

refere ao modo como o sujeito faz a experiência de si, como se conduz na vida a partir das práticas. O narrador vai se conduzindo na medida em que tece o texto, amarra, costura e borda. Sua tarefa é oferecer um caminho possível para si e para o leitor na relação com o texto. O leitor, desde outro lugar, vai abrindo brechas, transitando aqui e ali, desconstruindo e reconstruindo possibilidades de se ler no texto. Nesse provável encontro, com desejáveis desencontros, narra-se uma experiência. Assim, a conduta de um sujeito pesquisador passa pelo ato de narrar. Logo é possível se perguntar: a pesquisa é, então, uma narrativa? O que pode uma narrativa? Para que(m) se narra?

Se aceitarmos inicialmente essas suposições, abriremos uma condição de produção de si na relação com a dissertação, quer seja de escrita ou de leitura. Se a intenção de uma pesquisa-intervenção se dá pela produção de saber em ato e na alteridade, a produção do saber se refaz nessa escrita e na revisitação da leitura.

Neste ponto retomo um dos momentos de finalização do processo da pesquisa, junto aos trabalhadores da atenção básica, quando fui interpelada pela curiosidade desses trabalhadores quanto ao que seria produzido enquanto conhecimento, a partir das narrativas fotográficas que produzimos. Desde o início, a ruptura com uma lógica de pesquisa tradicional foi problematizada pelo grupo. No entanto, o endereçamento ao pesquisador de um saber especializado insistia em se fazer presente. De certa forma, os trabalhadores tinham lá suas razões. A pesquisa-intervenção produz processos coletivos sim, porém, o narrar um processo guarda consigo um aspecto de singularidade, daquilo que torna possível contar uma história.

O desafio de uma escrita, que pretende contar uma experiência e fazer uma experiência, encontra riscos de redução à representação. Se uma narrativa de pesquisa-intervenção se propõe a continuar se produzindo ainda e também enquanto texto, se faz necessária a feitura de um texto-experiência que não se ofereça ao leitor como uma verdade, mas como um mapa possível de descoberta de caminhos. Que guarde consigo o “mistério”, como já dizia Walter Benjamin (1994). No desafio da superação da lógica da representação, cabe a intenção de ruptura com uma verdade pré-estabelecida. A representação convoca a destituição do sujeito de um saber de si, pois o saber já está logo ali, basta acessá-lo. Logo, na relação sujeito-texto que essa escrita se propõe, uma condição ética se faz presente.

Walter Benjamin, no artigo escrito em 1936 – O Narrador – ocupa-se de problematizar a raridade da narrativa no contemporâneo. O autor levanta algumas considerações sobre a perda da arte do narrar, tensionando, entre outros elementos, a primazia da informação nos tempos atuais. Pondera que, pela informação, os fatos já nos chegam esgotados por nos chegarem explicados. Grande parte da arte da narrativa estaria em evitar explicações. Dentre as propriedades da narrativa, Benjamin reconhece a partilha: “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (BENJAMIN, 1994, p. 213). Logo, podemos pensar a produção da escrita de um processo de pesquisa como potência para o compartilhamento que vai além da informação. A narrativa da pesquisa segue surtindo efeitos de novos agenciamentos para o conhecimento na medida em que vai se tecendo. E essa tecitura se faz a muitas mãos: multidão (HARDT; NEGRI, 2005)

Podemos considerar o pensamento de Bauman (2008), a fim de problematizar a questão do compartilhar, quando se refere às vidas contadas e às histórias vividas, para visibilizar a progressiva individualização da condição humana. Para o autor, o plano público e coletivo cedem espaço a modos de subjetivação cada vez mais individualizados. A condição de abandono ao qual o sujeito se percebe é efeito da destituição de recursos para manejá-lo, segundo o autor. Por conta dessa fragilidade, o autor aponta que:

As vidas vividas e as vidas contadas são [...] estreitamente interconectadas e interdependentes [...] as histórias de vidas contadas interferem nas vidas vividas antes que as vidas tenham sido vividas para serem contadas [...] vive-se a própria vida como uma história ainda a ser contada, mas a forma como deve ser tecida a história que se espera contar decide a técnica pela qual o fio da vida é tecido (BAUMAN, 2008, p. 15).

Nesse sentido, poderíamos aproximar essa reflexão à problematização dos modos como o sujeito vem se conduzindo em certos jogos de verdade, desde a perspectiva foucaultiana. Ou seja, problematizar como o sujeito se conduz enquanto sujeito de uma moral moderna, que passa pelos processos de individualização. A preocupação, antes do viver, está em ter uma história para contar. O mal estar contemporâneo passaria pela transposição de uma conduta ético-estética, que faz da vida uma obra, a um imperativo, uma moral, do contar a vida como uma obra.

Se a narrativa se coloca em risco na lógica individualista reafirmada na modernidade, com efeitos de primazia da informação e de reconfigurações ético-estéticas para uma

produção do sujeito, cabe-nos perguntar que modos de pesquisar se colocam como potência na produção e compartilhamento do saber.

Este estudo compreende uma pesquisa-intervenção realizada junto com trabalhadores de uma equipe de estratégia de saúde da família, no âmbito da atenção básica, ligada a uma zona distrital da região sul de Porto Alegre. Ao longo de cinco meses, entre julho e dezembro de 2012, acompanhamos os trabalhadores em diferentes tempos e espaços do trabalho. Andanças pelo território, visitas domiciliares, participação em grupo de cuidado em saúde com os usuários ou ações pontuais em saúde destacam essas diferentes temporalidades e espacialidades. Os momentos de reuniões de equipe, contudo, foram marcados, pelos trabalhadores, como o espaço possível da experiência compartilhada. A intervenção fotográfica, na perspectiva da pesquisa-intervenção, configura esse campo de pesquisa como uma experiência coletiva do encontro.

Esta equipe de saúde opera com ordenamentos do público e do privado, uma vez que está ligada ao plano das políticas públicas de saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS), através da gestão e assistência à saúde, ao mesmo tempo em que é administrada pelo setor privado - um hospital - em caráter filantrópico. Logo, o campo em que essa pesquisa é produzida é o campo das políticas públicas, sendo a relação público e privado transversalizadora desse estudo. Em se tratando de um campo de pesquisa circunscrito por relações agonísticas das esferas do público e do privado, esse tensionamento, mais que qualificar um determinado campo de intervenção, coloca-se como um dispositivo que atualiza as práticas em saúde no contemporâneo. Assim, à pesquisa que se ocupa do âmbito do trabalho e do cuidado em saúde nas políticas públicas caberia uma importante interrogação: o que é público nessa pesquisa? O que a torna pública? (BARROS, 2012)¹.

Nesse sentido, a pesquisa-intervenção pode operar como um campo de práticas agenciadoras de processos coletivos. Como uma prática, porque trata de campo de ações e de processos de subjetivação; como uma ética, porque permite a plasticidade do sujeito nas diferentes possibilidades de subjetivação e como uma estética, por operar como o saber em circunstâncias de criação.

¹ Informação oral prestada pela palestrante Elizabeth Barros de Barros, por ocasião do evento “Tópico Especial: Saúde e Políticas do Comum”, ocorrido entre 24 e 25 de maio de 2012, nas dependências do Instituto de Psicologia da UFRGS.

A narrativa do processo de pesquisa extrapola contar o próprio processo. O contar se oferece como agenciamento, mas se fazem agenciar outros elementos. O diário de campo e a produção de narrativas fotográficas, organizadas nessa dissertação pela pesquisadora, a partir das fotografias produzidas pelos trabalhadores e pela pesquisadora, oferecem possibilidades de deslocamento no campo das práticas em saúde. As narrativas se colocam como ampliação de outras visibilidades dos modos de trabalhar e de viver e evidenciam o processo de análise, produzido na relação com as imagens.

Assim, ao nos ocuparmos da escuta enquanto uma experiência ético-estética no cuidado em saúde, podemos desenhar o que chamamos de narrativas da escuta. Esse desenho permite interrogar o lugar do pesquisador enquanto escuta da equipe, pois foi esse endereçamento realizado pela equipe de trabalhadores no campo de pesquisa. A pergunta ética sobre como o pesquisador se conduziria, a partir das narrativas produzidas, faz pensar no modo como esses trabalhadores se conduzem eticamente no trabalho e na relação com o outro. Pode dar a ver os jogos de verdades em que o sujeito trabalhador se produz e se move, ao narrar sua experiência no trabalho, ou seja, o que pode fazer com essa experiência. A pergunta endereçada ao pesquisador remete ao pressuposto das práticas divisoras levantadas por Foucault (1995a) indicando uma possível cisão entre “nós” e “eles”, sujeito e objeto. Esse trabalho de si, materializado no perguntar e que tem efeitos para uma ética do cuidado de si, evidencia o modo como o sujeito trabalhador pode tomar a narrativa do usuário. O modo como se conduzem nessa relação, que é de cuidado com o outro e que não se separa de um cuidado de si, nos fornece pistas para pensarmos como a escuta se produz nessa relação de cuidado.

São importantes operadores conceituais deste estudo a ética do cuidado de si, a narrativa da escuta e a estética do sensível. A ética do cuidado de si, problematizada pela perspectiva ético-estética, tem sua relevância na composição do campo de análise e de intervenção e se desdobra em outros operadores conceituais que são efeitos do campo de pesquisa. A perspectiva ético-estética leva em conta algumas produções foucaultianas, como sujeito e relações de poder, sujeito moral e ética e o cuidado de si e as técnicas de si. O termo “narrativas da escuta” foi cunhado como efeito da própria experiência da pesquisa e serve para dar a ver a transformação do problema de pesquisa ao longo do processo, aproximando-se dos pressupostos metodológicos da pesquisa-intervenção. Da mesma forma, a estética do

sensível se oferece como um desenho conceitual, ainda em construção, proveniente da experiência da pesquisa com imagens, na perspectiva da intervenção fotográfica.

A noção de cuidado de si, importante condição do viver na antiguidade, é retomada por Foucault (2010), quando se ocupa da produção de um sujeito ético-estético. A ética do cuidado de si diz de uma inquietação do sujeito perante as possibilidades de se fazer sujeito nos jogos de verdade nos quais se move. É a partir do ocupar-se consigo, que passa pelo refletir o si no mundo, que se constitui uma condição ética com possibilidade de traçado de uma existência ético-estética. O que Foucault problematiza é o quanto esse cuidado não é descolado da relação de alteridade com o outro. Para o sujeito ocupar-se de si necessita também ocupar-se com o outro. Esse é o argumento que irá desenvolver o conceito de governamentalidade (FOUCAULT, 2007a), do que é da ordem do governo de si e dos outros.

O cuidado de si, atualizado nas práticas dos trabalhadores em saúde, pode ser interrogado na medida em que o cuidado do outro parece não se ligar a essa transformação de si. Ou melhor, ligado está, porém não é reconhecido pelo sujeito trabalhador. As práticas de cuidado em saúde disciplinarizadas contribuem para essa separação. Para além dos jogos de poder, que circunscrevem e delimitam o campo de saber-poder, produzindo certas discursividades sobre a saúde, temos como efeitos de poder a disciplinarização. Outro efeito possível de ser visibilizado são as separações das instâncias público e privado. Para além do que essa divisão pode tensionar no tocante a lógica de propriedade, direito e consumo, as discursividades sobre o público e o privado produzem certos modos de subjetivação a partir do como se pode operar com as técnicas de si.

Tomando-se a escuta enquanto uma possibilidade de cuidado em saúde - que é diferente de cuidado na saúde, pois está referenciada na ética do cuidado de si - cabe a pergunta sobre como se liga a produção da escuta para esses trabalhadores como uma condição ético-estética no trabalho, nas práticas de si e na produção desse sujeito trabalhador.

Para essa discussão podemos utilizar a noção de *parrhesía*, para Foucault (2010), também retomada a partir da antiguidade. O autor identifica a *parrhesía* como uma das estratégias para a prática de si:

A parrhesía é uma qualidade, ou melhor, uma técnica utilizada na relação entre médico e doente, entre mestre e discípulo: é aquela liberdade de jogo, se quisermos, que faz com que, no campo dos conhecimentos verdadeiros,

possamos utilizar aquele que é pertinente para a transformação, a modificação, a melhoria do sujeito (FOUCAULT, 2010, p. 216).

Considerando a *parrhesía* como um meio e não como um fim, Foucault aponta para o quanto o falar pode ser tomado como uma regra de jogo e um princípio de comportamento verbal que se pode ter para com o outro. A *parrhesía* implica, assim, na dimensão da afetação e da modificação, não fazendo do outro (e de si mesmo) um mero objeto de conhecimento ou uma “captura da alma”.

Nesse sentido, discutimos a possibilidade da escuta como *parrhesía*. Problematizar a escuta nessa perspectiva implica referenciá-la como um modo possível na análise dos processos de subjetivação dos sujeitos trabalhadores, na relação com o sujeito pesquisador, com o sujeito usuário e consigo mesmo. Quando o sujeito trabalhador se pergunta o que deve fazer quando o cuidado e a escuta, escapam ao que é prescrito e ao normativo, que nesse campo de práticas se institucionaliza como fluxos de cuidado, abre-se um campo de possibilidades de operação com o cuidado em saúde a partir da perspectiva ética. A liberdade como condição ontológica da ética, que se faz enquanto prática de liberdade (FOUCAULT, 2006a), é o que pode operar nesse campo de escolhas.

A noção de estética do sensível, busca dar visibilidade a outros enunciados de cuidado, que estão para além do jogo das visibilidades e dizibilidades. Para trazer à tona estes enunciados, inscritos na ordem do cuidado em saúde, e para fazer emergir a condição de escuta como encontro e prática legítima de cuidado, há que se agenciar, através da incitação ao estranhamento, outros modos estabelecidos de dizer e fazer (SOUZA, 2012).

Esta dissertação está dividida em cinco partes, para além desse texto introdutório. No segundo capítulo apresentaremos os principais operadores conceituais, citados anteriormente, a partir de três pequenos textos: “A produção do sujeito ético-estético”; “Escuta e ética do cuidado de si” e “A produção de uma estética do sensível”, apresentando ao leitor de onde fala a pesquisadora. No terceiro capítulo, dando continuidade ao campo de análise, através do texto “A Produção do Público e do Privado”, desdobramos o tema da relação público e privado, que se mostra transversal neste estudo, em outros três subtítulos, “Políticas de Governo, Políticas Públicas e Políticas do Comum”, “Público e Privado e Políticas Públicas no Brasil: Alguns Apontamentos” e “O contexto da relação público e privado na atenção básica em Porto Alegre”. A escolha pela divisão em três pequenos textos objetiva delinear o

modo como essa transversalização pode se atualizar nas micropolíticas. O quarto capítulo remete à discussão do campo de intervenção, na perspectiva da pesquisa-intervenção, apresentando seus pressupostos teórico-metodológicos a partir da própria experiência deste pesquisar. O quinto capítulo, intitulado “Narrativas da escuta: entre o dizível e o visível, o sensível” apresenta a experiência de análise a partir da perspectiva de narração. Esse capítulo conta com a hibridização das narrativas imagéticas e de escrita, a partir de fragmentos do diário de campo, como efeito da experiência singular da pesquisadora. Por fim, encerramos esta escrita tecendo algumas considerações finais que ressaltam outras passagens abertas por esta experiência de pesquisa. O texto, ao se organizar enquanto narrativa, é permeado por fotografias e fragmentos de diário de campo. As fotografias foram produzidas pelos trabalhadores e pela pesquisadora ao longo da pesquisa e durante as oficinas de fotografia.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO CAMPO DE ANÁLISE

Este capítulo apresenta os principais operadores conceituais definidos na construção de nosso campo de análise, a partir da experiência que o encontro com os trabalhadores da saúde foi evidenciando. Está definido por três grupos temáticos que definem os principais eixos do estudo, a saber, a produção do sujeito ético-estético, a escuta e a ética do cuidado de si, embasados no pensamento foucaultiano. Por fim, apresentamos um esboço do que chamamos a produção de uma estética do sensível, buscando focar o encontro e o compartilhamento como pontos de problematização. Partilhamos com Lourau (1993) da noção de campo de análise, na medida em que saber e intervenção se produzem juntos, na perspectiva institucionalista.

2.1 A produção do sujeito ético-estético

Ao nos ocuparmos das narrativas da escuta como um disparador, que emerge do próprio campo de pesquisa e que se atualiza enquanto um desenho para uma estética do sensível no cuidado em saúde, nos aventuramos no terreno da inquietação enquanto pressuposto da produção de conhecimento.

Este estudo vale-se do pensamento foucaultiano ao tomar o sujeito enquanto produção, a partir do pressuposto ético-estético. Se a intenção da pesquisa é analisar as práticas de cuidado em saúde que vão se produzindo nas experiências nos jogos de verdade, as noções de poder e modos de subjetivação são fundamentais. A condição ético-estética, como uma das possibilidades de subjetivação leva em conta a ampliação da esfera da liberdade num campo de escolhas possíveis. Também sugere “abrir” essa noção, operando com outros elementos produzidos no pensamento foucaultiano, como a ética do cuidado de si.

Quando nos referimos ao sujeito em Foucault como uma produção, isso se deve ao fato de que o filósofo empreendeu um estudo genealógico em que a questão do sujeito, de como nos *tornamos* sujeitos, era o que importava. O que se diz desse sujeito, o que se liga a esse sujeito e como esse sujeito se conduz a partir dessas verdades são problematizações que indicam a constante busca de um discurso verdadeiro nessa produção de si. A intenção do autor, contudo, está na interrogação permanente em sua obra, que diz, não da curiosidade de saber o que se é e como se é, mas da possibilidade de nos perguntarmos sobre como se pode

ser diferente do que se é. Tal pergunta reafirma elementos de transitoriedade e artesanaria desse sujeito.

Se a noção de sujeito, nessa perspectiva, escapa à tentativa de captura de constância e essência, por outro lado, se inscreve no campo das práticas. Não se trata de substância, mas das formas. Assim, é com a noção de poder que Foucault (1995a) a tece. Para o autor, a noção de poder implica relações de poder que, justamente por terem um caráter transitório, definem que ninguém detém o poder; assim como o sujeito, o poder só existe em relação. O caráter difuso das relações de poder também está presente e, assim, não visibilizamos o poder, mas seus efeitos. Logo, não analisamos o poder, mas as relações de poder, que dialogam com o saber. Por isso falamos em saber-poder. Se os modos de subjetivação estão inscritos nos jogos de saber-poder, a condição de sujeito só é possível nos jogos de verdade e nas relações de poder.

No texto “O Sujeito e o Poder”, ao tratar da temática de sua trajetória filosófica, Foucault (1995a) aborda a indissociabilidade desses dois conceitos, difusos ao longo de sua obra. Ao se ocupar da noção de poder, salienta que sua intenção era muito mais de problematizar como se produz o sujeito, do que analisar o fenômeno do poder, como muitos pensavam. Sua intenção foi a de criar uma história dos modos de subjetivação a partir de três modos de objetivação do sujeito. O primeiro diz respeito a como se torna sujeito do conhecimento, passível de ser conhecido ou do que dele é possível se conhecer. Dupla conceitual que não se separa: a subjetivação do sujeito - o que torna possível se viver - está relacionada à objetivação do sujeito - o que torna possível se conhecer. Vive-se a partir do que se conhece e se produz, ao mesmo tempo em que o que é produzido em termos de conhecimento, também subjetiva. O autor situa ainda que, neste primeiro momento, preocupou-se com a objetivação do sujeito do discurso, como um modo de investigação que intenta o estatuto de ciência. A objetivação do sujeito poderia ser encontrada na filologia e lingüística, na economia e na história natural ou biologia. Num segundo momento, ocupou-se com a objetivação do sujeito a partir do que discutiu enquanto práticas divisoras. O sujeito é tomado pelo que lhe separa do outro, do seu duplo oposto (loucura-normalidade; doença-sanidade; criminoso-bons meninos). Logo, dividido no seu interior e em relação aos outros. O terceiro momento de sua trajetória é dedicado ao estudo do modo pelo qual o ser humano se torna sujeito, escolhendo o domínio da sexualidade para evidenciar esse processo.

De qualquer forma justifica que não foi o poder, mas o sujeito o tema geral de seu trabalho. Evidencia, contudo, que se ocupou intensamente com o poder porque os modos de subjetivação e objetivação do sujeito se dão nas relações de poder e nos jogos de verdade. Salienta que a análise se dá a partir das relações de poder, pois o poder somente existe em ato, não é exercido no sujeito, mas com o sujeito:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros (...) não há algo como o “poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidades esparso que se apóia sobre estruturas permanentes. (FOUCAULT, 1995a, p. 242).

Se Foucault se ocupasse com o estudo dessas estruturas permanentes em que o poder se apóia, ou se formulasse uma teoria do poder, correria o risco de circunscrevê-lo na condição de objeto, equívoco evitado pelo filósofo ao pensar o trabalho analítico “pelas condições históricas que motivam essa conceituação” (FOUCAULT, 1995a) e não a partir de uma conceituação prévia. O que se pode analisar, então, são as relações de poder, que diz da interrogação de como se exerce o poder, escapando à tentativa de restrição de mera descrição dos seus efeitos ou de sua manifestação.

Abordar o tema do poder através de uma análise do “como” é, então, operar diversos deslocamentos críticos com relação à suposição de um “poder” fundamental. É tomar por objeto de análise *relações de poder* e não um poder; relações de *poder* que são distintas das capacidades objetivas assim como das relações de comunicação; relações de poder, enfim, que podemos perceber na diversidade de seu encadeamento com estas capacidades e estas relações. (FOUCAULT, 1995a, p. 242).

A interrogação de como se exerce o poder remete às formas de resistência e lutas para deslocar essas relações. Foucault (1995a) evidencia três tipos de lutas: formas de dominação, formas de exploração ou lutas contra a sujeição. Essas lutas não se dão isoladas, se alternam e se misturam ao longo das condições históricas. As últimas têm sido as mais prevalentes na atualidade, em função de que os modos de vida apontam para intensas formas de sujeição e de submissão da subjetividade a modos mais hegemônicos de viver, atravessados pela lógica de individualização do sujeito. Essas lutas dão a ver os modos de subjetivação, as diversas formas que os indivíduos se tornam sujeitos nas diferentes sociedades:

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995a, p. 235).

Esse fragmento aponta a inevitabilidade da existência do sujeito enquanto condição. Condição de possibilidades, por que não, mas a possibilidade está sempre imbricada numa condição de sujeição. Caso contrário, abarcaríamos um sujeito uno, apriorístico, essencial. O autor, porém, aponta uma saída para essa condição de assujeitamento: a possibilidade da movência do sujeito a partir da noção de liberdade. A liberdade é condição fundamental do exercício de poder, entendido como um modo de ação sobre as ações dos outros, pelo governo dos homens uns pelos outros:

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que tem diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (FOUCAULT, 1995a, p. 244)

Se o sujeito se produz a partir de jogos de verdades que são mobilizados pelas relações de poder e se essas relações são de agonia e incitamento, que se valem de um maior ou menor grau de liberdade num campo de possibilidades, há sempre uma alternativa de redução da condição de assujeitamento pelo pressuposto da liberdade. Marcando um lugar de extrema importância na obra de Foucault, a liberdade é o que faz operar deslocamentos. As relações de poder se ligam à liberdade pelo seu caráter de insubmissão. Logo, problematizar modos de subjetivação implica olhar para as relações de poder considerando-se a ética como elemento de constituição desse sujeito. A noção de liberdade relaciona-se à ética na medida em que esta se coloca como uma “prática reflexiva da liberdade” (FOUCAULT, 2006a, p. 267).

Dessa forma, a noção de sujeito implica nos modos como ele se produz nos jogos de verdade, mas também nos modos como os jogos de verdade são vividos pelo sujeito. Interessa como se vive e por isso a importância das práticas de si e do trabalho de si sobre si. É esse então o projeto último de Foucault (2006a, 2006b, 1995b) ao se debruçar sobre a genealogia da ética: perguntar-se como o sujeito torna-se sujeito ético e estético.

Sendo assim, a noção de ética igualmente compõe o campo de problematização da noção de sujeito. Partindo do domínio da sexualidade, Foucault chega à emergência do sujeito pelas práticas de si. A partir do estudo do cuidado de si na antiguidade, enquanto uma ascese do sujeito, constrói a idéia de uma ética do cuidado de si. Faz uma genealogia da noção de cuidado de si, demonstrando as variações que as práticas vão sofrendo ao longo dos tempos e apontando quais diferentes técnicas de si o sujeito empreende nos jogos de verdade. Pergunta-se de onde provinham as formas de relação consigo, que foram reelaboradas e articuladas pela doutrina cristã, como as práticas de confissão e a renúncia de si. Ao contrário do que se pode pensar, o cristianismo não inaugura um modo de vida mais austero e rigoroso, pois, conforme argumenta Foucault, “temos quase os mesmos códigos restritivos e de proibições desde o século IV a.C., nos moralistas e médicos, até o começo do Império Romano, porém, acho que a maneira pela qual eles integram essas proibições em relação a si é completamente diferente” (FOUCAULT 1995b, p. 254). Seria, então, uma nova forma de técnica de si. O que muda é o modo como o sujeito se relaciona com a moral.

Na antiguidade o que importava na conduta do sujeito, o sujeito ético, era que ela levasse a uma condição de estética da existência. A ênfase era “o desejo de viver uma vida bela, e de deixar, como legado, uma existência bela” (FOUCAULT, 1995b, p. 254). Diferentemente da moral cristã, em que a partir das práticas confessionais, produz-se um sujeito que não somente obedece, mas também se vê convocado a manifestar-se, declarar-se e confessar-se, na ética grega o sujeito se ocupava com sua conduta moral a partir das relações consigo mesmo e com os outros, muito mais do que com uma conduta religiosa. Tampouco a ética se relacionava com algum sistema social institucional: “seu tema era constituir um tipo de ética que fosse uma estética da existência” (FOUCAULT, 1995b, p. 255).

Foucault (1995b) esclarece que esse novo *si* cristão foi constantemente examinado pela relação estabelecida com aspectos de uma sexualidade relacionada ao pecado. Por isso, não era mais algo a ser construído e sim renunciado e decifrado. Logo, a diferença que se coloca entre a época grega e o cristianismo não é a da tolerância versus austeridade, mas entre uma forma austera ligada a uma estética da existência - uma prática de si - e outras formas de austeridade ligadas à necessidade de se renunciar ao si, decifrando sua verdade - uma cultura de si. Seria uma *tékhne tou biou* transformando-se cada vez mais numa *tékhne* de si.

A estrutura geral do projeto da História da Sexualidade, segundo Foucault (1995b), é uma história das morais. No segundo volume, O Uso dos Prazeres, Foucault (1994) conceitua moral indo além de uma explicação pautada pelas regras de conduta indicadas aos indivíduos por aparelhos prescritivos, como a família, a escola e a igreja. Traz a idéia da constituição de um sujeito moral, que não apenas se conduz perante as regras, mas leva em consideração o modo como se reconhece na obrigação de colocá-las em prática. Seria então um trabalho ético, de si sobre si, não somente para pautar seu comportamento perante uma prescrição, mas também de se transformar a si mesmo em sujeito moral de sua conduta. A moral para Foucault:

[...] implica também uma certa relação a si, essa relação não é mais simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral” (...) não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral. Nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo como sujeito moral; nem tampouco constituição do sujeito moral sem “modos de subjetivação”, sem uma ascética ou sem “práticas de si” que as apóiem. (FOUCAULT, 1994, p. 28)

Percebe-se que as noções de ética e moral estão intrinsecamente ligadas e a noção de ética provoca a noção de moral, numa relação agonística. O sentido provocador entre as duas noções pode ser pensado a partir do que Foucault (1994) aponta como o caráter ambíguo da palavra moral. De um modo geral, quando as pessoas se referem aos códigos morais, costumam referir-se à moral. Entretanto, para Foucault (1994), a moral diz de como o sujeito se conduz a partir desses códigos, o comportamento real das pessoas em relação a essas regras e valores. Por mais que existam regras e normativas, o modo como o sujeito vai operar com elas é singular, pois existem diferentes maneiras de se conduzir. A condição ética pressupõe essa singularidade. O sujeito será sempre um sujeito moral, mas com possibilidade de operar de modo singular frente a essa moralidade. Logo, a agonística aponta para uma inevitabilidade de um sujeito que sempre é moral e para a possibilidade de haver sempre um maior ou menor grau de reflexão da liberdade nos modos de se constituir enquanto esse sujeito moral.

Para essa relação consigo que supõe a ética, Foucault (1995b) aponta quatro aspectos principais: a substância ética, os modos de sujeição, a prática de si ou asceticismo e o telos. A substância ética pressupõe qual parte da conduta do sujeito se relaciona à conduta moral, ou seja, é o material sobre o qual a ética se ocupa. Os modos de sujeição dizem de como o sujeito se vê convocado a reconhecer suas obrigações morais. A prática de si, de como nos modificamos para nos tornarmos sujeitos éticos. O telos, ou aspecto teleológico, marca qual o

tipo de ser que aspiramos quando nos comportamos de acordo com a moral. Nessa configuração, Foucault aponta que o que se modifica nos jogos de verdade e na produção do sujeito não necessariamente é o código moral, mas a relação que se estabelece com ele e consigo mesmo, ou seja, a ética. Por isso a diferença do cristianismo e do período grego está na ética e não nos códigos.

Ao colocar em questão a relação entre ética e moral, o autor explicita, mais uma vez, o seu projeto genealógico. Nesse projeto busca evidenciar o quanto não há um sujeito em essência, universal, que possa ser acessado por certas práticas de renúncia ou de purificação, mas sim “um sujeito que se constitui através de práticas de sujeição” (FOUCAULT, 2006b, p. 291), ou de maneira mais livre, de práticas de liberdade.

Meu papel – mas esse é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. O papel de um intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas. (Foucault, 2006c, p. 295).

Em entrevista concedida a A. Fontana em 1984², Foucault comenta sobre a mudança do rumo na sua produção. Ao organizar a pesquisa sobre a história da sexualidade a partir de um projeto prévio, depara-se com certa obviedade de onde chegaria, dando-se conta de que poderia simplesmente desenvolver o que havia planejado de modo a ser confirmando pela pesquisa empírica. Contudo, movido pela “vontade de saber” enquanto risco e partindo da idéia de que “quando se sabe de antemão onde se quer chegar, falta uma dimensão da experiência” (Foucault, 2006b, p. 288), o autor define outros rumos para o seu trabalho e mostra-se coerente com o que pensa e com o que produz. Ao pensar como os jogos de verdade produzem os sujeitos a partir das práticas de si, ele assume também para si uma condição de risco, de lançar-se sobre o imprevisto e sobre o inusitado.

Reconduzindo-se sempre pelo perguntar, que pode recolocar o problema, reúne inquietação e produção intelectual e dá a ver, pela sua própria experiência, os efeitos de um pensamento que se faz método, sendo o método também uma prática, passível de transformação pelo próprio perguntar. Ao se ocupar das relações entre o sujeito, a verdade e a constituição da experiência, faz de seu estudo uma experiência de si enquanto pensador: uma estética da existência.

² Entrevista com Alessandro Fontana, *Le Monde*, 15-16 de julho de 1984, p. XI. (FOUCAULT, 2006b).

2.2 Escuta e ética do cuidado de si

A proposição de uma ética do cuidado de si, nesse estudo, aponta para uma possibilidade de tensionar o campo das práticas de cuidado em saúde. A produção dessa pesquisa objetivou, no momento do projeto, colocar em análise as práticas de saúde relacionadas à experiência da escuta dos trabalhadores no encontro com os usuários. O desenho da pesquisa, contudo, foi se reordenando no sentido de que o próprio pesquisador foi sendo tensionado pela equipe de trabalhadores na medida em que insistiam em colocá-lo no lugar de quem escuta. Assim, a pesquisa-intervenção permitiu produzir esse deslocamento, promovendo outros encontros possíveis, agora entre sujeitos trabalhadores e sujeito pesquisador.

Ao discutir as práticas do cuidado de si desde a antiguidade clássica, Foucault (2010) nos aponta o quanto essa noção foi sofrendo deslocamentos ao longo da história. Parte de uma filosofia de vida ligada a uma forma de preparação para a vida e a uma ascese ao discurso verdadeiro que se dá através da busca e aprimoramento das práticas de si e de exercícios de si. Desloca-se, então, para o cuidado de si que se afasta da idéia de ser um fim em si mesmo e assume, cada vez mais, a finalidade quase instrumental de uma moral. A ascese cristã passa a ter como objetivo a conversão do sujeito a uma verdade divina, que se define “fora” desse sujeito. O deslocamento da noção da *epimelea heautou*, cada vez mais capturada pelo *gnôthi seauton* (conhece-te a ti mesmo) promove a passagem de um cuidado de si para uma cultura do si. Um dos efeitos dessa transformação é a relação que se pode estabelecer com a verdade. De uma relação ética, porque diz de uma condição do sujeito de se relacionar com a verdade, passamos a uma relação moral, que orienta como esse sujeito deve se conduzir.

Podemos fazer uma comparação entre algumas práticas de si que visibilizam bem essa transformação. Uma das formas de ascese na antiguidade estava relacionada à aquisição e ao dizer o discurso verdadeiro, a partir de técnicas de escuta e fala. Enquanto essa se valia de uma *tékhne*, pois o falar se colocava como uma arte, a escuta tensionava o campo da experiência e da habilidade, pautada no exercício de si. Ambas, contudo, diziam de práticas de um cuidado de si, enquanto uma ética, voltadas para uma existência ético-estética. Já na ascese cristã, voltada para a renúncia de si com efeitos para uma cultura de si, o escutar e o falar foram capturados na sua condição de tudo dizer e tudo ouvir, a partir das práticas de confissão. Sendo assim, quando na modernidade, vai se operar com uma lógica instaurada

pelo cristianismo, as práticas de si novamente se deslocam, oferecendo-se enquanto dispositivos de controle. A confissão passa a ser um elemento não somente da relação pastor e rebanho, mas presta-se inclusive como instrumento de biopoder. No séc. XVIII “com o início das disciplinas, a potência de escutar foi sendo aprisionada em práticas diversas de poder-saber, ao ponto em que escutar se tornou, basicamente, uma prática autorizada e domínio de especialistas” (ARANTES, 2012, p. 94).

Entre as estratégias de incitamento sobre a verdade do sexo, a confissão se coloca, desde a Idade Média, como um importante ritual de produção de verdade, se inscrevendo no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder (FOUCAULT, 1988). Através da interrogação da hipótese repressiva, Foucault nos coloca no contra-fluxo do saber sobre a questão da sexualidade. Ao interrogar a hipótese repressiva na modernidade, Foucault (1988) recoloca a sexualidade enquanto dispositivo de poder elaborado a partir de toda uma produção discursiva, reafirmada pela *scientia sexualis* e pela incitação aos discursos que aponta, em vez contenção, o efeito de explosão discursiva. Quando se mais achou que o tema sexualidade foi tomado como tabu, foi exatamente quando se mais falou de sexo “incitação ao discurso, regulada e polimorfa” (FOUCAULT, 1988, p. 35) E quanto mais se fala, mais fácil se pode controlar e, dessa forma, o tudo dizer pode servir ao controle dos corpos e das populações. Assim o poder chega as mais tênues e individuais condutas. O sexo é colocado em discurso primeiramente pela moral e depois pelo discurso científico. É uma equação que bem pode nos servir para problematizar a lógica confessional. Fala-se tudo - vontade de saber - para tudo se controlar - dispositivo de poder.

Somos uma sociedade confessanda, diz Foucault (1988), sendo que a confissão difundiu amplamente seus efeitos em diferentes âmbitos, como na justiça, na pedagogia, na medicina, nas relações familiares e amorosas, no cotidiano e nos ritos solenes:

[...] confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na no corpo. (FOUCAULT, 1988, p. 59).

Dessa forma, podemos refletir, junto com o autor, o quanto a confissão se coloca como um importante procedimento de poder que baliza as relações de cuidado e cuidado em saúde ainda hoje. A sociedade de disciplinas, marcada pelo aprimoramento do saber e a busca da verdade na relação com o conhecimento, passa a trazer uma nova racionalidade para essa questão do cuidado de si. Através de esquemas de regularidade científica, Foucault (1988, p. 64) aponta cinco elementos que indicam como a confissão se reafirma pela discursividade científica. O primeiro implica em uma *codificação clínica do “fazer falar”*, que diz da combinação da confissão com o exame, ou seja, a narração de si mesmo a partir de um conjunto de sinais e sintomas decifráveis. O segundo elemento indica *o postulado de uma causalidade geral e difusa*, que remete ao dever de tudo dizer. O terceiro está ligado ao *princípio de uma latência intrínseca à sexualidade*, ou seja, não se trata apenas do que o sujeito gostaria de esconder, mas também do que se esconde do próprio sujeito. O quarto elemento indica *o método da interpretação*, pois a verdade não está unicamente no sujeito, já que é cega em si, podendo completar-se somente diante daquele que recolhe essa verdade, pela decifração. Por fim, o quinto elemento está relacionado *à medicalização dos efeitos da confissão*, sendo o sexo colocado para além da culpa e do pecado, mas também no regime do normal e patológico.

Entre essas práticas de confissão, a escuta foi se desenhando enquanto uma tecnologia de cuidado na discursividade científica. Este efeito de disciplinarização também foi sendo sentido no campo de práticas *psi* e Foucault (1988) sugere que a institucionalização da psicanálise e a definição da psicologia como disciplina científica tem demonstrado claramente estes efeitos.

Retomando a agonística entre o sujeito moral e a ética, a posição do sujeito que escuta pode situar alguém que detém um saber, e assim, um poder legitimado, que levaria a uma condição de decifração do outro. Ao problematizarmos a escuta a partir da perspectiva da ética do cuidado de si, buscamos tensioná-la como uma condição de encontro entre o sujeito trabalhador e o sujeito usuário, na sua potência para o inusitado. Circunscrevê-la a partir da noção de experiência transformadora e provocadora requer fazer da posição de quem escuta um meio de transformação. Neste estudo, a discussão sobre a escuta se inscreve na possibilidade de fazer dos encontros uma experiência ético-estética, um trabalho ético sobre si.

Este estudo compartilha das inspirações de Arantes (2012) ao pensar a escuta enquanto um verbete emergente dos atos de se pesquisar, que quando colocado em relação a outros verbetes, desenha um abecedário, transfigura-se num dispositivo para se pesquisar na diferença (FONSECA et al., 2012).

Deste modo, busca-se não delimitar o conceito de escuta a partir de um campo específico do conhecimento, mas como uma prática não-disciplinar, privilegiando o aspecto entre-disciplinas das diferentes possibilidades do trabalho em saúde. Buscamos discutir, a partir da noção de cuidado em saúde, que diferentes práticas de escuta são possíveis no contemporâneo a partir dos nossos modos de viver e trabalhar na saúde.

2.3 Estética do sensível: efeitos do campo de pesquisa

A estética do sensível é um tema que carece uma maior discussão, mesmo em nosso estudo. No entanto, optamos por apresentar breves considerações, ainda incipientes, mas que compõe um ponto importante de nossas reflexões. A construção de idéia de estética do sensível mostra-se, ainda, como um ensaio, mas apresenta um desafio frente à potência que esta noção parece trazer para a discussão sobre o encontro, a partilha e o sensível que permite o partilhar. Ao buscarmos as linhas de fuga para discutir a escuta referenciada numa ética do cuidado de si, esta pesquisa ressaltou o acompanhamento dos efeitos da problematização da escuta no campo. Sendo assim, o que pudemos desenhar enquanto produção de conhecimento explicita relações entre visibilidades, dizibilidades e sensibilidades.

O sensível se coloca como uma categoria complexa nas ciências humanas. Este estudo não tem a intenção de focar o sensível como um operador conceitual visto que, conforme já discutido, os operadores seguem o pensamento foucaultiano, tomando a ética do cuidado de si como pressuposto para pensar o cuidado em saúde. Contudo, a partir da análise de implicação, circunscrita no campo da pesquisa-intervenção e da análise institucional, nos permitimos deixar-nos afetar pelas manifestações de desejo e de vida que o próprio campo foi compondo. Chamamos de estética do sensível um desenho possível para a emergência de elementos do comum, que operam entre o visível e o dizível. É um “abrir brecha” para que o

trabalho imaterial³ se materialize de alguma forma e que talvez só se faça possível no encontro.

Rocha (2006) aponta para a importância, na pesquisa-intervenção, da criação desses dispositivos de análise da vida dos grupos na sua diversidade, com a intenção do movimento e das rupturas que as ações individuais e coletivas imprimem ao cotidiano. Para nos acompanhar na tecitura desse desenho possível do que se produz no campo de pesquisa, buscamos a companhia de alguns autores que vem discutindo, dentro de campos específicos do conhecimento, a idéia do sensível.

Rancière, filósofo francês, vem se debruçando na discussão do sensível ao que nomeia como *partilha do sensível*. Segundo o autor (apud ROCHA; KASTRUP, 2008):

A partilha do sensível faz ver, concomitantemente, a existência de um plano comum sensível e espaço-temporal dos corpos, das práticas, dos discursos e dos processos de subjetivação, e a segmentação desse comum em partes definidas, seu recorte em tempos e ocupações específicas, suas relações de inclusão e exclusão, de interioridade e exterioridade, os regimes que organizam modos de ver e de dizer e que deixam folgas nas quais a negociação de sentidos é possível. Essa partilha, como diz Rancière, é algo em que incidem tanto a política como a estética, pois para ele “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo” (RANCIÈRE, 2005a, p. 17). A partilha é estética ao ser efetuada num comum sensível, “como um sistema das formas a priori determinando o que se dá a sentir. É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência”. (RANCIÈRE, 2005a, p. 16 apud ROCHA; KASTRUP, 2008, p. 99).

Tomamos emprestada a inspiração de Rancière quanto à possibilidade de ser compartilhado o que é da ordem do sensível, configurando-se como uma estética e tendo o dissenso como pressuposto. O dissenso, segundo Rancière, é um conflito estruturado em torno do que significa “falar” da partilha do sensível que delimita o horizonte do dizível e determina as relações entre ver, ouvir, fazer e pensar. O dissenso (ou desentendimento) é menos um atrito entre diferentes argumentos ou gêneros de discurso e mais um conflito entre uma dada distribuição do sensível e o que permanece fora dela, confrontando o quadro de percepção estabelecido. Os dissensos ou, como veremos mais adiante, as cenas de dissenso que promovem a emancipação e a criação de comunidades de partilha são ações de resistência que

³ Na perspectiva do trabalho imaterial, outros elementos para além do trabalho como produto se mostram ligados a esta categoria. A produção de relação social e a subjetividade como “matéria-prima” são exemplos da imaterialidade que se produz em rede e em fluxo. (LAZZAROTO; NEGRI, 2001).

buscam encontrar maneiras de transformar o que é percebido como fixo e imutável. O dissenso mostra as fissuras e fragmenta a ideia do grande corpo social protegido por certezas partilhadas e amplamente unido por princípios igualitários previamente acordados e quase nunca colocados à prova (MARQUES, 2011).

Dessa forma, as brechas entre os modos de ver e dizer vão compondo outros campos possíveis de negociação de sentidos e do que é possível se compartilhar. A noção de partilha se mostra importante, sobretudo, pela evidência dos efeitos dos dispositivos público e privado no campo de análise construído como base deste estudo.

3 PRODUÇÃO DO PÚBLICO E DO PRIVADO

A qualificação e endereçamento que se faz ao que é da ordem do público e do privado pode se colocar como um analisador dos modos de vida contemporâneos. Num sentido foucaultiano, a discussão da relação entre o público e o privado pode evocar a pergunta sobre o que seria a nossa atualidade: “Interrogar a atualidade é questioná-la como acontecimento” (CARDOSO, 1995, p. 53).

Tomando tais noções como atributos dos modos de viver, percebe-se jogos de verdade que por vezes separam essa experiência em instâncias aparentemente pareadas. No entanto, buscando compreendê-las a partir das condições de possibilidades em que elas se produzem, encontramos formas diversificadas de estabelecer relações entre elas e diferentes estratégias de produções discursivas. Problematizar o que é da esfera do público vai além da atribuição que comumente se faz ao Estado. Do mesmo modo, vale a operação de reconhecimento de como o privado se inscreve para além do privativo e individual ou da detenção de bens. Talvez, a principal questão que se coloca é como visibilizar o jogo agonístico que essas noções podem produzir enquanto discursividades que se provocam, que se incitam, bem mais que se excluem. Podemos avaliar que alguns dos efeitos desse jogo produzem certas racionalidades e certos modos de subjetivação.

Como exercício semântico, vale recorrer à etimologia de cada uma dessas palavras. Público remete ao termo latino *publicus*, o que é do povo, ou coisa do povo, como na definição de *res pública*, a partir da discussão feita por Bobbio (1987 apud MENICUCCI, 2010) sobre a noção de direito e interesse público. Privado remete ao privativo, ao pertencimento patrimonial referente a cada indivíduo ou classe. Podemos estender um pouco mais o plano semântico se, num jogo de associação, ligarmos tais noções a possíveis deslocamentos a partir do plano da experiência. Público que se liga a que sujeito? A que práticas? Público enquanto sujeito que aprecia, sujeito que consome, sujeito que usa, usufrui, utiliza determinados serviços, bens ou produções culturais. Público enquanto direito legitimado para o sujeito de direitos, para todos, ou público como função predicativa na designação e, portanto, endereçamento de uma dada funcionalidade. Tornar público pode, por vezes, alargar algo que era para ser da ordem do restrito. Em tempos de cultura do espetáculo, no entanto, o imperativo do tornar públicas as experiências singulares traz à cena a vida privada. Assim nos perguntamos, há vida privada no contemporâneo? Essa pergunta se

desdobra em como o privado vem se produzindo. O que, nos modos de vida contemporâneos, se produz enquanto privado? Será que ainda nos cerca a noção de privado enquanto proprietários do que quer que seja? Se quisermos seguir jogando com o semântico, o privado demarca, identifica e isola o sujeito a partir daquilo que detém e do que pode usufruir. Se quisermos ir mais longe, o privado pode privar o sujeito de si mesmo? A separação, no entanto, está dada para os dois lados. Assim como circunscreve o sujeito numa determinada condição, quer seja espacial ou de exercício de poder, o isola numa condição de privação do comum e do outro.

Tais divagações nos inspiram à pergunta de como essas lógicas nos habitam? De que modo a relação que fazemos com essas discursividades vão se produzindo e nos transformando? E como elas se atravessam nos modos de subjetivação pelo trabalho, pela política, pela ética?

Este capítulo busca tensionar a relação entre as noções de público e privado que se produzem no campo das práticas. Tais noções, que vão se desenhando nos diferentes tempos e espaços, situam efeitos de tensionamento no campo da saúde pública no Brasil, bem como se atualizam no campo da pesquisa.

Partimos da idéia de que a noção de público esta para além de uma dimensão de Estado. Vários autores apontam a importância da superação dessa dicotomia (ARENDR, 2010; ACIOLE, 2006; HARDT; NEGRI, 2005). Ao problematizar a noção de multidão, Hardt e Negri (2005) trazem à cena a idéia do comum para além da noção de público. “A produção do comum [...] tende a deslocar as divisões tradicionais entre indivíduo e sociedade, entre subjetivo e objetivo e entre público e privado” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 263). Para Aciole (2006) a noção de público carrega consigo múltiplos discursos, por operar com perspectivas de coletivo, comum e opinião pública, sendo que podemos chegar a um entendimento que o público está intrinsecamente ligado ao privado, uma vez que a materialidade desse pertencimento coletivo só se faz na privacidade do uso.

Podemos nos reportar aos gregos para iniciar uma reflexão sobre a produção do ordenamento público-privado na esfera da vida. Na Antiguidade, a produção do sujeito, enquanto cidadão se dava na esfera pública. O exercício político dos homens passava pela condição de uma prática de si no que concerne à capacidade de um agir público, de um exercício de si pela palavra, hábitos e conduta. O âmbito privado, mesmo que preservado,

caminhava junto nesse fazer-se homem e cidadão. Enquanto ávidos de uma vida bela, trabalhavam arduamente para compor a vida como uma obra. A prática doméstica, na relação com as mulheres, filhos e escravos, se colocava como um prévio exercício de governo⁴ na questão do governo de si. A capacidade de governança dizia dessa condição de homem público. Logo, ambos os ordenamentos não eram dissociados, tendo em vista que para se viver uma vida pública de valor havia que se produzir-se enquanto homem capaz de suprir necessidades, o que se fazia possível no âmbito doméstico. Contudo, diferenciavam-se pela condição da liberdade, uma vez que a condição de suprimento de necessidades era prerrogativa para o exercício da liberdade, mas esse exercício era por excelência da esfera pública e política (MENICUCCI, 2010, p. 180). Dessa forma, as esferas da família e da política mostravam-se diferentes (ARENDRT, 2001 apud MENICUCCI, 2010).

A modernidade se constitui a partir de alguns deslocamentos nos jogos de verdade que se fazem ver, também, pelo modo como vai se reorganizando a racionalidade do público e do privado. A separação entre os dois âmbitos passa a ficar mais evidente com a constituição do Estado moderno. Figueiredo (1992, p. 108) faz um levantamento das condições que demarcam essa cisão, ao apontar o jogo agonístico de lutas e acomodações provocados pelas discursividades dos “espíritos esclarecidos e das almas sensíveis”. A modernidade vai se produzindo “pela consolidação da autonomia relativa das duas esferas, pelo fortalecimento da esfera da privacidade em todas as dimensões da vida social e pelas variadas formas de ‘exteriorização’ do privado.” (FIGUEIREDO, 1992, p. 109). De qualquer modo, tais possibilidades de jogo entre o público e o privado vão fomentando a constituição da subjetividade moderna pautada na produção gradual da idéia do privado enquanto intimidade. A autonomia das duas esferas prevê a opinião e o pensar livre, que se dá no âmbito do particular e do íntimo, enquanto a ação diz respeito ao âmbito do público. Ambas são condicionadas ao Estado, que não intervém na intimidade, mas regula as relações para garanti-la, numa lógica liberal.

⁴⁴ Foucault (1994) discute essa questão quando trata da problematização da moral dos prazeres na antiguidade, a partir da dietética, econômica e erótica, ou seja, da relação que o sujeito fazia com o uso dos prazeres como modo de se conduzir e compor uma estética da existência. O eixo da experiência relativo à econômica dizia da relação com a esposa: “É verdade que é enquanto casado que o homem tem que restringir seus prazeres, ou pelo menos seus parceiros; mas ser casado significa aqui, antes de mais nada, ser chefe de família, ter uma autoridade, exercer um poder que tem na “casa” seu lugar de aplicação e, dentro desse quadro, manter as obrigações que têm efeitos sobre a reputação de cidadão. É por isso que a reflexão sobre o casamento e a boa conduta do marido está regularmente associada a uma reflexão sobre o *oikos* (casa e propriedade doméstica).” (FOUCAULT, 1994, p. 135)

Na atualidade, os ordenamentos público e privado seguem numa relação de incitamento em que ambos se misturam. Poderíamos supor, no entanto, que uma importante diferença que se coloca aqui é o quanto o privado acaba tendo um fim em si mesmo. Vê-se a vida privada publicada, publicizada, mas o exercício da intimidade não mais serve para uma prática de si enquanto preparação para um conduzir-se publicamente. O que conduz a vida pública hoje é a exaltação daquilo que há de mais íntimo e privado de cada um, tendo um fim em si mesmo. Nesse sentido, Fischer (2007), citando Arendt, lembra que a ampliação da esfera privada não a torna pública, pelo contrário, significa que a esfera pública se contrai, trazendo como efeito a perda da força no estar em companhia do outro: “ficamos cada vez mais ‘privados’ de ver e ouvir profundamente os outros, prisioneiros que somos de nossas subjetividades” (FISCHER, 2007, p. 10).

A idéia do declínio do homem público, debatida por Richard Sennett (1988), nos alerta do malogro da condição contemporânea, que diz da produção de modos de vida que se encerram na produção individual e individualizante do sujeito.

Segundo Bobbio (1987 apud BAHIA, 2010) “público e privado são termos que integram uma das grandes dicotomias que utilizamos para classificar, dividir e explicar o universo”. Se um dos determinantes, ou melhor, uma das racionalidades que produzem a noção de público e privado tem a ver com a noção de patrimônio, torna-se complexo falar de público e privado quando o bem é um bem comum como o é a saúde. Essa complexidade se dá pelo fato, segundo a autora, de que a produção de processos de saúde-doença tem a ver com produções coletivas e individuais e também porque, mesmo com a coexistência de diferentes segmentos, a saúde é esse bem comum.

3.1 Políticas de governo, políticas públicas e políticas do comum

Quando discutimos política pública é importante demarcarmos as diferenças que se colocam entre política de governo, políticas de Estado, políticas públicas e políticas do comum. Tal demarcação se faz necessária tendo em vista que, por vezes, no uso comum da expressão, utiliza-se política pública como sinônimo de política de governo. Considerando

que a palavra, por si, já é política (TEDESCO, 2011)⁵, entendemos que a referência a tais discursividades produzem efeitos também políticos.

Barros (2012) faz uma interessante discussão acerca da necessária delimitação entre os campos em questão. Segundo a pesquisadora, o público, por vezes, se confunde com o estatal. No entanto, ao nos ligarmos ao Estado, não necessariamente estamos produzindo política pública. Não quando o Estado, que não é a fonte de onde emanam as linhas de capilarização do poder, tende a absorvê-las, interiorizando-as (BENEVIDES; PASSOS, 2005). Apesar de ter como finalidade o interesse público e a promoção e proteção de direitos fundamentais, através de ações mais estruturantes, as políticas de estado se atualizam por meio das políticas de governo. Logo, corre-se o risco de que as políticas públicas se deixem capturar pelo Estado.

Conforme aponta Barros (2012), enquanto a política de estado se pauta no Estado de Direito, enquanto forma de expressão de liberdade por meio da vontade dos indivíduos e tendo a autonomia como aspecto relevante, as políticas de governo se inscrevem a partir de projetos específicos das forças políticas que assumem o aparelho do Estado. Esta política possui uma limitação temporal, por se tratar de projetos específicos relacionados a cada período de gestão de governo. Assim, dentro de um projeto político específico de forças que assumem o aparelho do Estado, elas dependerão do arranjo dessas forças e das próprias escolhas políticas do momento. Sem garantia legal de continuidade, os efeitos dessa política são sua menor durabilidade e institucionalização.

Para Di Giovanni (2010), as políticas públicas podem ser políticas de estado ou políticas de governo, dependendo de como suas práticas vão sendo institucionalizadas. Para o autor, se elas são fortemente institucionalizadas, há menos risco de mudanças, conseguindo, assim, ultrapassar os períodos de um governo. Segundo o pesquisador, hoje no Brasil, contamos com algumas políticas de governo, como o Bolsa Família, que se institucionalizaram a ponto de se transformarem em políticas de estado, o que as torna mais difíceis de serem modificadas. Barros (2012) salienta que é a participação social, no seu

⁵ Informação oral prestada pela palestrante Silvia Tedesco, por ocasião do evento: “Tópico Especial: Linguagem, Criação e Subjetividade”, ocorrido entre 14 e 16 de setembro de 2011, nas dependências do Instituto de Psicologia da UFRGS.

aspecto transversalizador, que pode tensionar a política pública para ir além do período de cada gestão de governo.

Barros (2012), no entanto, aponta para o risco de que a institucionalização da política de estado impeça as brechas necessárias para que ela mantenha seu caráter de política pública, enquanto uma política que deva incluir os analisadores sociais que se colocam como possibilidade de desvio. Dessa forma, poderiam garantir uma constante abertura para a transformação necessária. O SUS, sendo predominantemente uma política pública, é atravessado por práticas que o vem tornado cada vez mais instituído, assumindo o risco de também ser capturado por discursividades governamentais. Como alternativa, Barros (2012) aponta para o caráter potente do coletivo, ao que identifica como o principal aspecto das políticas do comum. O comum, pensado enquanto um plano de forças que opera a partir da singularidade e compõe com a diversidade, pode contribuir para pensarmos a gestão do comum como um novo modo de governo (BARROS, 2012). Este modo de governo poderá ser capaz de lidar com o coletivo não pela massificação, mas pela capacidade de transversalização dessas forças, pela ampliação do grau de comunicação, associação e compartilhamento da experiência. Benevides e Passos (2005) vão na mesma direção, quando discutem a potência do caráter coletivo no âmbito da atualização das políticas públicas. Para os autores, as linhas que produzem a máquina do Estado não se dobram apenas para dentro, na sua ação de captura. É exatamente o que resiste nessa interiorização e que se mostra como seu “fora”, que indica o plano do coletivo, que é o plano da experiência concreta do sujeito.

Barros (2012) ainda faz uma importante contribuição para pensarmos a relação do público e do privado na política pública de saúde. Se a prática pública não se restringe a uma prática de governo, ela também pode ser agenciada no privado, através do coletivo e do comum. Sendo assim, podemos trazer essa discussão para produção do campo de análise. A problematização da relação do público e do privado nos aponta um campo de discursividades que vai se produzindo a partir de deslocamentos nos jogos de verdade, compondo relações de poder que tensionam modos hegemônicos de produção da vida, no seu âmbito ético e político.

Fischer (2007), citando Arendt, aponta o uso público enquanto político, este só pode ser pensado como ação performativa, como acontecimento, como irrupção; enfim, como interrupção de todos os processos totalizantes. Não esqueçamos que a lógica do privado nos habita enquanto produção de práticas privadas. Mesmo que inscritos numa política pública, ou

seja, não necessariamente ligados a um campo jurídico do privado, corremos o risco da privatização de modos de viver e cuidar. A privatização das práticas excede os territórios de cuidado em saúde mantidos ou gerenciados pelo setor privado.

Se considerarmos tais condições de possibilidades da política pública de saúde, com seus atravessamentos híbridos do público e do privado, cabe buscar dispositivos para aberturas de novas práticas de cuidado em saúde. A transversalidade nessa relação poderia ser buscada naquilo que o SUS, enquanto um sistema único de saúde pautado por uma política pública que garante a saúde como direito, poderia promover em termos de produção de outras visibilidades para a saúde no âmbito do privado. Dito de outro modo, o quanto a esfera do privado poderia se beneficiar de uma certa racionalidade que toma a saúde como direito, mas acima de tudo, como condição de exercício ético para os sujeitos.

Essa discussão busca inaugurar uma escrita que se propõe a polinizar outras práticas possíveis de saúde que impliquem em tomar a questão pública como potência para uma política do comum.

3.2 Público, privado e políticas de saúde no Brasil: alguns apontamentos

A noção de público atravessa o campo das práticas em saúde no Brasil de modo híbrido, configurando diferentes racionalidades de gestão e assistência. Encontramos vestígios, que se apresentam ainda como algumas regularidades, que dizem do nascimento da medicina social. Foucault (2007) em sua conferência sobre o Nascimento da Medicina Social, texto de referência na saúde coletiva, traz o modo como a assistência à saúde vai sendo produzida a através de estratégias de Estado ao que, a partir do século XVIII, vão se configurar como uma biopolítica.

O autor defende a tese de que a medicina moderna é uma medicina social, que vai se produzindo a partir de um corpo social. O corpo biológico é tomado não por conta da primazia do discurso cientificista, o que poderíamos relacionar a uma medicina individual, mas porque o controle da sociedade sobre os indivíduos começa por este corpo: “o corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.” (FOUCAULT, 2007, p.80). Sua hipótese é de que “com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo,

desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção.” (FOUCAULT, 2007, p. 80). Discutindo a medicina de Estado, na Alemanha, a medicina urbana, na França e a medicina da força de trabalho, na Inglaterra, vai traçando um olhar genealógico para o que hoje entendemos como saúde pública. Podemos pensar, junto com o filósofo, que esse passado se faz presente na configuração e convivência de diferentes racionalidades ou, como denominam alguns teóricos da saúde coletiva (CECÍLIO, 1997; FEUERWERKER, 2005), de diferentes modelos técnico-assistenciais em saúde que, a partir de uma estratégia de biopolítica, passa a ser ordenada pelo SUS.

A saúde pública no Brasil tem seus primeiros ensaios no período republicano e está marcada por diferentes projetos, de acordo com a demanda econômica e social. Neste processo, é possível identificar discursividades prevalentes nos diferentes momentos históricos, que sustentam uma visão de saúde pública, mesmo que essa noção tenha se produzido diferentemente nos diversos contextos. Estas racionalidades e discursividades produzem a saúde como um campo que tensiona jogos de verdades e relações de poder, que podem entrar em situações de “disputa”. Nesse sentido, é compreensível que o entendimento de “disputa”, na discursividade da saúde pública e coletiva, se mostre como uma noção consensual para a qualificação desse campo de práticas. É um consenso sobre o dissenso.

De um modelo marcado pelo sanitarismo campanhista, passando pelo momento dos efeitos pós Segunda Guerra, em meados da década de 50, o projeto desenvolvimentista produz efeitos sobre as políticas de saúde. Principalmente para os países de terceiro mundo, estava apoiado na produtividade da força de trabalho, na seguridade social e saneamento, aliado a um projeto preventivista. A saúde pública chega à década de 70 marcada pelo fortalecimento dos movimentos sociais, que buscavam sua redemocratização, e pela reorientação da visão hegemônica de saúde pautada pela discursividade biológica. Os anos 70, anos de ditadura militar com o discurso do “milagre brasileiro”, assistem, ao mesmo tempo, a alta e a derrocada do crescimento econômico. O aumento da miséria começa a ser evidenciado pelas taxas de adoecimento e mortalidade infantil. Aqui começa a institucionalização do campo da saúde coletiva e, nesse contexto de luta pela redemocratização, a medicina social passa a ser pensada como um instrumento capaz de agenciar outros modos de produção de saúde, para além da lógica da medicina preventivista (PAIM, 1998; NUNES, 1994, 2008; CAMPOS, 2007).

Nesse processo vai se inscrevendo a saúde coletiva como um campo de saberes e práticas diversificadas que apontam para a direção de se tomar a saúde a partir do seu aspecto coletivo. Uma definição clássica de Donnangelo (DONNANGELO, 1983 apud NUNES, 2008) refere-se à noção de coletivo como “a possibilidade de compromissos com manifestações particulares, histórico-concretas desse mesmo coletivo, dos quais a medicina “do indivíduo” tem tentado se resguardar através do específico estatuto da cientificidade dos campos do conhecimento que a fundamentam”. Nunes (2008) ao se referir a este campo como um campo multiparadigmático, o aproxima da idéia de um mosaico, que vai se configurando conforme a necessidade de se entender a saúde, tendo como efeito pensar a saúde a partir de uma concepção mais ampliada.

Ao questionar a saúde coletiva como um paradigma (PAIM; FILHO, 1998) podemos aproximá-la do âmbito da multirreferencialidade⁶, com potência para se pensar, coletivamente, o diferente. Paim e Filho (1998) fazem uma crítica quanto à tomada do campo da saúde coletiva como um paradigma, o defendendo como um campo aberto a novos paradigmas científicos que potencializem a discussão da saúde no seu aspecto ampliado.

Segundo Menicucci (2010), a história do movimento sanitário pela redemocratização do Estado e transformação da assistência à saúde em política pública faz coro ao corpo teórico da saúde coletiva para criticar um Estado que atuava em nome dos interesses privados, fazendo uso da política pública para dar conta de interesse de uma política econômica pautada por interesses de determinados setores.

Seguindo numa perspectiva de regularidades, podemos avaliar que essa lógica de mercado é atual e produz efeitos importantes para o que se entende como saúde pública. Ocké-Reis (2010), ao analisar de modo pertinente os impasses e desafios para que o SUS efetivamente se coloque como um sistema único, aponta que ainda convivemos com um legado posto por uma medicina liberal, que marcou época na saúde pública brasileira, bem como pela herança filantrópica e capitalista das instituições da saúde e pela lógica patrimonialista de mercado.

⁶ Faço aqui uma aproximação com o discurso da Análise Institucional, que não se coloca como paradigma ou como campo teórico, se utilizando da noção de multirreferencialidade justamente para preservar a heterogeneidade do campo das práticas discursivas que a compõe (LOURAU, 1993)

Nesse sentido, cabe nos interrogarmos em que condições de possibilidades essa política pública se faz permeável ao setor privado. Sabemos que não é mais possível separar os dois âmbitos uma vez que, conforme discutido, o setor público e o setor privado são efeitos de jogos de verdades produzidos no contemporâneo. Percebemos esse efeito na constatação de que a rede pública tem a participação de estabelecimentos privados, entre os quais os de filantropia, e a rede privada, por instituições públicas, entre as quais, estabelecimentos estatais (BAHIA, 2010). Contudo, cabe nos questionarmos se essa convivência de colaboração e complementação vem garantindo a saúde como direito.

O art. 197 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) demarca o caráter de interesse público da saúde, independente da entidade que dela venha se ocupar (pública, privada, com ou sem fins lucrativos). O art. 4º §2º da Lei Orgânica do SUS (BRASIL, 1990) aponta a possibilidade de participação da iniciativa privada em caráter complementar. Logo, a convivência das duas lógicas é reafirmada pelo ordenamento legal. Tal ordenamento pauta-se no asseguramento do princípio da universalidade, que visa à garantia do acesso por ser a saúde um direito de todos. Esse é um ponto crucial para a compreensão de como vai se dando essa convivência cruzada dos diferentes setores.

Esse princípio coloca alguns desdobramentos para o campo da política pública de saúde. Para se efetivar, o Estado há que dar conta do processo de gestão e financiamento da assistência. Na medida em que vem se mostrando frágil nessa capacidade, passa a contar com o setor privado para substituí-lo onde se faz ausente. Além disso, a própria garantia da saúde como um direito de todos define que este “todos” pode abarcar a livre participação da iniciativa privada.

Ocké-Reis (2010) aponta que a universalidade não está garantida por conta de uma lógica de subfinanciamento do Estado. O autor analisa o que vem a se somar a essa condição de subfinanciamento, que inegavelmente gera abertura para a participação da rede privada e que desenha uma lógica de mercado em diferentes setores, favorecendo, de certa forma, uma gradual privatização do sistema de saúde brasileiro:

Nesse quadro, preocupa a hegemonia do mercado na arena setorial, a qual, de um lado, favorece a privatização do sistema de saúde brasileiro por meio do patrocínio do complexo médico-industrial privado, do mercado hospitalar e dos planos de saúde, do empresariado médico e da ampliação de subsídios regressivos. De outro, estimula a mercantilização do SUS, a partir do descaso administrativo do ressarcimento; da generalização ilegal do

copagamento; da existência de tabelas de pagamento descoladas dos custos; da destinação de leitos públicos para o mercado; da apropriação particular dos hospitais universitários; e da igualdade no acesso ao SUS pela clientela da medicina privada – em contexto de medicalização da sociedade e do consumismo desenfreado de bens, serviços e tecnologias. (OCKÉ-REIS, 2010, p. 102)

O autor é bastante crítico ao analisar os efeitos da prevalência de uma lógica de mercado no SUS ao discutir como as questões de financiamento produzem tanto a privatização quanto a mercantilização do sistema. Podemos pensar também nos efeitos que essa lógica de mercado acaba trazendo para as questões de assistência e, conseqüentemente, de cuidado em saúde, quando a saúde corre o risco de ser tomada como uma mercadoria, por exemplo.

Por outro lado, a realidade do subfinanciamento do SUS convive com um alto investimento do Estado no setor privado. Essa situação se mostra como um grande paradoxo que vivemos hoje em termos de uma política pública de saúde.

Para Menicucci (2010) a discussão entre o público e o privado vem se dando em torno da natureza das instituições que prestam assistência à saúde. Para a autora, quando se aborda o privado na saúde, a discussão gira em torno da saúde suplementar, que diz da regulamentação do Estado para os planos de saúde. Refere que pouco se discute no que tange à articulação desses dois sistemas, menos ainda quando ambos se hibridizam no plano do financiamento, da assistência ou da sustentabilidade política do sistema público. Bahia (2010) vai na mesma direção, referindo que a problematização que se tem feito até hoje diz muito mais dos aspectos de assistência e do financiamento à saúde do que da saúde enquanto um bem comum.

Menicucci afirma que “ao limitar a reforma ao setor público e garantir liberdade à iniciativa privada, interferindo apenas no setor privado quando prestando serviços sob a responsabilidade estatal, a Constituição consagrou a dualidade do sistema de atenção à saúde no Brasil, composto por um segmento público e outro privado.” (MENICUCCI, 2010, p. 188). Desse modo, podemos pensar, junto com a autora, nos efeitos que se produzem na política pública, quando ela se institucionaliza a partir de uma política de governo onde o Estado se coloca apenas como regulador da oferta de assistência por parte da iniciativa privada. Muitas vezes, a iniciativa privada realiza serviços que seriam de responsabilidade estatal. A política pública perde seu caráter de garantia de direitos e preservação da saúde

como um bem comum, passando a operar como um mero âmbito de repasse de responsabilidades ao âmbito privado.

Podemos perceber os efeitos de uma política de Estado que vem se tornando permeável a uma lógica privatista no tocante a gestão de recursos humanos do SUS. Um dos efeitos visíveis tem sido a forma de contratação dos trabalhadores em saúde da atenção básica. Tais efeitos implicam em vínculos frágeis em termos das relações de trabalho e das formas de contratação temporária ou como celetista e a precarização do trabalho, o que vai de encontro ao que se postula como uma das premissas da política pública em questão, que é o fomento de políticas de regulação e qualificação do quadro de trabalhadores do SUS.

Há que se pensar e redefinir a configuração desta política pública para que a saúde seja efetivamente um bem comum, independente se o acesso aos serviços se dê pela rede pública ou pela rede privada. Além disso, há que se romper com uma lógica que separa os dois âmbitos, pois mesmo que o financiamento ou o tipo de acesso que se faça seja pela via privada, a saúde ainda assim é pública. Enquanto sujeitos de direito não escapamos de uma certa regulação feita por essa política pública na medida em que somos consumidores de água, alimentos, saneamento básico. Nesse jogo público-privado a derivação relevante que pode ser feita diz da possibilidade de tornarmos público o que se produz no âmbito do privado. Tornar público o privado diz, então, da necessidade de desnaturalização de certas práticas, ou seja, da possibilidade de ampliação das práticas de liberdade nos jogos de verdade que produzem o cuidado em saúde.

3.3 O contexto da relação público-privado na atenção básica em Porto Alegre

Para atualizar a discussão de como vem se dando a relação imbricada entre o público e o privado, principalmente no âmbito da atenção básica, tomaremos o estudo realizado por Leão (2009). Este estudo analisou a experiência do processo de implementação do Programa de Saúde da Família (PSF) em Porto Alegre, na década de 90 até o ano 2008, ano em que o estudo foi finalizado, a partir dos modos de contratação e gestão, com efeitos para os trabalhadores envolvidos.

A autora refere que a experiência de implantação do programa é inaugurada em 1995, a partir de um projeto comum entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e o Serviço de Saúde Coletiva (SSC) do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), com base nas experiências

que vinham se desenvolvendo no resto do país. Este projeto foi debatido primeiramente com a comunidade, através das instâncias de participação e controle social, tais como associações de moradores, conselhos locais de saúde e conselho municipal de saúde. O projeto de implantação do então Programa de Saúde da Família foi aprovado em setembro de 1995, através da Portaria/Ata 18/95. Num primeiro momento, os critérios definidos para a escolha de territórios a serem contemplados diziam de regiões que contassem com baixos indicadores socioeconômico, tais como áreas de assentamento; regiões com indicadores epidemiológicos desfavoráveis e prioridade às equipes de unidades básicas já existentes. Na primeira fase foram implantadas, das 30 previstas, 24 equipes em 1996, 4 em 1997 e uma em 1998. Nesse primeiro momento, ficou definido que as contratações dos trabalhadores seriam realizadas pelas associações de moradores e algumas organizações não governamentais (ONGs), através de contratação como celetista (regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT), sem a realização de concurso público. No ano 2000, no entanto, no I Seminário de Saúde da Família de Porto Alegre: Saúde Tamanho Família – A Comunidade em Cena, foram debatidas e avaliadas as dificuldades enfrentadas pelo programa. Entendeu-se na ocasião que as associações vinham se mostrando ineficientes para dar conta do processo de gerenciamento das contratações, por conta desse processo ter se tornado “oneroso, pouco funcional; ocorrência de distorções (conflitos) no papel de controle social na relação “patronal” com a Associação de Moradores; alta rotatividade dos profissionais, ou seja, ocorrência de sete processos seletivos no período de 1995 a 2000” (LEÃO, 2009).

O caso que estamos analisando neste estudo é um reflexo do Processo de Reforma do Aparelho do Estado, que hoje se apresenta mais concretamente nas atitudes dos atores sociais, posto que, a Estratégia de Saúde da Família, implantada oficialmente pela Portaria 1888/97, traz no seu bojo as implicações da Reforma do Aparelho do Estado na área de Recursos Humanos tais como: a) diversidades das formas de contratação; b) ausência de concurso público; c) alta rotatividade de pessoal; d) terceirização abusiva; e) flexibilização do contrato de trabalho, das conquistas trabalhistas; f) repasse de patrimônio, bens, serviços, servidores e dotação orçamentária públicos a empresas de Direito Privado. (LEÃO, 2009, p. 79)

A partir de então o município de Porto Alegre passou a contar com a participação da esfera privada no tocante à política de gestão de recursos humanos para a atenção básica no âmbito da estratégia de saúde da família. A década de 2000 foi marcada por um contexto tensionado na medida em que foram se firmando contratos com diferentes fundações para a manutenção de vínculo trabalhista dos trabalhadores da estratégia de saúde da família. Segundo Leão (2009), após o I Seminário de Saúde da Família de Porto Alegre, a prefeitura

interrompe o convenio com as associações de moradores, firmando parceria com a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), lhe sendo atribuída a responsabilidade da manutenção do vínculo trabalhista como os funcionários e a gestão do trabalho com a SMS. Em 2005, um parecer jurídico do município defere que o pagamento da taxa administrativa à fundação em questão era irregular, levando a prefeitura a suspender o repasse de verbas para a mesma. A partir de então, reafirma-se um campo de instabilidades no processo de gerenciamento das contratações de trabalhadores para a atenção básica. Em 2007 efetivamente o contrato é interrompido, causando discussões em larga escala, junto aos diferentes segmentos envolvidos. No mesmo ano, foi encaminhado à prefeitura um documento assinado pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério do Trabalho (MT) com recomendações de não terceirização de prestação de serviços na área da saúde. Nesse mesmo período, no entanto, é realizada a parceria com o Instituto Sollus, organizado enquanto Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cujo desempenho se revela dois anos depois, com investigação pelo Ministério Público e polícia federal, através da operação Pathos, de irregularidades no âmbito da gestão de recursos, com instauração de investigação sobre suspeita de angariação de lucros (Zero Hora, 20/01/10). A prefeitura acata a orientação das instâncias legais quanto à contratação, em caráter emergencial, dos agentes comunitários de saúde. Contudo, os outros trabalhadores das equipes seriam recontratados pela Sollus. No mesmo ano, em 2007, há um Termo de Ajustamento de Conduta, firmados pela prefeitura, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Estadual, através do qual a gestão municipal se compromete a realizar contratações a partir de concurso ou processo seletivo público. O estudo de Leão (2009) pôde acompanhar o desenho da política de contratação dos trabalhadores da estratégia de saúde da família no âmbito de Porto Alegre até o momento em que o Instituto Sollus era a entidade responsável pela manutenção de tais vínculos trabalhistas. Sabe-se que desde então, novas parcerias foram firmadas com outras organizações, sem, no entanto, se alterar o quadro da terceirização da gestão da política de recursos humanos desses trabalhadores.

Em setembro de 2009, por conta de suspeita de irregularidades na prestação de contas do Instituto Sollus, novo contrato é firmado, agora com a Fundação de Cardiologia. Em 2011, em decorrência de uma política de ampliação da cobertura da estratégia, aprova-se, através do Decreto 17131/2011, a criação do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família.

Percebe-se que a cada momento de recontração com institutos e fundações, como no caso do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF), que é uma fundação pública de direito privado, a sociedade civil, através dos segmentos diretamente envolvidos, tensiona um campo de forças no sentido de problematizar os efeitos desta política de governo que privilegia e transfere à esfera privada aspectos de gerenciamento da política de recursos humanos do SUS. Acompanhamos, enquanto campo de pesquisa, alguns efeitos, para os trabalhadores, desse processo. Em uma das aproximações de campo, para formalização dessa pesquisa, junto a gerência distrital, pudemos perceber, a partir do relato da representante da gerência, que a entrada no campo se daria num momento tenso, em que os trabalhadores se viam inseguros perante as possíveis modificações quanto aos seus contratos, sendo que algumas das equipes evidenciavam atravessamentos no seu trabalho.

A política que regula a relação da filantropia com o setor público, quer seja no âmbito hospitalar e até mesmo no âmbito da atenção básica, é recente (Portaria/GM 1721/05; Portaria GM 1034/10). Observa-se o quanto o Estado vem se ocupado com as questões principalmente de financiamento e de regulação da oferta de serviços em saúde na relação com a saúde suplementar, conforme referido ao longo deste texto. Contudo, ainda é incipiente um posicionamento mais crítico do Estado frente a uma avaliação dos efeitos do mix público-privado no campo da saúde pública enquanto garantia e proteção de direitos, especialmente na defesa da saúde como um bem público. Observamos que a pesquisa nesse campo vem buscando tensionar tais efeitos, mas ainda há poucos estudos que se orientam para a reflexão dos aspectos da filantropia nessa relação.

O estudo realizado por Silva et al (2011), com objetivo de revisão sistemática da literatura em revistas indexadas, sobre a produção de pesquisas no âmbito dos hospitais filantrópicos e privados com fins lucrativos conveniados ao SUS, aponta que o tema está sendo investigado, mas que, no entanto, ainda é tímido em relação ao volume de estudos. Os estudos estão centrados nos aspectos de segmentação da oferta entre o público e o privado, de transferências financeiras do setor público para o privado e da crítica da captura da lógica capitalista no sistema público de saúde.

Nesse sentido, ainda mais incipiente é a discussão dos efeitos da filantropia na rede assistencial de saúde do município de Porto Alegre. Nos últimos anos, enquanto sujeitos municipais, acompanhamos o delineamento de uma política municipal de saúde que vem

priorizando a relação com o setor privado, quer seja através da pactuação com organizações de direito privado. Relação esta que se organiza com ou sem fins lucrativos, para a manutenção dos vínculos de alguns dos trabalhadores da política de saúde do município, principalmente da atenção básica, na estratégia de saúde da família. Percebemos que essa política tem se estendido gradualmente no firmamento de parcerias para assistência em saúde. Hospitais privados, que vêm desenvolvendo ações de cunho filantrópico, têm participado ativamente da disputa do recorte territorial em termos distritais com a intenção de cobertura tanto da atenção básica quanto dos outros níveis de complexidade. Essa realidade ainda não dispõe de resultados suficientes para uma avaliação mais crítica quanto ao impacto efetivo em termos de promoção da saúde como um direito. Os resultados de que se dispõe ainda estão circunscritos no plano da prestação de contas aos devidos conselhos locais de saúde, como modo de viabilização da renovação dos convênios. Desse modo, percebe-se a necessidade da criação de espaços potencializadores da reflexão ética sobre os efeitos dessas parcerias tanto para os sujeitos-usuários quanto para os sujeitos-trabalhadores.

4 A PESQUISA-INTERVENÇÃO – O PESQUISAR COMO EXPERIÊNCIA





Narrativa das mãos – sobre a artesanaria na pesquisa-intervenção

Se a narrativa de pesquisa transgride a representação do processo porque narrar também é intervenção, podemos situar a pesquisa como experiência. Passos e Barros (2012) propõem a narrativa para além do contar um caso. Tratam das políticas de narratividade enquanto um posicionamento político do pesquisador porque os procedimentos escolhidos no ato de narrar geram efeitos. Entre os procedimentos, a desmontagem do caso, que pressupõe extrair “a agitação de microcasos como microlutas trazidas à cena”, dando passagem às forças que o habitam (PASSOS; BARROS, 2012). O efeito gerado aqui se trata da abertura de linhas de fuga para outros territórios possíveis. Assim, o caso narrado não cabe em si, mas guarda consigo singularidade, não individualidade. Pode muito bem se oferecer para a problematização de um “*ethos* político”. O tornar coletivo, o agenciamento coletivo de enunciação, seria um terceiro efeito da desmontagem do caso (PASSOS; BARROS, 2012).

De qualquer modo é sobre deslocamentos que os autores falam. Deslocamentos pressupondo estranhamento e interrogação:

Quando narramos um caso, podemos fazer uma experiência narrativa minoritária, pondo-nos em uma posição de estrangeiridade ao que habitualmente é dito. Colocamo-nos, então, em posição de estranhamento, de interrogação ao que certa narrativa aceitaria como natural e regra, forçando um deslocamento do dito na busca das condições de sua produção. (PASSOS; BARROS, 2012, p. 164).

Operar com o pressuposto do deslocamento na pesquisa nos impele buscar esse posicionamento político, suscitado pela pesquisa-intervenção. Circunscrevê-la enquanto experiência não é novidade, faz parte de seus pressupostos. No entanto, nessa pesquisa a experiência toma um lugar de relevância porque hibridiza método e objeto. Fomos a campo com a inquietação sobre a experiência ético-estética da escuta no cuidado em saúde para o trabalhador e acabamos por produzir, junto com os trabalhadores, narrativas da escuta. Essa possibilidade de transformação e de surpresa, chamamos de experiência.

A temática da experiência mostra-se como um vasto campo de construções de significados e de variações epistemológicas. A complexidade no trato do tema é evidenciada a partir de duplos possíveis: ter uma experiência e pensá-la; experiência e contemporaneidade; experiência e ciência; experiência e morte. Os duplos vão se constituindo no percurso da construção do conhecimento, que se movimenta e transita numa certa dualidade do que seria racional e empírico. Em perspectiva rizomática, a experiência pode ser discutida ora como vivência, narrativa ou como transformação.

Jay (2009a) exercita a etimologia da palavra experiência, encontrando não somente diferentes significados, como sentidos que apontam para distintas perspectivas de subjetivação e objetivação do sujeito na experiência. No latim, *experientia*, significa juízo, prova ou experimento. No francês e no italiano, *expérience* e *esperienza*, respectivamente, pode também significar experimento científico, quando utilizadas de modo indefinido. E na medida em que “provar”, provinda de *expereri*, e que tem a mesma raiz que *periculum* (perigo), denota-se uma aproximação entre experiência e perigo, pode-se pensar na idéia de que se trata também de passar por e sobreviver a riscos. Já o antecedente grego do latim é *empeiria*, raiz da palavra inglesa *empirical*. Aqui o autor remete-se a uma das escolas gregas de medicina – *Empirik* – baseada na observação, que valorizava a experiência e a sensação crua, sem o ato reflexivo ou mediação com a teoria. O autor busca equivalentes da experiência na língua alemã pela repercussão na temática e por convocarem a duas posições agonísticas: *Erlebnis e Erfahrung*. *Erlebnis*, contendo a raiz *leben* (vida), é traduzida como experiência vivida e apresenta uma estreita relação com a vida cotidiana, mostrando-se uma variante da

experiência como algo da ordem do imediato, do singular e pré-reflexivo. Já *Erfahrung* vem associada com as impressões produzidas desde o mundo exterior, mas já com juízos cognitivos. Envolve uma noção de experiência mais ampla, baseada na aprendizagem, ornamentada pela possibilidade narrativa ou da aventura.

O exercício etimológico da palavra experiência mostra-se interessante na medida em que visibiliza os efeitos do termo perante as matrizes do pensamento. A experiência vivida, por exemplo, pode ser situada mais para o âmbito da fenomenologia, enquanto que outra matriz se abre no campo do *Erfahrung*, quando a experiência está atrelada à possibilidade de narração (BENJAMIN, 1994) ou da memória (AGAMBEN, 2005). A palavra experiência convoca a projeção ao passado e ao futuro – da vivência que se teve e se aprendeu, ou não, e da iminência do risco, do perigo, do porvir. Aponta a uma condição de singularidade convivendo com uma noção de “sociedade da experiência” que implica em uma condição substantiva – daquilo que se tem – ou em uma condição adverbial – de experimentação, algo que esteja acontecendo no momento. De qualquer modo, as variações do tema da experiência levam a diversos caminhos, que se entrecruzam, se provocam, se encontram e desencontram.

A perspectiva da vivência permite que a tradição empírica seja aguçada, o que convoca também a lógica racionalista. Martin Jay (2009b) trabalha muito bem esse “vai e vem” epistemológico no seu texto “El retorno al cuerpo mediante la experiencia estética”. Aponta o quanto as inquietações acerca da experiência têm relação com o fato dela ser subjetiva, sendo vista como incomunicável e pouco confiável por ser fundamentada no corpo. Esse corpo é considerado não confiável, pois é uma herança do receio platonista. Entre tantas idas e vindas epistemológicas, o que chama de retorno do corpo seria a ruptura com o objeto único no âmbito da arte - quer seja da experiência de fruição estar pautada no objeto, ou no observador unicamente. O autor parte da ideia da arte como experiência, como condição de superação da lógica binária modernista que dividiria a criação artística e a apreciação estética, buscando transcender a distinção do útil e do ornamental, como o propósito da transformação cotidiana. Seria autor e obra juntos na criação e fruição, na perspectiva da completude da obra a partir da relação com o outro. Essa perspectiva da arte, enquanto experiência estética, indica um caminho de criação e de uma operação possível com os duplos que se impõe à experiência.

Tomada como vivência, a experiência visibiliza o embate epistemológico histórico do ponto de vista da objetivação do sujeito da experiência e das condições de possibilidade da ciência lidar com o objeto e com a construção do conhecimento. O pressuposto da experiência na produção do conhecimento pode indicar diversas alternativas de objetivação do sujeito. A modernidade vem marcar a separação da experiência, enquanto uma vivência singular não repetida, trazendo uma conotação de “experimento”, daquilo que seria da ordem do repetível, do reaplicável. Um modo positivista tomaria a experiência não pelo processo, mas talvez como um método de se alcançar um saber objetivado.

Na perspectiva da experiência como possibilidade de transformação do sujeito, podemos situar a obra de Foucault. Não que o autor se ocupe de explorá-la como conceito, mas esta perpassa toda sua obra, ainda mais quando se debruça sobre a hermenêutica do sujeito. O autor aborda o sujeito imbricado na relação poder-saber-si, em que o si diz de uma prática reflexiva e ética, do si mesmo e do mundo. Foucault contribui com a discussão sobre o que é uma experiência quando fala de livro-experiência e de experiência-limite (O’LEARY, 2008). Entende a função dos livros enquanto discursos, como produtores de práticas e refere-se à experiência-limite, ao contrapor a experiência vivida, da fenomenologia, com uma noção de invivível. O invivível diz daquilo ou que não pode ser vivido ou que arranca o sujeito de si mesmo, tornando-o diferente do que era antes – além de sua própria intenção do constante recriar-se enquanto pensador (GUTTIN, 2002).

Partindo-se da idéia de experiência como narração, daquilo que é possível de ser compartilhado, junto com Benjamin (1994), perguntamos que outros modos de encontro com o outro se tornam possíveis.

Ao lidarmos com a pesquisa a partir da perspectiva da experiência, falamos de um modo de pesquisar fundamentado no pressuposto da transformação. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção vem sendo discutida como uma ética, tomada na sua capacidade de reinvenção perante o que esteja “dado”, enquanto um processo potencializador e criador de novas realidades. Para Paulon e Romagnoli (2010), a pesquisa intervenção se coloca enquanto uma estratégia de pesquisa que acompanha os movimentos do desejo, de manifestação da vida. Para as autoras:

Ao pesquisador que conceba a subjetividade à luz de um paradigma ético-estético, que se proponha a observar os efeitos dos processos de subjetivação

de forma a singularizar as experiências humanas e não generalizá-las que tenha compromisso social e político com o que a realidade com a qual trabalha demanda de seu trabalho científico, não é dada outra perspectiva que não a pesquisa-intervenção. (PAULOM; ROMAGNOLI, 2010, p.92)

Como uma prática desconstrutora de modos hegemônicos de produção de conhecimento, a pesquisa-intervenção intenta romper com a lógica de um saber científico pautado e legitimado pelo que é da ordem da verdade, da neutralidade, da objetividade e universalidade. É nesse movimento que a pesquisa-intervenção poderá possibilitar outros modos de relação com o conhecimento, onde o que importa é o processo enquanto produtor de saber daquilo que é possível desconstruir, abrir e ressignificar. Seria a desnaturalização das práticas enraizadas no cotidiano das instituições. Considerando-se a própria pesquisa uma instituição (ROCHA; AGUIAR, 2003), as estratégias de intervenção têm como alvo a rede de poder e os jogos de interesses presentes no campo da investigação e ocupam-se dos efeitos das práticas institucionais cotidianas, o que potencializa a criação de novas práticas.

Para dar conta dessa dimensão de experiência, bem como do que é da ordem de uma produção coletiva, histórica e instituinte, se faz necessários registros que acompanhem um desenho em movimento. Para Rocha (2006), a pesquisa-intervenção pauta-se pela criação de dispositivos de análise da vida dos grupos na sua diversidade qualitativa e orienta-se para o movimento e as rupturas que as ações individuais e coletivas imprimem ao cotidiano.

Essa modalidade de pesquisa vai operar com importantes noções no sentido de potencializar essa outra relação com o conhecer. Noções como autoria, cotidiano, coletivo e provisoriedade estão presentes nesse modo de produção de subjetividades e de conhecimento.

Para Maraschin (2004) essa forma de pesquisar aciona modos éticos e criação de autoria. Tomando produção de conhecimento enquanto redes de conversação, a autoria tem relação com a possibilidade de se exercer a diferença nessa rede, sendo que o autor só vai existir na manifestação da vida, na imanência, na recorrência, na interpessoalidade e na emocionalidade. A autoria teria relação com a experiência:

O pesquisar pode se constituir em uma tecnologia de conhecimento capaz de produzir posições subjetivas de invenção, oferecendo outras possibilidades de existência, de constituição de outros enredos (já que explicar é uma contínua reformulação da experiência com a experiência). (MARASCHIN, 2004, p. 106)

Também com relação à autoria, Maraschin (2004) supõe que a implicação ética se institui quando nos perguntamos sobre como nos constituímos como pesquisadores, sendo que o próprio método já é intervenção pelo exercício de posição do pesquisador, ao que poderíamos também chamar de análise de implicação. A metodologia, muito mais que uma ferramenta de pesquisa, coloca-se como um operador dos encontros, reorganizando a rede de conversações ou de coerências.

Partindo-se da perspectiva de uma metodologia enquanto dispositivo do encontro, que aciona e potencializa a produção de conhecimento através da abertura para o novo e para a autoria do coletivo, a intervenção fotográfica se inscreveu enquanto uma estratégia metodológica. Tomando a inversão da metodologia proposta por Passos et al. (2012) quanto a uma *hódos-metá*, no sentido de que a meta se dê junto com o caminho e acompanhada pela experimentação do pensamento, a intervenção fotográfica potencializou a produção de conhecimento em ato e no encontro.

Para se fazer pesquisa, mais um desafio: deixar-se estranhar pelo que é familiar. O deslocamento provocado pela intervenção fotográfica potencializou o estranhar o familiar. A partir dos jogos de dizibilidades e visibilidades da fotografia, considera-se a possibilidade de disparar o processo do pesquisar, enquanto conjugação do estranho e do familiar, noções que se fazem presentes também no ato de escutar. Por que estranhar o familiar? Esse jogo paradoxal coloca em movimento saberes que insistem em se acomodar. O'Leary (2008), em artigo produzido sobre a noção de experiência na obra de Foucault, conta que no prefácio da primeira edição de *História da Loucura*, Foucault cita, sem referenciar, uma passagem de um poema de René Char. Este poema fala da importância de deixar-se tomar por uma certa estranheza e estrangeirismo de si: “desenvolva a sua estranheza/estrangeiridade legítima”, sinalizando para a presença deste enunciado ao longo de toda obra do autor. A própria perspectiva genealógica e o esforço de se pensar de outros modos apontam para a presença da relação agônica entre o familiar e o estranho.

A intervenção fotográfica tem a intenção de problematizar essa relação, a partir, principalmente, das redes de visibilidade-dizibilidade. Tittoni (2009) aponta o quanto a discussão sobre fotografia pode potencializar fluxos de produção de resistências e criação, abrindo fissuras e brechas para o inusitado: o elemento surpresa. A idéia de *punctum* trazida

por Barthes (1984) guarda consigo essa condição de alteridade, enquanto uma condição de ferida, daquilo que punge e afeta o sujeito ao se deparar com certos elementos imagéticos.



Narrativa “O fotógrafo, o aparelho e a fotografia” – sobre os processos de produção de fotografia e as experiências ético-estéticas (TITTONI, 2011b)

A experiência do exercício fotográfico, marcada desde uma condição anterior a relação do fotógrafo com a máquina, no tempo de criação da condição da imagem, aponta para uma dada intencionalidade e a uma ética do ver (SONTAG, 2004). A idéia do mundo imagem remete à nomeação da experiência, uma vez que antes mesmo da realidade desenhar a imagem, ela própria é quem dá o contorno ao que é vivido – vemos/vivemos através de imagens (SONTAG, 2004). Nesse sentido, Scott (1991) também fala do quanto não apenas fazemos a experiência, mas que também somos feitos por ela.

A possibilidade do exercício fotográfico evidencia as condições de batalha entre certas visibilidades e dizibilidades, visto que são de naturezas diferentes (DELEUZE, 1998). As linhas de visibilidade não se igualam aos elementos visíveis, mas lhes dá uma forma. As dizibilidades, por sua vez, não dão conta do discurso, tampouco dos enunciados. Ao discutir a

noção de enunciado para Foucault, Deleuze (1998) explicita o quanto o discurso não é somente o dizível, e que o enunciado, apesar de não ser oculto, só se faz ver ao se rachar “as palavras e as coisas”. “As visibilidades permanecerão irreduzíveis aos enunciados” (DELEUZE, 1998, p. 59). Uma possibilidade de se conjugar o tensionamento entre o dizível e o visível passa pelo exercício de estranhar o familiar.

Tomando-se a agonia entre as visibilidades e dizibilidades, ou entre a imagem e a palavra, como nos coloca Foucault (2008), pensamos no interessante jogo agonístico que pode operar com a fotografia na pesquisa-intervenção.

Nesse estudo, a intervenção fotográfica se colocou como possibilidade de acompanhar o grupo de trabalhadores, produzindo-se, assim, um coletivo de pesquisa. Permitiu que as linhas de visibilidade se enunciassem para que, então, as oficinas de fotografia pudessem acontecer. As oficinas se organizaram de modo a produzir encontros com diferentes efeitos. O primeiro momento de sensibilização configurou-se enquanto tempo de discussão sobre a experiência com a imagem nos modos de viver e trabalhar. O segundo momento foi marcado pela confecção das imagens pelos trabalhadores, sendo que as fotografias produzidas por eles e pela pesquisadora, se reordenam nessa escrita, enquanto narrativas, pelo olhar da pesquisadora. Na circunstância da confecção, foram oferecidos diferentes equipamentos tecnológicos para os trabalhadores, com ênfase nas máquinas fotográficas descartáveis. Além dos equipamentos analógicos descartáveis, foram utilizadas máquinas digitais e *pinhole*⁷. Através do tempo necessário para a revelação dos filmes, uma vez que também é disso que se trata a tecnologia das máquinas descartáveis, se produziu um tempo de espera. Espera para o olhar, assim se produziu o estranhar. O tempo da espera da revelação do filme posterior convocação do olhar para a fotografia produziu deslocamentos. De uma rapidez na confecção das fotografias, tiveram que lidar com a expectativa e curiosidade sobre sua produção. O terceiro momento, caracterizado pelo tempo do “suportar” a imagem e de uma escolha sobre o que fazer com as fotografias, foi marcado apenas pela relação de consumo. Sem uma definição sobre o que fazer com as fotografias, se escolheu deixá-las guardadas, organizadas em narrativas, mas guardadas. Quando a intensidade do

⁷ As câmeras *pinhole* são produzidas com material descartável - nesse caso com caixas de fósforo - e filme analógico. A peculiaridade deste equipamento diz dos efeitos que gera tanto na produção da fotografia como no modo como se conduz o fotógrafo, pois requer sutileza no seu manuseio, uma vez que, por ser artesanal, é mais sensível à composição de luz e sombra.

trabalho amenizasse, por conta da aproximação do final de ano, decidiram que então organizariam um mural com o material escolhido.



Isto não é um cachimbo (FOUCAULT, 2008)

Queda iminente. Essa é a imagem trazida por Foucault (2008) na discussão inicial sobre Isso não é um Cachimbo, texto inspirado na obra de mesmo nome, de Magritte. Para além dos possíveis desdobramentos que um jogo de palavras e imagens possa revelar, Foucault elege essa obra para evidenciar a agonia entre as palavras e as coisas e as lutas entre visibilidades e dizibilidades. Há supremacia no risco iminente a toda e qualquer possibilidade afirmativa de um discurso. A idéia de risco parece interessante para nos acompanhar na experiência de escrita e de pesquisa que supõe criação de condições de possibilidades para o tensionamento entre o dizível e o visível.

Risco porque é reconhecida a inevitável aproximação entre texto e desenho, ação esta que Foucault (2008) descreve como desconcertante. O desafio está no quanto a imagem, que não é a coisa em si, nem a palavra, provoca a representação. Cria-se uma batalha entre a imagem e palavra. Tamanha autoridade do enunciado “Isso não é um Cachimbo” traduz um peso que não se sustenta em si mesmo. Paradoxo: o imperativo da afirmação traz para junto de si fragilidade, suspensão, dissipação.

Apesar da distinta natureza que envolve o ver e o falar, é possível pensar no intercruzamento dessas duas formações, mesmo que em batalha, conforme diria Foucault (Deleuze, 1998). Na perspectiva de relações de força, que derivam de relações de poder, podemos tomar narrativas como imagens e imagens como narrativas. Ao delinear a narrativa dessa pesquisa pela perspectiva do rachar as palavras e as imagens como bem nos propõe Foucault (2008), operamos com condição do risco, com os efeitos da batalha e com a intenção da dissipação. As imagens acima se oferecem como uma narrativa imagem-texto para contar a pesquisa. Isto não é um cachimbo também pode ser lido como isto não são casinhas de cachorros, isto não é o dentro e o fora, isto não é habitar...

4.1 Da análise de implicação

A narrativa imagética das casinhas de cachorros faz função de rachar palavra e imagem e, na transversalidade, abrir espaço para que o enunciado se mostre. Similarmente podemos pensar a função de uma análise de implicação (LOUREAU, 1993, PAULON, 2005; ROCHA, 2006; ROCHA; AGUIAR, 2003, 2007) que nada mais é que colocar em movimento e em questão, as instituições que nos habitam. Portanto, tomemos a narrativa como um disparador para a análise de implicação.

A experiência dessa pesquisa já acontece desde as interrogações de uma trabalhadora de saúde no âmbito das políticas públicas. Ao nos perguntarmos sobre quais instituições nos habitam, enquanto pesquisadores, podemos refletir que as práticas que nos atravessam podem dizer de modos de subjetivação por vezes mais hegemônicos e circunscritos a um contexto de política pública, por exemplo. No meu caminhar enquanto psicóloga-servidora pública-pesquisadora, me vejo atravessada por uma pergunta produzida no campo das práticas – de saúde, de biopolítica, de relações de poder. A pergunta sobre os encontros produzidos entre os trabalhadores e usuários não diz somente de uma inquietação individual, pois foi se produzindo ao longo de uma caminhada na saúde pública vivida por muitos, no plano dos jogos de verdades e relações de poder. Desse modo, penso que, se a pergunta diz de uma prática, ela já não é mais uma inquietação pessoal, não diz apenas de mim, numa perspectiva individual, mas enquanto sujeito, que se produz e produz essas práticas. Nesse sentido, Lourau (2004) refere que “o importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto ‘que ele mesmo se dá’ (segundo a fórmula do idealismo

matemático), mas sim tudo o que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional” (LOURAU, 2004, p. 85).

Importa refletir as relações de poder presentes numa determinada situação de pesquisa, atentando-se para as instituições que também habitam o pesquisador. Às vezes, somos habitados pela vontade da verdade.



“Fotografei a rã, como quem fotografa a verdade, ou o seu engodo... lembrei de Manoel de Barros fotografando o silêncio, o perfume, o sobre... a foto também saiu legal... o que fotografei mesmo foi minha surpresa, pois a foto veio da necessidade de brincar com o fato que acreditei por algum momento ser uma rã... as brincadeiras da agente de saúde cumpriram sua função...” (Diário de Campo).

Narrar o caminho por onde se trilhou pode ser um interessante esforço para uma análise de implicação. Ao concluir a graduação, ingresso na Residência Integrada em Saúde, vinculada à Escola de Saúde Pública/RS, no contexto da atenção básica. Desde então, passados um pouco mais de dez anos, meu fazer em psicologia vem atravessado pelas políticas públicas, quer seja pelo âmbito da saúde ou, mais brevemente, da assistência social. Nesse percurso, algumas inquietações se fazem presentes, vão e voltam de diferentes modos e intensidades. Ora evocadas por mim, atualizadas por colegas de trabalho ou interpeladas pelos usuários. Inquietações essas que insistem em se fazer presentes nos mais diversos tempos e encontros – com os trabalhadores, usuários e gestores - e espaços - quer seja em unidades

básicas de saúde, equipes de saúde da família, centro de referência especializada da assistência social ou agora, num centro de atenção psicossocial. Desacomodações que retornam em tom de perguntas, que vão pautando meu trabalho, numa condição ética possível de me pensar e me transformar enquanto se produzem atos de cuidado com o outro. Por mais que nessa temporalidade as práticas se façam e se mostrem refletidas, transformadas e ressignificadas pelo exercício de me produzir enquanto trabalhadora de saúde, percebo algumas regularidades se fazendo presente, lembrando Foucault, nessas inquietações.

Ainda na residência me ocupei, junto a outras colegas, de problematizar o fazer do psicólogo nas unidades básicas de saúde ⁸, uma vez que a pergunta que, naquele momento, se fazia presente era de que modo se produzia o fazer em psicologia num contexto que se propunha a um fazer não-disciplinar como modo ético de trabalho, mas que esbarrava nas fronteiras ainda densas dos diferentes saberes. Também naquele momento, como trabalho de conclusão, produziu-se com outras duas colegas, enfermeira e nutricionista, uma pesquisa que problematizava discursividades acerca de determinado diagnóstico em saúde ⁹, a partir de uma estratégia interdisciplinar. Adiante, em outro momento de formação e produção de pesquisa, a inquietação sobre modos de se produzir saúde tomaram corpo no trabalho intitulado “A função da alteridade para os trabalhadores da saúde mental” ¹⁰.

Quer seja inicialmente pensando sobre o fazer da psicologia no âmbito da saúde, passando pelo questionamento das possibilidades de um cuidado não-disciplinar ou problematizando a alteridade como fundamento para a prática do trabalho em saúde mental, percebo que o que me moveu nessa experiência foi a inquietação sobre as práticas de cuidado em saúde. A instigação com as práticas se faz atual, mas desdobra-se de modo a recolocar o problema a partir da contribuição foucaultiana. Seguimos nos perguntando sobre as práticas, mas agora pensando sobre os modos como o trabalho em saúde pode mostrar-se como invenção. a partir da ética do cuidado de si.

A inquietação produzida a partir da trajetória profissional encontra eco nas discussões e pesquisas atuais sobre o SUS, sobretudo no que se refere a que práticas em saúde vêm sendo produzidas. O SUS vem mostrando-se como um campo de disputas de saberes e

⁸ “Atuando em Unidades Básicas de Saúde: novas possibilidades no pensar e agir em psicologia” (FAIT et al, 2004)

⁹ Trabalho de Conclusão da Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública sob o título “A gente não quer só comida: uma escuta interdisciplinar sobre a condição do risco nutricional”.

¹⁰ Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Saúde Pública – Escola de Saúde Pública/RS

fazerem ao mesmo tempo em que pauta-se pela lógica da integralidade do cuidado em saúde. Dessa forma, se coloca como uma política pública inacabada exatamente por este tensionamento produzido. Inúmeros textos e pesquisas que levam em conta a necessidade de consolidação desta política apontam para a condição processual. Considerar o SUS como uma experiência ética pressupõe essa condição de inacababilidade, pois requer invenção e singularidade no cotidiano das práticas. A problematização do SUS como uma política pública em transformação faz emergir condições de possibilidades para a produção dessa pesquisa.

No projeto de pesquisa, a interrogação inicial estava relacionada à produção de demandas de cuidado em saúde e sua relação com certas disciplinas do conhecimento. Ou seja, que discursividades produziam o endereçamento de determinadas demandas dos sujeitos usuários da saúde à disciplina da psicologia? Essa inquietação inicial se produziu na minha trajetória de trabalho em saúde e se fez a partir de encontros. Dito de outro modo, o que me perguntava até então era sobre como surgia a condição do endereçamento, ou conforme já naturalizado no SUS, do encaminhamento a um profissional da psicologia, quando um encontro pressupunha afecção. Pergunta movida pelo incômodo de perceber a convocação do psicólogo quando de uma fragilidade momentânea, ou de uma complexidade naturalizada como “condição psicossocial” do sujeito usuário, tomada como um atravessamento no seu processo de saúde. Inquietação sobre a naturalização do endereçamento da escuta do usuário aos trabalhadores do campo *psi*.

No entanto, ao longo do primeiro ano do mestrado, as leituras e a aproximação com o campo de pesquisa, foram me produzindo enquanto pesquisadora e as inquietações, essas também me transformaram. Hoje, mais ocupada de uma perspectiva de produção do conhecimento que se faz nas linhas de fuga, problematizo de que modo o trabalho em saúde pode se colocar eticamente como invenção, a partir da noção da ética do cuidado de si, operando com discursos e modos de cuidado em saúde não hegemônicos.

Percebemos a produção dessa pesquisa como efeito ético, na perspectiva foucaultiana, enquanto uma prática de liberdade e de produção de si. As perguntas iniciais se produziram coladas na discursividade da saúde coletiva. Uma aproximação com o campo de pesquisa e a própria vivência do primeiro ano do mestrado trouxeram novos contornos às inquietações iniciais. Ainda assim, algumas daquelas inquietações permaneceram. Dentre

essas regularidades, a pergunta sobre o tensionamento em relação aos modos de se produzir cuidado em saúde no âmbito dos encontros se fez presente e é tomada, nessa pesquisa, como escuta.

A aproximação com o campo de pesquisa, para além do que nos foi ofertado como um “campo possível” pode ser pensada a partir da noção de análise de implicação de Lourau (2004). Percebo hoje que minha trajetória profissional é marcada por elementos dos espaços públicos, tendo feito toda minha formação escolar, acadêmica e profissional nas redes públicas. Paulon (2005) aponta que a aproximação com o campo envolve uma permanente análise do impacto que as cenas vividas-observadas têm sobre a história do pesquisador e, citando Lourau, lembra que “estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que *eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar*; fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc.” (LOURAU apud PAULON, 2005, p.23).

Habitar os ”entre” espaços possíveis do fazer pesquisa na condição psicóloga-servidora pública-trabalhadora-pesquisador traz elementos para uma análise de implicação. Um recorte de determinada cena vivida em campo fala dos momentos em que me vi tomada pelo modo servidora-pública:

“Vejo que a equipe oscila na defesa de uma lógica privada atravessando a organização do trabalho. Ao mesmo tempo que defendem a idéia de que o privado garantiria certo comprometimento do trabalhador com o equipamento de saúde, quer seja nas suas instalações físicas, no cuidado com relação a preservação do patrimônio, quanto no ter que se haver com certas práticas que são obrigados a dar conta, sem escolha, como no caso das palestras ou do atendimento a certas demandas, como pediatria, por outro lado alguns trabalhadores verbalizam que certas práticas dizem mais do modo como a própria equipe opera com o trabalho, para além das normatividades instituídas pela gerência da empresa hospitalar. No entanto, não deixo de sentir um certo incômodo ao ouvir aquelas palavras que naturalizam uma certa condição de sujeito servidor público, que diz de acomodação, descomprometimento e alienação frente ao seu processo de trabalho... vontade de intervir dizendo, ei não é bem assim...” (Diário de Campo)

O encontro com o campo de pesquisa, desenhado também pela equipe com quem se escolhe compor a pesquisa-intervenção, diz de movimentos de aproximação tanto do sujeito pesquisador quanto dos sujeitos trabalhadores. Um encontro possível se fez entre a pesquisadora atravessada pela instituição pública e por uma equipe que opera com o tensionamento da instituição pública e privada. As duas equipes de saúde da família que compõe o convênio entre a Prefeitura de Porto Alegre e o referido hospital, no âmbito da atenção básica da saúde, se mostraram abertas à prática da pesquisa. No entanto, a equipe que compôs com essa pesquisa foi quem fez do momento inicial de aproximação uma pactuação possível para o exercício deste estudo. A escolha pela ESF em questão foi mútua, pois desejamos compor com o coletivo na medida em que nos vimos convocados a ocupar o lugar de pesquisador desde o primeiro encontro.

4.2 Encontros e desencontros: o contar de um processo

4.2.1 Das condições de possibilidades da pesquisa



“Escutar é uma alegria, é se deixar afetar pelos ruídos e barulhos do mundo” (ARANTES, 2012, p. 93)

O contar a pesquisa, para além do registro nos moldes de uma dissertação, pode ser tomado como experiência. A pesquisa narrada em diário de campo, em escrita-imagem e imagem-escrita, se propõe à condução de uma experiência que aqui se atualiza enquanto narrativas da escuta. Entendemos que, ao tecer a escrita da escrita, surge a potência para uma nova experiência do registro, ao que Hess (2006) se refere como o espaço temporal. Esse

espaço daria as condições para um distanciamento necessário entre o momento do registrar e o revisitar esse registro. Esse modo de registrar faz-se condizente com o pressuposto da pesquisa-intervenção, ao ligar os elementos metodológicos e seus efeitos. O pesquisador se produz em ato, produzindo conhecimento com o coletivo e no cotidiano e é na experiência da escrita que, novamente, o ato do pesquisar interpola e segue produzindo efeitos. Escrever impõe “à experimentação de um modo de dizer compatível com a problemática que nos mobiliza” (ALVAREZ; PASSOS, 2012, p. 132).

A inserção no campo de pesquisa foi sendo feita desde o final do segundo semestre do primeiro ano de mestrado, como uma aproximação inicial das reuniões do PET-Saúde¹¹, que aconteciam em um centro de saúde do distrito em questão. Esse território, a partir da segunda edição do Pró-Saúde¹², surge como um potente espaço de produção de conhecimento na medida em que equaciona formação e atenção em saúde. É um território que desde 2007 vem fazendo parceria com a UFRGS, através do Pró-Saúde e PET-Saúde, eleito pela universidade, entre outras condições de possibilidades relativas ao recorte do território no município, por ser “uma área em Porto Alegre com um extenso histórico de lutas e conquistas, com perspectiva de fincar raízes na região”. (BUENO; TSCHIEDEL, 2011, p. 38).

As reuniões aconteciam semanalmente, envolvendo tutoria, preceptores e alunos do curso de graduação da psicologia da UFRGS e se colocavam como um espaço de discussão e operacionalização dos objetivos da prática Docente-Assistencial. Segundo a docente Denise Bueno:

[...] a construção deste conceito de Distrito Docente-Assistencial visa à aproximação do ensino com o cenário de prática, procurando reforçar o papel que a universidade desempenha junto ao sistema de saúde com o objetivo de substituir o modelo tradicional de organização do cuidado em saúde, historicamente centrado na doença e no atendimento. (BUENO; TSCHIEDEL, 2011, p. 38).

No entanto, as modificações no PET-Saúde e Pró-Saúde advindas do Edital 24/2011 (BRASIL, 2011), do Ministério da Saúde juntamente com a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, colocaram em suspenso esse território de formação, sendo as reuniões do PET-Saúde interrompidas ainda no primeiro semestre de 2012. Este edital visava a Seleção de Projetos de Instituições de Ensino Superior, com objetivo de ampliação e

¹¹ Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde

¹² Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde

alteração da proposta de formação em serviço, com a perspectiva de organização dos grupos por temas e não pelo ordenamento disciplinar (por cursos de graduação).

Um campo em transição se fazia presente. Fomos impelidos a buscar novas saídas (e entradas). A transitoriedade se fez elemento presente dentre as condições de possibilidades de configuração do campo de pesquisa, em todo o processo. Numa segunda tentativa de reaproximação com o campo, via setor de gestão, fomos alertados de que algumas equipes do distrito estariam fragilizadas por conta da expectativa do resultado de um recente processo seletivo, que poderia alterar a lotação e manutenção dos antigos vínculos dos trabalhadores. Tratava-se de um momento de transição no município em relação à reconfiguração dos vínculos de trabalho no âmbito da saúde. Algumas das unidades de saúde do distrito teriam suas equipes modificadas pelas novas contratações via processo seletivo público. Em reunião com a representante da gerência distrital, com objetivo de pactuação do processo de pesquisa no território em questão, nos foi apresentada a então situação das unidades de saúde quanto aos efeitos desse momento de transição. Sendo assim, as equipes que vinham mantendo seu cotidiano de trabalho, apesar do atravessamento institucional da transição vivida no distrito, segundo a gerência, eram as equipes vinculadas ao hospital, uma vez que a forma de contratação, nesse caso, se dava pela própria instituição hospitalar e, portanto, não havia previsão de mudanças.

Contudo, essa “previsão” de regularidade não se confirmou, obviamente. O aspecto de transição também atravessava a equipe na qual nos inserimos, pois o período em que estivemos com os trabalhadores evidenciou aspectos de transição advindos da reconfiguração da própria equipe por conta saída de alguns dos trabalhadores.

4.2.2 O contar do processo

A inserção no campo de pesquisa e mais especificamente na própria equipe de ESF aconteceu mediante o tempo de submissão e aceitação, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Município de Porto Alegre, do projeto guarda-chuva intitulado “O trabalho como uma arte: as práticas e os saberes produzidos nos cotidianos de trabalho”. Ao longo dos meses de julho à dezembro de 2012, acompanhamos os trabalhadores em diferentes tempos e espaços do trabalho. A intervenção foi se produzindo ao longo de diferentes ações: reconhecimento do território, visitas domiciliares, participação em grupo de cuidado em saúde com os usuários,

ações em saúde pontuais, momentos do café. No entanto, as reuniões de equipe foram oferecidas e pactuadas formalmente, pelo coletivo de trabalhadores, como o espaço possível para a realização das oficinas de fotografia.

Esta equipe foi criada em novembro de 2008, com constituição inicial de equipe mínima e de equipe de saúde bucal. Atualmente compõem a equipe treze trabalhadores: cinco agentes comunitárias de saúde, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, um médico, um técnico administrativo, uma auxiliar de serviços gerais, um odontólogo e uma auxiliar em saúde bucal. A equipe tem como característica colocar-se como campo de formação para estudantes da área da saúde. A cada semestre circulam pela equipe alunos da medicina, fonoaudiologia e enfermagem. Já passaram por estágios no local, alunos da psicologia, quando o PET-Saúde era instituído a partir dos cursos de graduação. A supervisão é realizada pelos trabalhadores locais e por professores da universidade, que desenvolvem atividade de preceptoria junto aos alunos, nomeados “acadêmicos” pela equipe. A atividade de preceptoria gera efeitos institucionais, pois em alguns momentos os preceptores também participam das reuniões de equipe e das discussões de casos. A equipe conta com a participação da coordenação técnica da atenção básica do hospital, exercida por uma enfermeira, que eventualmente participa das reuniões e atividades de gestão no cotidiano de trabalho.

Durante o período em que se produziu a pesquisa foi possível acompanhar mudanças na equipe. Entre elas, a saída do médico e o afastamento por saúde de uma das agentes. Somadas a essas mudanças, a equipe enfrentou outras dificuldades que visibilizavam o momento de fragmentação e reinvenção do coletivo. Situações em que o equipamento de saúde, nas suas condições físicas, da mesma forma se mostrava fragilizado. Certo dia foi possível acompanhar os efeitos do desabamento do teto do posto com relação ao processo de trabalho e ao modo como percebem o atravessamento da lógica privada, uma vez que o discurso sobre as garantias do privado quanto ao asseguramento da qualidade e viabilidade das condições materiais se faz presente para a equipe.

Acompanhamos momentos em que a equipe se mobilizava para ações em saúde consideradas como eventos, pela instituição hospitalar. O chamado mutirão da saúde, nomeado enquanto feira de saúde e identificado como “ação de solidariedade”, que acontece semestralmente nos territórios das duas equipes de ESF, caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações territoriais. Estas ações envolvem, além das atividades rotineiras realizadas pelas equipes, como verificação de pressão arterial e exames citopatológicos, um olhar mais

ampliado do cuidado em saúde, como oficinas de artesanato, cortes de cabelo, atividades culturais e de economia solidária. Em datas específicas, como dia das crianças e natal, acompanhamos os movimentos dos trabalhadores para dar conta do planejamento e execução de atividades voltadas para a comemoração destas datas.

Ao longo da pesquisa, vivenciamos junto com os trabalhadores momentos em que os atravessamentos institucionais reafirmam relações verticalizadas com efeitos de diminuição do grau de transversalidade. As linhas duras da instituição traçadas pela discursividade da gestão privada, da lógica hospitalar e religiosa se atualizaram nas práticas dos trabalhadores enquanto uma moral. O Programa de Qualidade Total – 5S e a Missa de Ação de Graças, em comemoração aos 170 anos da congregação de caráter religioso, vinculada à instituição hospitalar, surgem como dois eventos emblemáticos na pesquisa, uma vez a intervenção fotográfica deu a ver os efeitos dessas práticas institucionalizadas. O período de preparação do ambiente de trabalho e dos próprios trabalhadores para receber a equipe de avaliação do referido programa teve a duração de algumas semanas. As oficinas de fotografia aconteceram durante esse momento, sendo que muitas imagens produzidas diziam do processo, ao “fotografarem o 5S”. Do mesmo modo, uma das datas previstas para a feitura das fotografias com os trabalhadores foi adiada por conta da convocação dos trabalhadores para a participação na missa. A justificativa institucional para a convocação, segundo os trabalhadores, seria por conta do serviço não ser prejudicado, uma vez que o horário em que a missa aconteceria não alteraria a rotina de trabalho, pois era no turno de reunião de equipe, não havendo atendimento ao usuário.

No entanto, aberturas no grau de transversalidade da equipe se produziam quando a prescrição se fragilizava, esgotava ou faltava. Os movimentos instituintes se fizeram ver nos momentos em que a ausência do normativo abria para a possibilidade da equipe se perguntar. Na ausência do médico, quando puderam discutir e perceber que a continuidade do trabalho em saúde seguia, ou quando algumas discussões de casos, nos momentos do café, ou quando a pauta da reunião se esgotava, potencializavam um deslocamento de si, com a pergunta de como conduzir-se eticamente.

Com relação às oficinas de fotografia, podemos analisar o quanto a proposição desse fazer foi recebida pela equipe como prescrição. Foi necessário agendamento prévio, em datas específicas, junto ao calendário das atividades de educação permanente. Foi solicitado à

pesquisadora que descrevesse a atividade brevemente, mas que se fizesse por escrito, com previsão de tempo e datas. A justificativa era de que com aquela equipe “*as combinações tinham que ser visíveis e no papel*”. No entanto, mesmo com um planejamento definido previamente com os trabalhadores, acordado em três encontros, esse fazer escapou à prescrição. As oficinas de fotografia aconteceram ao longo de seis encontros, entre momentos de discussão sobre a relação da imagem com os modos de vida, a feitura das fotografias e a discussão das mesmas. Os encontros de sensibilização se mostraram como espaços de maior exercício de reflexão sobre o trabalho, quando puderam discutir sobre as transformações que a equipe vem sofrendo com a saída de alguns trabalhadores. Outra discussão interessante, a partir de uma das fotografias do mutirão, foi com relação à noção de “caixa de ferramentas”¹³ trazida por uma das agentes enquanto um saber que se produz em ato. Uma fotografia da feira de saúde suscitou a discussão sobre a fragmentação do trabalho, a partir de uma lógica de disciplinamento. Do mesmo modo, a equipe pode falar sobre os efeitos que a ausência do médico trazia para o trabalho de cada um. O encontro reservado para a confecção das imagens foi bastante protocolar, sendo tomado pela equipe como uma pauta da reunião.

Os trabalhadores não transpuseram o equipamento, remetendo à idéia do que Flusser (2002) identifica como “fotógrafo-funcionário”, uma vez que não se arriscaram na transgressão do aparelho. Podemos aqui pensar o aparelho não somente enquanto máquina fotográfica, mas o ato de fotografar. O ato fotográfico foi marcado pela relação de consumo com um mundo imagem, atravessado pelo modo indivíduo, uma vez que a relação estabelecida foi a de cada trabalhador com o seu aparelho. O modo privado de viver e trabalhar se atualiza no ato do fotografar. O terceiro momento, de discussão das imagens produzidas, pode ser problematizado enquanto o suportar a fotografia, referido por Barthes (1984). Os trabalhadores sustentaram por algum tempo a discussão, se ocuparam com os detalhes das imagens, mas o suportar teve seu limite no tempo. A exposição das fotografias foi pensada, mas não mostrada, suscitando um permanente mostrar-esconder enquanto movimento da equipe.

A imagem e a narrativa estiveram presentes ao longo dessa pesquisa, se considerarmos o que foi possível produzir ao longo dos encontros, para além das oficinas. Interessante o movimento que a equipe fez ao narrar, por imagens, alguns acontecimentos

¹³ Conceito muito utilizado por Merhy (1997, 2002), em suas discussões sobre tecnologias do cuidado para o trabalho vivo em ato. Podemos aproximar essa inspiração na idéia de caixa de ferramentas enquanto um conceito que aparece no diálogo de Foucault e Deleuze (FOUCAULT, 2007).

cotidianos ou da utilização da fotografia como recurso do trabalho. Tittoni (2011b) aponta que, quando as imagens passam a ser utilizadas para nominar ou descrever as experiências do grupo, sobretudo nos contextos onde a palavra predomina, estamos diante de um tensionamento nos jogos de visibilidades. Certo episódio vivido na pesquisa aponta o uso da fotografia como “prova”, pois se fazia uso deste recurso a fim de dar visibilidade ao espaço físico da unidade de saúde. Com o objetivo da renovação do convênio do hospital com o município, se pensou no uso da imagem para a prestação de contas anual, realizada junto ao conselho distrital de saúde. Outra situação em que a imagem esteve presente foi a missa narrada pelos trabalhadores através das fotografias projetadas durante o ritual que contavam a história da congregação. Além disso, foi sugerido por algumas usuárias que o pedido feito em cartazes, pela comunidade, endereçado ao médico para que este permanecesse na equipe, fosse fotografado e mostrado para sua esposa, a fim de que a mesma pudesse ver o quanto o companheiro era querido nesta comunidade. A fotografia aqui aparece novamente como “prova”, mas também como estratégia de luta.



Narrativa sobre “As Batalhas” – A luta “fica doutor” e a batalha entre o dizível e o visível.

Situamos a intervenção fotográfica enquanto um processo. Interessante analisarmos o quanto os trabalhadores se conduziram nas oficinas pela prescrição, como uma tarefa a ser cumprida. No entanto, evidenciamos que a intervenção por imagens transpôs o espaço-tempo das oficinas.

Quando pesquisamos na perspectiva das oficinas de fotografia enquanto intervenção fotográfica, abrimos a possibilidade de que o operar com a imagem possa transcender o espaço-tempo da oficina. O oficiar, conforme será discutido, amplia a possibilidade de intervenção voltada para a feitura das imagens. Ou, pensando com Foucault (2008) e Deleuze (1998), a intervenção acontece quando a fotografia é “rachada”, quando os enunciados se fazem ver e as práticas são desnaturalizadas. Enquanto a fotografia e o ato fotográfico foram tomados como prescrição, circunscritos a um tempo-espaço definidos pelo agendamento prévio e pela duração de uma pauta de reunião, o trabalhador se vê colado ao aparelho, a palavra permanece colada à imagem e o trabalho de si sobre si pautado por uma moral. Cada trabalhador privado no seu aparelho sobrepuja uma condição coletiva e pública do fazer. No entanto, na medida em que foi possível abrir as dizibilidades e visibilidades, potencializadas pelo encontro com o detalhe das imagens e com as próprias narrativas dos trabalhadores, se fez operar uma condição ética na relação consigo e com o outro.

Este compartilhamento da imagem lembra um estudo feito por Palombini et al (2010) que aponta para a potência do compartilhamento da experiência de uma escrita coletiva para trabalhadores da saúde mental. Ao compartilharem o exercício da escrita sobre cenas cotidianas de um residencial terapêutico, puderam fazer de suas histórias, histórias coletivas e públicas, além da invenção e do compartilhamento de novos modos de cuidar. A escrita compartilhada parece ter sido um interessante dispositivo de produção de si, sendo a escrita uma técnica do cuidado de si fomentada na cultura grega, enquanto um exercício para a arte de viver, como bem lembra os autores, retomando Foucault.

Podemos dizer que a potência da imagem, nesse caso, tanto das narrativas fotográficas quanto das narrativas de si, se desdobra na potência do perguntar. O detalhe é enunciado enquanto condição do sensível e se dá a ver quando a pergunta é partilhada no plano do comum.

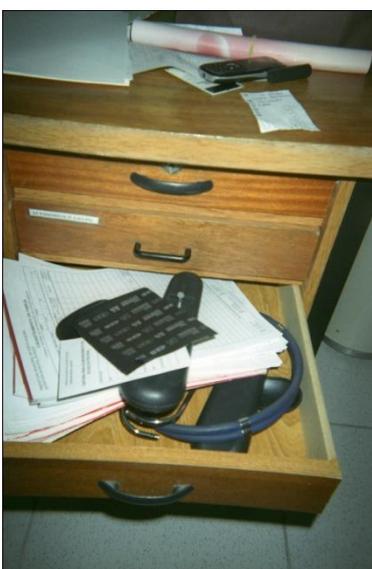


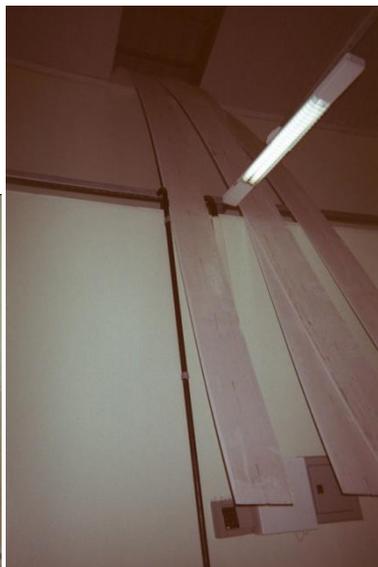
Narrativa sobre o foco – “fazer ver o que o olho não pode ver em condições normais de vida e de visibilidade” (TITTONI, 2011b, p.137-138)

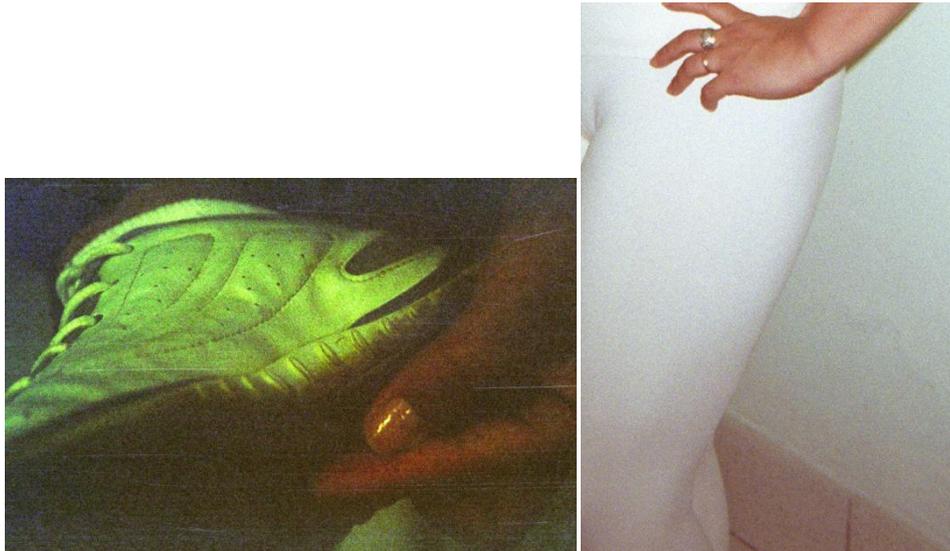
5 NARRATIVAS DA ESCUTA: O DIZÍVEL, O VISÍVEL E O SENSÍVEL

A relação entre o público e o privado se mostra presente desde o desenho do campo da pesquisa-intervenção, quando da possibilidade de se pesquisar junto a uma equipe de saúde da atenção básica, que é gerida pelo setor privado. A partir da transversalização desse analisador – relação público-privado - é possível se perceber algumas práticas do trabalho em saúde desta equipe, visibilizadas no trabalho vivo que se faz nos espaços formais - reuniões de equipe – e informais - nos momentos do café, das conversas de corredor e nos encontros entre os trabalhadores. A transversalização do público e do privado se evidencia em jogos agonísticos que dão a ver jogos de verdade na produção do cuidado em saúde. Tais visibilidades dizem de práticas que ora são mais evidentes, ora se camuflam, ao que chamamos do jogo mostra-esconde; de práticas de disciplinamento, a partir das relações de saber-poder, reafirmadas pela lógica do privado; tensionamento do trabalho entre uma conduta moral e uma conduta ética. Percebemos que o cuidado em saúde é produzido em meio a um campo de práticas tensionado por estes jogos agonísticos.









Narrativa “Mostra-esconde” – claro/escuro, dentro/fora, cheio/vazio, dito/não dito, desorganiza/organiza, público/privado, mostra/esconde

5.1 Jogo do mostra-esconde

Uma das possibilidades de atualização da relação público e privado se materializa no que chamamos de jogos de mostra-esconde da equipe, que diz de uma prática de si desses trabalhadores ao serem convocados a responder desde um lugar híbrido de práticas atravessadas por esta oposição. O efeito do atravessamento dessa tensão mostra enunciados que ora assumem condições de visibilidade, no ato de mostrar e de publicizar tais práticas, ora são camufladas, por conta da tensão da lógica da privatização da experiência, que ganha força em certos jogos de poder. Assim, as práticas do trabalho em saúde e, como efeito, as práticas do cuidado em saúde, se produzem em meio a este jogo de visibilidades e invisibilidades.

Uma primeira possibilidade de análise desse jogo de mostra-esconde diz de como vão se configurando as dizibilidades possíveis do trabalho na saúde. A entrada no campo de pesquisa é marcada por uma condição de “tudo dizer” já num primeiro encontro com essa equipe. Na ocasião, a pesquisadora se vê interpelada a ocupar um lugar de escuta pelos trabalhadores, que, num primeiro momento, revelam os efeitos dos modos de trabalhar acionados pelas possibilidades de encontros e desencontros no trabalho coletivo. O tensionamento do público e do privado aqui se manifesta pela possibilidade de tornar públicas as questões relativas às dificuldades de se trabalhar em equipe. O jogo do mostra-esconde aqui ganha contornos no ato de mostrar, no sentido de publicizar à pesquisadora as dificuldades no trabalho.

“Após a reunião, acontece uma conversa mais informal, extra-reunião, com enfermeira e agentes de saúde, que por sinal demonstram bastante apropriação do seu trabalho. Num rápido resumo, falam um pouco da história da equipe que, de três meses prá cá, vem passando por mudanças importantes, incluindo a substituição da enfermeira coordenadora. Falam de como era antes, que ninguém falava, que tinha que se cumprir as metas, mas não se discutia os problemas. Que a equipe sempre fora vista como modelo, tanto no alcance das metas quanto no relacionamento... No entanto, cada um resolvia “seus casos” sozinho e que nem a pequena rede [equipe] era produzida (entendimento de que as redes se produzem também em ato, sendo que pequenas redes dizem dos desenhos possíveis na reunião, quando se discute um caso, por exemplo, em que uma rede se faz). [...]. Fico pensando nessa condição do tudo dizer a alguém que é de fora e que já é colocada nessa condição de escuta, de pesquisadora-especialista. Lógica confessional? Saio com a sensação que fui mais que acolhida, quase que capturada pela equipe na sua concordância em participar da pesquisa. O que opera num coletivo que aceita sem hesitar um convite-aventura que levaria a caminhos nem sempre tão fáceis de trilhar, que diz do se confrontar com seu processo de trabalho, com o seu fazer cotidiano? [...] E o que opera nesse mesmo coletivo que deposita tamanha confiança em alguém até então desconhecido a eles quando “despejam” nesse primeiro encontro “segredos” até então guardados a sete chaves?” (Diário de Campo)

Na cena destacada pelo diário de campo, podemos evidenciar, através da análise de implicação da pesquisadora, a problematização do que lhe é endereçado no ato inaugural do encontro com os trabalhadores. A narrativa sobre a história da equipe, que está vivendo transformações do trabalho no que se refere à reconfiguração deste coletivo, por meio de novas contratações e conseqüentes substituições, aponta para um momento de fragilidade dessa equipe. A problematização do modo como é realizado o endereçamento dessa narrativa se justifica pelo paradoxo, porquanto tamanha fragilidade é anunciada para um outro recém chegado, que se coloca como alteridade, mas que já se vê convocado a escutar a equipe.

A captura do outro, no discurso do verdadeiro, retomando a noção de *parrhesía* em Foucault, se aproxima bem mais da lisonja, no sentido de um certo endereçamento ao que poderia interessar o interlocutor, e nesse sentido agradá-lo, do que necessariamente a própria

coragem do ato de dizer. Ao buscarmos a imagem da *parrhesía* de Foucault para dar conta dessa análise, ponderamos o que mesmo está sendo revelado. À *parrhesía*, enquanto ato que implica coragem, não tanto importa a verdade revelada, mas o como essa verdade é passível de ser dita. Tomando a *parrhesía* como uma condição do dizer a verdade de modo corajoso, pois requer assumir riscos, percebemos que a equipe vai se modificando na relação com a verdade, com o que pode ou não dizer, com o que se faz possível ou não falar. A imagem do diário de campo enuncia uma das possibilidades de relação com a verdade, que diz do mostrar, do tornar público. A enunciação da fragilidade da equipe se faz possível em alguns momentos, como no fragmento citado ou na imagem do teto desabando e compõe uma narrativa de mostra-esconde.

No jogo do mostra-esconde, a condição de dizibilidade do tudo dizer, e então tornar público, agoniza com a privatização da vivência. Em muitos momentos do campo, era possível perceber na fala dos trabalhadores um esforço no sentido de esconder e camuflar certas práticas, não reconhecidas como trabalho, que se faziam presentes através de brincadeiras entre a equipe. É o caso das fotografias do tênis e da calça branca que durante a oficina de fotografia, serviram como disparadoras para a reflexão desse processo.

A fotografia do tênis, narrada por uma das trabalhadoras, tensiona o que é possível ou não ser tomado como trabalho, uma vez que a trabalhadora revela que essa imagem aponta para práticas cotidianas no trabalho, como as brincadeiras, que devem ser camufladas ou disfarçadas quando há por perto alguma chefia¹⁴. A fotografia da calça branca, faz enunciar o jogo do mostra-esconde pelo corpo, que se confunde com o branco da parede. É interessante perceber que quanto mais se escondem as práticas mais visíveis elas se tornam. A oficina de fotografia se mostra como uma possibilidade de intervenção na medida em que dá a ver exatamente aquilo que a equipe esforça-se para esconder.

As fotografias que refere limpeza e organização das gavetas dizem do momento em que a equipe passava pela preparação para avaliação do Programa de Qualidade Total (5S)¹⁵.

¹⁴ A trabalhadora refere que no cotidiano de trabalho, enquanto conversa com algum colega, costuma brincar de tirar “tatu” do nariz e passar no seu tênis, sendo que, com essa atitude, provoca afetações diversas em seus pares. Essa cena narrada faz pensar no quê do trabalho surge como possibilidade de deslocamentos e afecções dos trabalhadores.

¹⁵ Qualidade Total é uma tecnologia de gestão baseada no modelo japonês, que aperfeiçoou práticas de administração para o setor privado com objetivo de eliminação do desperdício, aumento de produtividade e conseqüente elevação dos lucros empresariais (SPILKI, 2004). A sigla 5s refere-se a cinco ordenamentos,

Esse programa é desenvolvido pela instituição hospitalar em todos os âmbitos da organização, incluindo a atenção básica. Conta com uma equipe responsável composta pelos próprios trabalhadores do hospital, sendo que cada setor avaliado, a cada avaliação anual, requer um representante dos trabalhadores como responsável pela condução do processo, quando da recepção da equipe avaliadora no local de trabalho. Nesse ano, uma das agentes de saúde foi quem ficou responsável pelo programa no âmbito da ESF. Um dos efeitos que esse tipo de estratégia de gestão produz nos modos de subjetivação dos trabalhadores é a primazia do modo-indivíduo em detrimento a estratégias mais coletivas de organização do trabalho (SPILKI, 2004). O exercício fotográfico permitiu lançar-se o olhar para como o sujeito trabalhador pode ir se tornando esse sujeito moral, orientado pelas regras de gestão. As fotografias que remetem à organização do ambiente de trabalho geraram comentários na equipe sobre os momentos em que somente é possível pensar e se ocupar da organização do ambiente para a avaliação do programa. Nesse caso a fotografia operou como um elemento que se interpôs entre o antes e o depois da preparação do ambiente, mas de qualquer modo, testemunhou aquilo que a equipe se ocupou em ocultar.

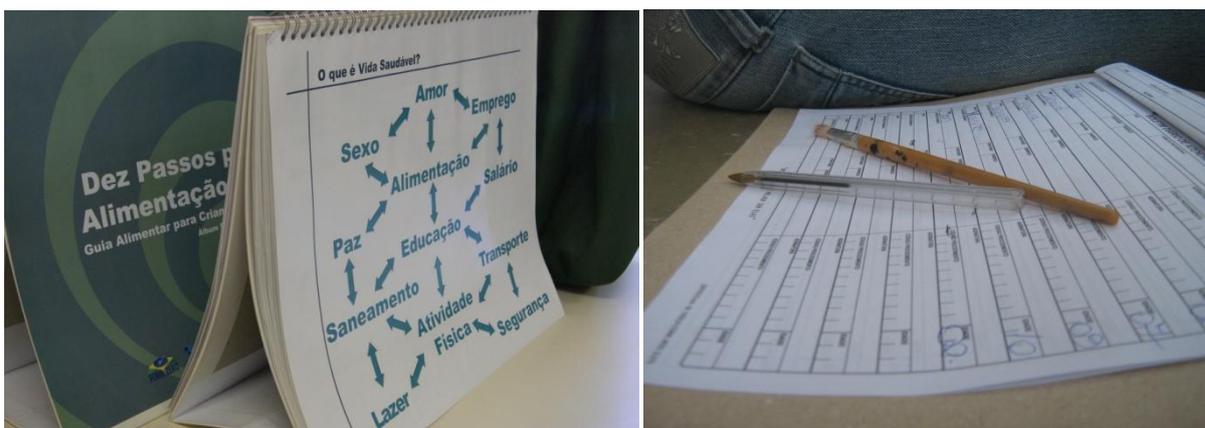
Com relação ainda ao jogo do mostra-esconde, consideramos que a proposta de uma exposição das fotografias como finalização do processo das oficinas também evidenciou práticas que dizem da dificuldade do compartilhamento da experiência para esses trabalhadores. Poucos sustentaram o encontro que se ocupava da reflexão sobre o processo de escolha das fotografias com esse fim. Anunciaram o incômodo da equipe não se ocupar como um todo da atividade, que foi tomada como uma prescrição nesse caso. Discutiram um modo de comunicar esse incômodo, ao que vislumbraram como possibilidade de enunciação do mal estar, dispondo as fotografias escolhidas de modo que as fotografias dos trabalhadores ausentes naquela oficina ficassem viradas para baixo.

Ao problematizarmos o modo como as práticas do trabalho em saúde vão se constituindo, percebendo-se o jogo do mostrar e esconder, entra em jogo também o que pode ser enunciado, o que pode ser dito ou visibilizado e o que não pode. Nesse sentido, problematizamos a orientação do Comitê de Ética, enquanto instituição agenciadora de pesquisas no âmbito do município, pois, mesmo em se tratando de pesquisa em saúde, não sobre seres humanos, mas com seres humanos, orienta para a não utilização de imagens que

nomeados sentidos, que orientam esse conjunto de técnicas de organização do trabalho: senso de utilização, senso de ordenação, senso de limpeza, senso de saúde, senso de autodisciplina.

identifique pessoas. Essa orientação acaba trazendo efeitos para o modo como é possível se produzir pesquisa no âmbito da saúde. Se tomarmos a pesquisa como intervenção, e por que não, como um modo de agir em saúde, aqui temos um claro atravessamento nas práticas de trabalho e cuidado em saúde.

5.2 Das práticas disciplinares



“O que é Vida Saudável?”

Retomando a questão da transversalização do público e do privado enquanto processo que se evidencia nos jogos de verdade e que produz determinados modos de cuidado em saúde, destacamos as práticas de disciplinarização que se materializaram no campo da pesquisa. Tais práticas dizem sobre como os trabalhadores se produzem no trabalho e nos jogos de verdade e do modo como o cuidado em saúde tensiona formas mais prescritivas de trabalhar ou modos éticos de subjetivação no trabalho.

As narrativas que seguem apontam para questões presentes no campo da pesquisa e dizem da disciplinarização como “uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2009, p. 134), mecanismo que se empresta ao controle dos corpos e, por conseguinte, elabora as relações de poder em que o corpo é alvo de controle e dominação pela sua potência. Também indicam como de práticas disciplinares nas relações de saber-poder inerentes ao campo da produção e do cuidado em saúde, quando a disciplina se coloca como “princípio de controle da produção do discurso” (FOUCAULT, 2012, p. 34).

Pensar a relação da disciplinarização no trabalho com o jogo do público e do privado nos abre a possibilidade de visibilizar o modo como esses trabalhadores operam na produção de um cuidado em saúde que segue um imperativo de cuidado ligado a saberes circunscritos e ordenados por campos específicos do saber científico. Poderíamos tomar a noção de privado, nesse caso, tensionando as práticas de cuidado em saúde, que ora se produzem na discursividade da transposição dos limites de cada disciplina do conhecimento e ora se restringem aos seus contornos. Nesse caso podemos operar com a noção de privado como um mecanismo de disciplinarização, quando a disciplina assume sua “função restritiva e coercitiva” (FOUCAULT, 2012, p. 34) na produção do discurso. A noção de público se coloca como um operador que vai tensionar esse jogo quando provoca esses limites impostos pela disciplinarização. Na discursividade do campo da saúde coletiva essa disputa se materializa na discussão sempre atual da necessidade de um cuidado em saúde produzido por práticas interdisciplinares.

A narrativa fotográfica abaixo traz um desenho possível para a enunciação das práticas de disciplinamento presentes no trabalho em saúde a partir da disposição de algumas imagens produzidas no campo da pesquisa. Tais práticas dizem de como o trabalho em saúde, a partir do trabalho de si sobre si do trabalhador, vai configurando modos possíveis para o cuidado em saúde, que se desdobra nos encontros do trabalhador com o usuário. A disciplinarização, tomada enquanto um mecanismo de controle dos corpos, se faz ver pelos modos de trabalhar ligados ao exercício de práticas segregadas do coletivo, tendo como efeito de subjetivação, o modo sujeito-indivíduo. Analisando o efeito disciplinar pela via do controle do discurso, o campo de pesquisa dá a ver os jogos de saber-poder vinculados às diferentes disciplinas do conhecimento que se ocupam da saúde.

A discussão sobre a importância do trabalho pautado pela integralidade se fez presente em vários momentos. Por se tratar de estratégia de saúde da família, a equipe fixa é composta pelos saberes técnicos da medicina, enfermagem e odontologia, sendo que este campo do conhecimento agrega-se à equipe mínima enquanto equipe de saúde bucal. No entanto, por mais que se tensione a integralidade do cuidado, aqui já se demarca uma diferença, uma cisão entre as áreas de atuação. Os trabalhadores evidenciam o tensionamento existente na equipe entre uma lógica disciplinar e um modo menos definido, ao reiteradamente discutirem a necessidade de se portarem como uma equipe integrada:

“Nesse dia uma importante discussão na reunião de equipe tratou da disciplinarização do cuidado, uma vez que um dos trabalhadores tensionou o quanto percebia a equipe de saúde bucal separada do restante da estratégia por conta de algumas práticas. Problematizou o fato de que a maior parte do tempo o trabalho da odonto é desenvolvido no consultório, mas que entendia a importância de que os fluxos, que nesse momento vem sendo pensados e modificados pela equipe, levem em conta o próprio fluxo da odonto e que a equipe pudesse se pensar a partir de uma equipe única. Tensionou também o fato de que no âmbito do cuidado da saúde bucal há demandas em saúde que vão para além dessa disciplina, sendo que tem vezes que mais da metade do tempo da consulta é para ouvir o paciente. Identifica muitas questões de saúde mental, pois algumas pessoas têm a necessidade de falar e serem ouvidas” (Diário de Campo).

Os trabalhadores evidenciam, ainda em relação a um possível saber sobre integralidade, a necessidade de que assumam uma mesma linguagem na relação com os usuários e, assim, possam efetivamente se conduzir como uma equipe. Chama a atenção que a discursividade de um trabalho mais voltado para práticas interdisciplinares se coloca como questão justamente nos momentos em que a prescrição não dá conta da totalidade de situações complexas no cotidiano de trabalho:

“Uma das agentes coloca em pauta a situação da usuária que não foi atendida durante a semana, o que causou um importante conflito entre a equipe e a usuária. Tratava-se de uma mãe que levava seu filho portador de necessidades especiais com febre e que a mesma não foi acolhida. A agente de saúde responsável pelo território em que a usuária mora trouxe a discussão a fim de levantar o que realmente acontecera naquele dia. A discussão girou em torno da busca do responsável pelo não acolhimento da paciente, que saiu sem atendimento. Passo a me perguntar sobre a visibilização de práticas de personalização e culpabilização. A partir dessa situação retoma-se a discussão da importância da equipe “falar a mesma linguagem” no que se refere ao modo como “o fluxo” organiza o serviço. O fato de que naquele momento aquela criança não poderia ser atendida na equipe não impediria que a mãe pudesse ter sido acolhida na sua necessidade e orientada devidamente a buscar a emergência

hospitalar, ponderou a agente. Ela [a agente] constata: “não somos uma equipe” (Diário de Campo).

Os dois recortes do diário de campo, colocados lado a lado, enunciam o modo como esses trabalhadores operam com o cuidado em saúde quando esse se coloca com possibilidade de ruptura das fronteiras entre os saberes. Quando tomada como uma moral, a integralidade no cuidado em saúde passa a ser da ordem do prescritivo. Na ausência de elementos que definam a prescrição em maior grau ou quando a prescrição não dá conta, a possibilidade de um exercício ético se mostra fragilizada. A provocação da agente de saúde ao enunciar a impossibilidade da constituição da equipe enquanto coletivo mostra que o sujeito moral tropeça exatamente onde o trabalho e a vida lhe exigem invenção. Ou se trabalha separado, ou a equipe, para ser um coletivo, deve sucumbir ao uníssono. Por um lado garante-se certa transposição das fronteiras dos saberes, para que a voz do coletivo se faça única. Mas desse modo, não se perde a singularidade, as linhas de fugas, a potência do coletivo? Parece que a questão novamente trata-se do desafio da operação do público e privado de modo que o privado não se materialize nos processos de individuação do sujeito, tampouco o público se faça produtor de práticas homogeneizadas.

A força com que os processos de trabalho vão se configurando de modo mais fragmentado é apontada por uma das trabalhadoras, em uma das oficinas de fotografia. Pelo fato de trabalhar sozinha e nos “bastidores”, quase não consegue se envolver com o trabalho da equipe. É o caso dos dias de mutirão, quando muito atarefada, não consegue saber o que se passa fora do posto, onde o trabalho também acontece. As fotografias dos espelhos enunciam a fala dessa trabalhadora, ao ouvir a colega sobre sua vontade de ver as fotografias e, conseqüentemente, as imagens do mutirão. Ocorre-lhe que o espelho da imagem diz de diferentes realidades, uma vez que se trata de vários espelhos, fazendo uma ligação com o trabalho do outro, que não se vê, mas que está ali. Interessante pensar que justamente os espelhos eram equipamentos da saúde bucal, disciplina cujos trabalhadores reivindicam a partilha do cuidado em saúde na equipe.



“Odonto; espéculos; retirada de pontos/curativos”



“Saponáceo; sabão em barra; detergente líquido”

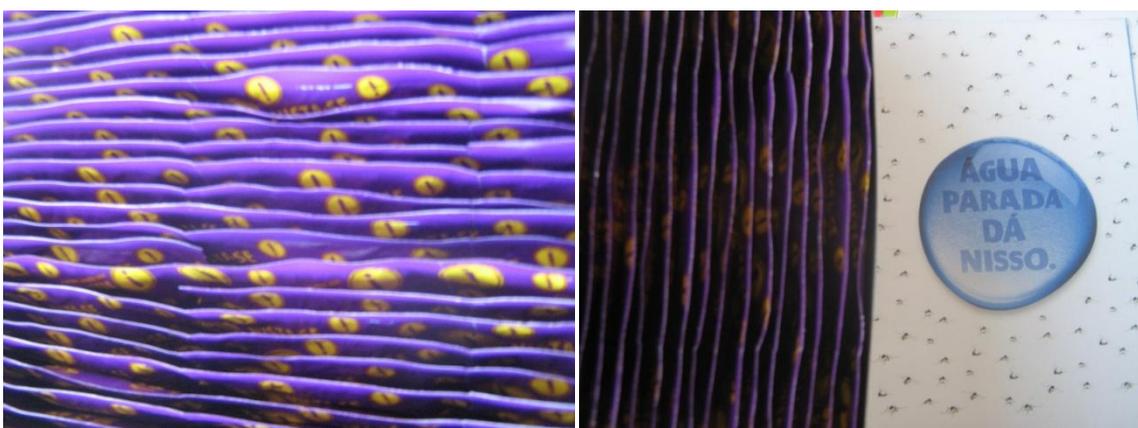


“Faz-se ver pela semelhança, fala-se através da diferença” (FOUCAULT, 2008, p. 39)

Uma das definições de Foucault (2012) para disciplina, diz de “um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isso constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele” (FOUCAULT, 2012, p. 28-29). Ao considerar que a disciplina pode se materializar no discurso científico, aponta que é pelo fato da formação regular desse discurso ligar-se a procedimentos de controle. Para o autor, toda tarefa crítica pressupõe, então, pôr em questão tais instâncias de controle, analisando-se, ao mesmo tempo, essas regularidades.

Tomando-se as regularidades como um ponto importante de análise, as narrativas nos auxiliam a visibilizá-las. Como as prescrições técnicas do trabalho em saúde se materializam no âmbito do trabalho? Trazemos a narrativa composta por imagens de material informativo produzido pelo SUS juntamente com as imagens das xícaras personalizadas da equipe. Tal composição nos ajuda a tensionar o campo das práticas no sentido de enunciar suas regularidades. O material informativo traz enunciados imperativos de ordem moral, pois orienta a condução do sujeito na experiência de si a partir de verdades a serem acessadas pela relação com a verdade do conhecimento. O exercício possível para o sujeito se dá quase que

pela sua conversão ao discurso científico. A disciplinarização assume aqui seu duplo risco, o controle do discurso bem como o controle dos corpos.



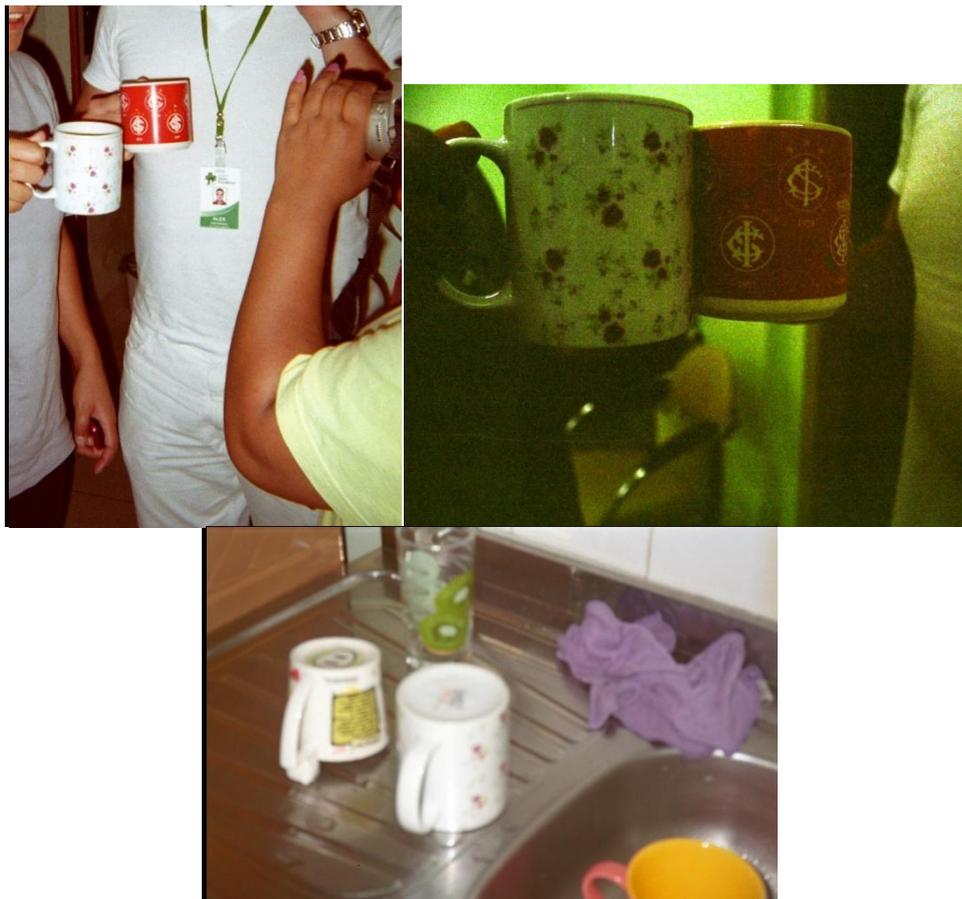
Narrativa sobre a disciplinarização da vida

Controle dos corpos, controle das xícaras. A aquisição e manutenção das xícaras de café, utilizadas pelos trabalhadores em momentos de maior aproximação com a possibilidade de um trabalho real, enuncia práticas disciplinares. A escolha da confecção de fotografias com xícaras diz do quanto são caras a cada um da equipe. Tanto que muitas

discussões que envolvem as relações de trabalho no coletivo puderam ser trazidas a partir de conflitos gerados pelo uso do utensílio que não pelo seu dono. Novamente a demarcação da propriedade privada. Tecnologia utilizada para o asseguramento da ordenação das multiplicidades humanas (FOUCAULT, 1997). Seria um paradoxo para uma equipe que se reconhece na verdade da integralidade da saúde, mas não o é porque a relação se dá a partir de um sujeito moral e do discurso da unicidade. Cada um com sua xícara é uma moral na equipe. A disciplina pode reduzir fenômenos de singularização, pois opera com a multiplicidade de modo que esta se torne menos manejável que uma unidade:

[...] é por isso que a disciplina fixa; ela imobiliza ou regulamenta os movimentos; resolve as confusões, as aglomerações compactas sobre as circulações incertas, as repartições calculadas [...] Em uma palavra, as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. Uma multiplicidade, seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o limiar da disciplina quando a de uma para com a outra torna-se favorável. (FOUCAULT, 2009, p. 207-208).

Para Foucault, a análise crítica das regularidades discursivas não está separada da descrição dos limites que interferem nessas formações. O autor fala da importância da busca da rarefação no discurso, do que se coloca como ruptura. Retomo uma cena do campo, quando uma das trabalhadoras me conta que a mesma pessoa que ficou incomodada com o uso de sua xícara por outros, teve sua xícara quebrada por descuido próprio. Foi o necessário para que algo se rompesse ali junto com a xícara. Entendeu que não fazia sentido o pacto do uso individual desse objeto pessoal, pois foi seu descuido que a quebrou. Desde então não mais se importou que lhe pegassem sua xícara.



“Quem pegou a minha xícara?”

O mecanismo da disciplinarização aparece também no que se refere às disposições dos móveis e equipamentos de saúde da estrutura física do posto. Estas dizem das práticas assumidas pelos sujeitos no âmbito do trabalho disciplinarizado. Foucault (1988, 2009) atenta para o quanto as estruturas físicas carregam consigo discursividades. Em algumas reuniões de equipe a temática discutida em termos de organização do espaço físico, que tinha como objetivo, entre outros, a preparação para a recepção da equipe de avaliação do programa 5s, trazia à tona a reflexão sobre o trabalho. Uma vez que precisavam definir características dos móveis necessárias para a melhoria do processo de trabalho e com isso justificar a solicitação frente à organização hospitalar, passavam a discuti-las de acordo com as especificidades das atividades de cada trabalhador. A definição sobre que tipo de escaninho a ser planejado para o espaço da recepção, onde se faz o primeiro contato com o usuário, era problematizada por toda a equipe. Para definir o tamanho e a funcionalidade do móvel, pensavam nas diferentes etapas do processo de trabalho a ser cumprido. Interessante pensarmos na imagem do escaninho, pois diz de uma estrutura compartimentalizada, previamente definida em suas separações e, portanto, disciplinas.

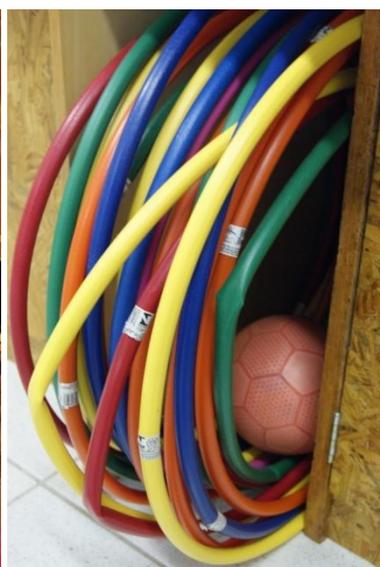


“Produzir *com* imagens e não *sobre* imagens ainda é um inquietante desafio”
(TITTONI, 2011b, p. 125).

5.3 Os prontuários - imagens do disciplinamento

“Nesse dia uma das pautas da reunião que me pareceu servir como disparadora para a reflexão sobre o trabalho da equipe foi a discussão sobre a importância do registro do nome correto do usuário no prontuário. Essa pauta permite uma intensa reflexão, pois o efeito do registro errado tem pode trazer alguns transtornos na marcação de exames na rede. Então logo se retoma a combinação de que sempre que as agentes preencherem a ficha A, que elas possam cobrar do usuário o documento de identidade” (Diário de Campo).

“Falou-se na reunião que a usuária não se reconheceu no prontuário. Ela questiona a trabalhadora sobre o que sendo registrado a seu respeito naquelas folhas... ‘essa aí não sou eu’ diz ” (Diário de Campo)







“Tem que ser selado, registrado, carimbado, avaliado, rotulado se quiser voar!” (SEIXAS, 1983)

5.4 Narrativas da Escuta – deslocamentos possíveis do trabalho moral à ética



“Foi mais para mostrar, por meio da fotografia, que se o tempo e a experiência não cessam de jogar juntos, eles, porém, não são do mesmo mundo. E o tempo pode bem trazer suas mudanças, o envelhecimento, a morte, pois o pensamento-emoção é mais forte que ele. Só o pensamento-emoção, e apenas ele, pode ver, fazer ver suas invisíveis rugas.” (FOUCAULT, 2011, p. 101).



“As coisas que não podemos ver são as mais carregadas de sentido. Não podemos fotografá-las, apenas sugeri-las” (FOUCAULT, 2011, p. 94)

O perguntar sobre os modos como o trabalho em saúde pode se colocar eticamente como invenção persiste no campo de uma pesquisa-intervenção. Este perguntar coloca-se a partir da possibilidade de criação de outros modos de subjetivação e de outras discursividades sobre o cuidado em saúde que não aqueles mediados e produzidos pela prescrição e pela moral. Esse perguntar se faz vivo naquilo em que uma abertura para o instituinte opera, quando circunscrevemos um campo em que o olhar de interrogação atravessa pesquisador e trabalhadores na intersecção do encontro.

Deparamo-nos freqüentemente com regimes de verdade que apontam o cuidado se produzindo de diferentes modos¹⁶. Se essas verdades tanto podem produzir formas de dominação como formas de resistência nos modos de subjetivação, podemos pensar como se dá o exercício ético do trabalho na sua micropolítica. O trabalho nas equipes de saúde, quando pautados hegemonicamente por atos prescritivos, reduz a possibilidade de emergência de um sujeito ético-estético.

Outro modo de problematizar o trabalho no campo da saúde seria a partir dos efeitos que a transformação do trabalho na contemporaneidade pode trazer. Conforme Castel (1998), os elementos do trabalho contemporâneo definem a produção de outros modos de subjetivação, diferentes daqueles ligados às lógicas da sociedade salarial. Nardi (2006) aponta que “a interpretação da relação subjetividade e trabalho nos coloca frente à especificidade histórica assumida pela relação dos sujeitos com seu trabalho em cada contexto socioeconômico” (NARDI, 2006, p. 21). O autor lembra que no Brasil aprendemos a viver num contexto de instabilidade e insegurança que são estruturais, trazendo como efeito uma capacidade particular para se lidar com os efeitos das transformações do trabalho.

Trazendo esse argumento para o âmbito da pesquisa, podemos buscar nas brechas, nas fissuras institucionais a prática inventiva, o que acaba por definir e produzir atos de

¹⁶ No campo da saúde coletiva são utilizadas as denominações de assistência, atenção e cuidado para designar, por vezes, as práticas de cuidado em saúde. Geralmente a assistência se refere a modelos tecnoassistenciais (Silva Junior, 1998) que organizam e articulam os recursos necessários para dar conta da saúde de uma população, modelos esses que carregam consigo discursividades acerca do que é saúde. A atenção faz referência a como esses modelos operam e se atualizam frente à organização do sistema de saúde e como se materializam nas políticas, programas e serviços (MATTA; MOROSINI, 2009). O cuidado vem sendo tensionado no âmbito das micropolíticas, no modo como o trabalho em saúde acontece e os efeitos que produz para os sujeitos envolvidos. Merhy (1997; 2002) é um dos autores que vem problematizando essa perspectiva conceitual a partir de noções como trabalho vivo em ato. Contudo, as denominações assistência, atenção e cuidado muitas vezes são utilizadas indiscriminadamente, surtindo efeitos para o modo como se entende a saúde. Penso que, designar, por exemplo, assistência quando se trata de cuidado pode gerar efeitos de assistencialismo na relação trabalhador-usuário.

cuidado em saúde mais singulares. Se por um lado o trabalho no âmbito da saúde pode ser prescritivo, no intuito de manter certa prática de controle disciplinar, por outro lado, aquilo que o trabalho aponta como inacabado ou insuficiente poderá servir de potência para a emergência de outros modos de se viver e trabalhar, para além do que a moral e a prescrição pressupõem.

Pensar o trabalho como arte diz da criação de condições de possibilidades para a emergência de práticas de reflexão sobre o trabalho, a formação e o cotidiano das atividades dos trabalhadores (TITTONI, 2011a). Ou então da visibilização de práticas refletidas já existentes, porém não reconhecidas pelo sujeito trabalhador como trabalho. Em comum acordo com De Certeau (1999 apud TITTONI, 2011a) poderíamos nomear tais práticas cotidianas como práticas anônimas, pois se fazem essenciais para o trabalho, contudo não se legitimam nos jogos de poder e verdade quando da institucionalização do trabalho (TITTONI, 2011a).

No âmbito da pesquisa, a passagem de um campo moral para um campo ético no trabalho esteve presente em todo o percurso. Uma vez que o sujeito moral não está dissociado da ética por conta de que a reflexão ética é necessária mesmo que para se conduzir por um código, podemos apontar para momentos em que esse exercício de reflexão ocorreu com maior ou menor intensidade de criação. A questão que aqui se faz presente não seria identificar quais momentos se produzem práticas ligadas a uma moral ou práticas que dizem de um exercício ético. Trata-se de entendermos em que circunstâncias tais práticas se oferecem a uma ética do cuidado de si, pautada pelo inquietar-se ou quando podemos percebê-las mais voltadas para uma cultura de si. Foucault (2010), ao discutir a produção de um sujeito ético-estético, vai nos mostrando como as técnicas de si vão sofrendo transformações. Na Antiguidade, ela se dá pela via da inquietação e do ocupar-se consigo mesmo como uma conduta de vida para a produção de um sujeito moral. Já na modernidade, passa pelo pressuposto do conhecer-se a si mesmo como meio de salvação e aquisição de um discurso verdadeiro,

As narrativas que seguem se ocupam de problematizar o que poderíamos chamar de uma hermenêutica do sujeito trabalhador que ora se ocupa de certas tecnologias de si para dar conta do trabalho de modo prescritivo, tendo como efeito práticas de si ligadas a uma moral. Em outras situações, se ocupa de práticas de liberdade que configuram momentos em que o

sujeito opera com uma possibilidade ampliada de se pensar no trabalho. Tomamos aqui como narrativas da escuta o desenho possível dessas transformações no cotidiano de trabalho que traz efeitos para a produção de uma ética do cuidado de si.

5.5 Dos territórios – encontros e desencontros





“Reconhecimento de território com uma das ACS. Dia chuvoso, ela me leva pra conhecer o seu território. Sentimento de estranhamento, pois de início apenas me aponta a limitação de cada rua que faz parte da sua área. Aos poucos, vamos caminhando, vai me mostrando mais da sua microárea, e mais adiante adentramos o terreno de uma das casas de um usuário que acompanha. Ao retornarmos, fala das instituições assistenciais existentes ali (sua área corresponde aos arredores da unidade de saúde). Duas instituições mais antigas, religiosas, uma voltada para o projeto de atividades de contra-turno escolar apenas para meninas e outra que já foi uma instituição de abrigo para meninos. Percebo a presença de aspectos religiosos na microárea, é quase uma extensão das discursividades presentes no posto” (Diário de Campo).



O território é antes de tudo lugar de passagem (DELEUZE; GUATARRI, 1997, p. 132).

“Reconhecimento de território com outra ACS. Primeiro vamos ao SASE participar de uma oficina promovida pelas acadêmicas e supervisora da fonoaudiologia. A atividade do dia consiste em um jogo de adivinhação sobre personagens conhecidos. O pedido feito pela instituição tinha a ver com questões comportamentais que dizia da dificuldade das crianças e adolescentes inseridos no programa em conseguirem permanecer em atividade por mais tempo, concentrados. Em seguida, a ACS nos acompanha no território em que trabalha, nos levando para fazer visita domiciliar a uma família em situação de vulnerabilidade social. As acadêmicas da fono são chamadas para avaliar a situação de uma menina de 7 anos com dificuldades visíveis não só na fala, mas de um importante atraso no desenvolvimento [...]” (Diário de Campo)

“Em outra ida ao território, ao longo do caminho, vários “encontros” com usuários, que a interpelam por variados motivos. Percebo o quanto a agente tem uma importante imersão no território e na vida dos moradores. Um dos encontros me toca, pois a agente sabia de detalhes da vida da usuária, de sua rotina, de suas estratégias para lidar com um trabalho difícil e no manejo dos seus horários com as necessidades de seu bebê, que dormia no canguru enquanto a mãe o levava para a creche, antes de ir para o emprego, cedo da manhã. A agente aconselhava a usuária quanto ao modo como lidar com sua chefia, que tornava sua rotina ainda mais dura. Percebi naquele momento o quanto aquela relação de cuidado implicava no deslocamento da agente... Deslocamento subjetivo, deslocamento espacial... Durante o percurso ela se encontra com usuários...” (Diário de Campo).



Narrativa “Territórios existenciais, territórios de encontros”

A relação que se estabelece com o território pode ser um interessante analisador das práticas de si que promovem e se transformam em práticas de cuidado em saúde. Pode ser tomado tanto no seu aspecto geográfico, de recorte espacial que circunscreve determinada

área física de responsabilidade de cuidado, quanto naquilo que agencia experimentações possíveis nos modos de viver e trabalhar esse território. Encontros marcados por aquilo que é dado desde "fora" enquanto "um conjunto de procedimentos que podem ser descritos e explicados" (ALVAREZ; PASSOS, 2012, p. 132), onde os modos de vida e os sentidos que constituem esse território se resumem à representação dos espaços físicos ligados à unicidade e generalidade (ALVAREZ; PASSOS, 2012). Por outro lado, a relação com o território também pode ser da ordem do encontro, do que é possível desdobrar desse território geográfico, do que ele oferece e o que se pode fazer com isso. Implica no modo como o território existencial vai se constituindo. A passagem de um território geográfico para um território existencial não é óbvia, porquanto diz das condições de possibilidades de abertura para os aspectos instituintes do trabalho em saúde.

As narrativas imagéticas e textuais acima nos indicam momentos possíveis em que há maior abertura para os processos instituintes. Quer seja o se deixar tomar pelo território para além de uma área adstrita, potencializando a história do lugar e das pessoas que ali vivem e trabalham, quer seja pelo se deixar afetar pelos encontros vivos nesse território. Estes elementos vão compondo um território existencial, como nos lembra Guatarri e Rolnik (2005).

5.6 Da Educação Permanente ao trabalho de si sobre si



Narrativa "Trabalho de si sobre si" - da capacitação à educação permanente - da sala à cozinha

"O que chama a atenção é que desde que venho participando das reuniões, a equipe, ao discutir o seu processo de trabalho, acaba produzindo educação permanente, pois se discute o cotidiano de trabalho, a reorganização do serviço,

os fluxos de cuidado de modo a problematizar saberes dados no campo da saúde coletiva. No entanto, a equipe entende que o momento de educação permanente requer um tempo-espaço circunscrito (data e tempo definidos), com temáticas definidas e de preferência com convidados “de fora”, ao que, por vezes nomeiam como capacitação. Uma das falas se coloca como um analisador “quem vem falar aqui tem que estar de acordo com a nossa realidade e de acordo com a atenção primária à saúde” (...) “senão acaba sendo muita filosofia e prática zero”. (Diário de Campo)

“Hoje havia a previsão de momento de educação permanente, sendo primeiro agendada capacitação sobre biossegurança e em seguida higienização. Contudo, a pessoa que viria falar desse tema desmarcou de última hora. A equipe, então, se ocupa da discussão de casos, organização do dia das crianças e retomada da discussão sobre o acolhimento a partir do fluxograma organizado pela acadêmica de enfermagem.” (Diário de Campo)

“Comento com a equipe que por mais que se organizem para que a educação permanente venha de fora, eles próprios estão discutindo o processo de trabalho e com isso produzindo saber. E que para além dos fluxos definidos, que também são importantes na produção do cuidado, percebo que a equipe vem se perguntando sobre o que fazer no cotidiano, quando esses fluxos parecem “deixar escapar” certas situações dadas em alguns encontros (como no caso da usuária que se queixou). Seriam esses momentos da invenção, do poder enxergar outras visibilidades do seu trabalho que não são tão dadas?” (Diário de Campo)

As narrativas apontam para diferentes processos na relação do trabalhador com o conhecimento. A possibilidade do acesso ao conhecimento pela via da educação permanente é tomada muitas vezes como um momento circunscrito aos tempos e espaços do trabalho. Quer seja pela determinação de datas e horários específicos para o contato com determinadas temáticas relacionadas ao trabalho em saúde ou pela delimitação do próprio espaço físico, a sala de reuniões. No entanto, momentos como os encontros durante o café ou lacunas não previstas na pauta das reuniões também se colocam como espaços potentes para pensar o trabalho de si sobre si com relação aos saberes e fazeres em saúde.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2009) vem propondo a noção de Educação Permanente justamente para contrapor essa lógica. Parte-se do pressuposto que a relação com os saberes está em todo o momento e em toda parte. A questão que se coloca é a premência desse reconhecimento pelos trabalhadores e gestores em saúde. Nesse sentido, Cargnin (2011) aponta a Educação Permanente como um dispositivo que se presta à problematização das possibilidades de produção de novas formas de educar e trabalhar em saúde, num campo tensionado por práticas que vão desde as noções de capacitação, desenvolvimento de pessoas, formação, educação continuada e educação permanente. A autora considera que a potência da lógica da Educação Permanente enquanto diretriz está na consideração da formação dos trabalhadores a partir dos seus saberes e fazeres cotidianos, na micropolítica do trabalho.

Davini (2009) problematiza a capacitação como estratégia ainda utilizada nos serviços de saúde para dar conta das questões de desenvolvimento dessas instituições, apontando os limites dessa lógica:

- a simplificação, que reduz o problema da educação de pessoal a uma questão de aplicação de métodos e técnicas pedagógicas, sem a compreensão substancial de seus enfoques e sem a compreensão estratégica do contexto político institucional de realização;
- a visão instrumental da educação, que pensa os processos educativos apenas enquanto meio de alcançar um objetivo pontual e não como parte substancial de uma estratégia de mudança institucional;
- o imediatismo, que acredita na possibilidade de grandes efeitos de um programa educativo de aplicação rápida, quase como em passe de mágica;
- a baixa discriminação de problemas a superar, cuja solução não depende de capacitação e sim de outros fatores;
- a tendência em atuar por meio de programas e projetos, cuja lógica é de começo e fim, além de sua dependência de fontes específicas de financiamento, ao invés de fortalecer a sustentabilidade e a permanência das estratégias educativas ao longo do tempo. (DAVINI, 2009, p. 39)

Percebemos que no campo o dispositivo da oposição público e privado se atualiza na relação do trabalhador com o saber sobre o trabalho. Quando tomado pelo ordenamento da capacitação, são acionados modos mais individualizados, na relação com o conhecimento e, assim, na produção de si enquanto sujeito trabalhador. Além disso, esse modo de operação com o saber pouco agencia mobilidades institucionais.

Retomando a idéia de se operar com a Educação Permanente pela via do território vivo do trabalho - territórios existenciais - podemos aproximar a noção do lugar da filosofia, para o autor, na relação do sujeito com o conhecimento. Foucault (2010) nos mostra como foi

se compondo ao longo da história um deslocamento das práticas de si no que se refere ao acesso do sujeito à verdade. Na antiguidade clássica, não havia separação entre o filosofar e as práticas espirituais, ou seja, o modo como se acessava a verdade e quais as transformações de si eram necessárias para esse acesso. Para Foucault (2010) a filosofia

[...] essa forma de pensamento que se interroga, não certamente sobre o que é verdadeiro e sobre o que é falso, mas sobre o que faz com que haja e possa haver verdadeiro e falso, sobre o que nos torna possível ou não separar o verdadeiro do falso. Chamemos “filosofia” a forma de pensamento que se interroga sobre o que permite ao sujeito ter acesso à verdade, forma de pensamento que tenta determinar as condições e os limites do acesso do sujeito à verdade (FOUCAULT, 2010, p. 15).

Um dos fragmentos do diário de campo traz elementos para pensarmos a relação estabelecida com um pensar filosófico na contemporaneidade, com efeitos para práticas de si na produção de modos de viver e trabalhar. O enunciado “*muita filosofia e prática zero*” visibiliza modos de subjetivação tensionados pela cisão do próprio sujeito, quando o saber e o fazer se dissipam e quando existe uma verdade a ser acessada “fora” do sujeito. Este acesso à verdade ou ascese deve ser feito por procedimentos específicos. O saber precede o sujeito, que precisa acessá-lo do modo como convém. Trata-se do sujeito e objeto separados. Não é o trabalho e saber se produzindo, mas um saber prévio que qualifica e remodela o trabalho. Podemos abrir esse enunciado filosófico sobre a condição da pergunta no contemporâneo e que diz da (im)possibilidade da dúvida, da suspensão, do não saber e que muitas vezes se atualiza nas práticas de cuidado em saúde.

5.7 Das pautas às práticas de liberdade

“Para minha surpresa diz que o planejamento para o próximo ano já havia sido feito ontem mesmo e que esse planejamento tinha relação com as datas de atividades previstas para o próximo ano... Combinamos então que a oficina seria realizada na reunião da próxima quinta.” (Diário de Campo)

“Em seguida segue-se a pauta, trazendo alguns retornos para a equipe de alguns casos acompanhados pelos alunos, referindo que seria necessária a disponibilidade de algumas ACS para acompanhamento em visita domiciliar junto aos acadêmicos, no dia em que a unidade estaria fechada. Pergunta também sobre uma usuária que havia sido internada, buscando saber se foi por tentativa de suicídio, ao que uma das ACS refere que não foi por este motivo, mas

que a mesma teve um surto após uma situação de briga com outra pessoa. De qualquer modo, me chamou a atenção que, mesmo com um tensionamento para se discutir a delicada situação, parece não ter passado de mais um informe da reunião.” (Diário de Campo)

“A preceptora pede a palavra e também, na lógica de informes, comenta como será o estágio para o próximo ano, que não terá mais alunos no turno da manhã de terça, mas que, por outro lado, à tarde os alunos poderão acompanhar as consultas de puericultura, algo que elas entendem como importante, além das atividades de visita ou acolhimento. Comenta o trabalho sobre o grupo de hipertensos e diabéticos a ser apresentado pelas alunas na Feira de Resultados do dia 13/12, convidando uma das ACS para compor como autora. Pergunta para a coordenação da equipe se a unidade não participará, ao que é argumentado que a data para inscrição de trabalhos foi durante a semana em que estavam fechados. A preceptora então questiona se mesmo assim não participariam como ouvintes ao que é demonstrado não ter se levado em conta essa possibilidade ao não ter se repassado a informação para a equipe.” (Diário de Campo)

Os fragmentos do diário de campo visibilizam modos de trabalhar que se sustentam em práticas por vezes individualizantes, não compartilhadas, ao mesmo tempo coladas ao trabalho prescrito. O que acontece que em alguns momentos os trabalhadores se ocupam das questões do trabalho pela via de um fazer colado a uma moral prescritiva, corporificadas enquanto informes? Que jogos de poder são acionados para que a lógica dos informes se mantenha, despotencializando os espaços de reflexão sobre o trabalho?

Temos na problematização da gestão do trabalho em saúde um caminho possível para o agenciamento de modos de trabalhar mais coletivos e de potência para a estetização do trabalho. Barros e Barros (2007) propõem uma discussão acerca dos processos de gestão em saúde como possibilidade de análise dos processos de trabalho para a afirmação de modos de produção comprometidos com a vida. Propõem a desnaturalização da relação dor-desprazer-trabalho, sendo o trabalho, nessa perspectiva, considerado elemento de equilíbrio pela eliminação do desprazer. Trata-se de “tomar o trabalho como atividade humana que, sobretudo, se faz num processo contínuo de renormatização, de invenção de novas regras, de novos problemas” (BARROS; BARROS, 2007, p. 68). Em última instância, a dor e o prazer

se colocam como elementos que se enunciam no plano da criação enquanto experiência coletiva, de encontro consigo e com o outro. Para as autoras, “a gestão não é apenas organização do processo de trabalho, mas é o que se passa entre os vetores-dobras que o constituem” (BARROS; BARROS, 2007, p. 62). Tomam os vetores-dobras como indissociáveis do campo da saúde, constituídos pela composição sujeitos, processos de trabalho e políticas públicas. Se a conjugação desses vetores se coloca como dobra, não faz sentido pensar a gestão do trabalho separada dessa intercessão.

A partir desta contribuição, podemos pensar na gestão como uma tecnologia que pode servir para reafirmar práticas de separação do sujeito e objeto, ou trabalhador e trabalho, gestão e execução. Nesse caso, uma tecnologia que atualiza nas práticas o dispositivo de oposição do público e do privado. Quando acionada no plano do comum, no entanto, a gestão pode operar como uma importante estratégia de ativação dos espaços intercessores¹⁷ e do grau de transversalidade dos coletivos¹⁸ compondo para o trabalho inventivo. A questão aqui discutida diz da importância de que os processos do trabalho, no âmbito da micropolítica das reuniões de equipe, possam ser experimentados como processos de gestão. O campo da saúde coletiva vem discutindo intensamente a relevância do reconhecimento de processos de gestão no fazer do trabalhador da saúde¹⁹.

A recusa da transformação dos informes em pautas de discussão pode ser pensada a partir da problematização dos riscos que o aumento do grau de transversalidade no coletivo pode trazer. Risco enquanto condição de transformação, porque se coletivizar também é se colocar em risco. Abrir os graus de transversalidade dos coletivos requer exposição, análise de implicação e possibilidade de transformação. É dar vazão ao instituinte. Como um coletivo pode lidar com o desejo de abertura ao instituinte se o próprio instituinte se impõe a partir das constantes mudanças na equipe, com a constante chegada e saída de trabalhadores? Lembro de uma fala de uma das preceptoras, que desde um lugar de fora da equipe, comentava sobre a

¹⁷ “A criação são intercessores. Sem eles não há obra” (DELEUZE, 1992, p. 156).

¹⁸ Para Benevides e Passos (2005) o grau de abertura que garante às práticas de saúde a possibilidade de diferenciação ou invenção, ao que chamam de transversalidade, inspirados em Guattari (1981 apud BENEVIDES; PASSOS, 2005) tem relação com o aumento dos graus de comunicação, conectividade e intercessão (DELEUZE, 1992 apud BENEVIDES; PASSOS, 2005) dos grupos. O efeito do aumento do grau de transversalidade seria a superação da organização hierarquizada e assentada em códigos de comunicação e de trocas circulantes nos eixos da verticalidade (hierarquia entre gestores, trabalhadores e usuários) e horizontalidade (comunicação) bem como a construção de uma comunicação multivetorializada construída na intercessão dos eixos vertical e horizontal (BENEVIDES; PASSOS, 2005, p. 393).

¹⁹ No campo da saúde coletiva acompanhamos interessantes debates sobre a necessidade da gestão se produzir juntamente com o cuidado em saúde. É o caso da discussão da co-gestão em Campos (2006), das linhas de cuidado (FRANCO; MAGALHÃES JR, 2004) e do trabalho vivo em ato (MERHY 1997, 2002, 2003).

dificuldade do reunir-se para as oficinas de fotografia. O estar junto implica se deparar com a fragilidade de uma equipe que vem constantemente se modificando pela recomposição do quadro funcional.

Além disso, podemos nos perguntar de que modo o trabalho em saúde vai se configurando a fim de dar conta de um encargo social que convoca a equipe a sustentar um lugar de referência e de equipe modelo, perante outras equipes do município. Podemos nos questionar sobre quais os efeitos nas práticas de saúde e no trabalho de si do sujeito trabalhador ao ter que dar conta da manutenção de um lugar-modelo. Este lugar remete a certa “identidade” que se vê tensionada na medida em que a experiência mostra que o trabalho acontece exatamente onde a previsão se esgota. As mudanças constantes no quadro de trabalhadores da equipe aparecem como fragilidade e pode fortalecer os aspectos do trabalho individualizado. Segundo Tittoni (2007), as políticas de gestão utilizadas pelas organizações são importantes tecnologias de manutenção dos modos de trabalhar contemporâneos, como o trabalhador “modelo”, afirmado pelas habilidades cognitivas, empreendedorismo, competição e flexibilidade.

Nesse sentido, parece que a singularidade²⁰ do coletivo cede lugar a uma suposta identidade grupal em nome da manutenção de um *status quo*.

“A pauta sobre o grupo de tabagismo faz ver o enunciado de que “a ESF é modelo”. Discute-se a interrupção ou não do grupo tendo em vista o não repasse da medicação (bupropiona) pela gerência distrital. Num primeiro momento entendem que não seria de continuar, pois seria difícil sustentar um grupo que se inicia pela possibilidade de medicação. No entanto, ao longo da reunião, e da discussão do impacto que tem tido grupos, consideram importante mantê-lo até porque o grupo está no momento do que se chama “manutenção”. Importante registrar que uma das agentes comenta que, ao ir até a gerência, pergunta sobre a medicação e ouve de um trabalhador “ah tu é daquela equipe, ela é a única equipe que mantém os grupos...” (Diário de Campo)

²⁰ Guatarri (2005) diferencia identidade e singularidade. Enquanto identidade diz de uma noção de leitura de realidade pautada pelo referente e que diz de uma pretensão quase imaginária, a singularidade diz de processos de subjetivação que escapam à individualização e que tem relação com a abertura para a criação.

Contudo, nesse mesmo fragmento percebemos movimentos, ou como diria Deleuze (1992) vetores, que dizem da emergência de práticas reflexivas de liberdade e, portanto, da possibilidade de reflexão sobre o trabalho. Foucault (1995a) refere que a condição de assujeitamento diz das condições de possibilidades do sujeito se mover nos jogos de poder.

“Discussão sobre a diferença entre o grupo de saúde mental (em que é o momento mais inicial do tratamento, “momento de extravasar os sentimentos” e a terapia comunitária, que se daria numa certa continuidade para esses usuários. A equipe se pergunta se a terapia comunitária deve se estender aos usuários do grupo de saúde mental, pois esta estratégia de cuidado já visa à abordagem do como se conduzir com as questões da vida, além da produção de um senso comunitário. Esta é uma argumentação de uma das agentes de saúde que é acolhida pela equipe.” (Diário de Campo)

“Discussão sobre os efeitos da modificação da forma de acesso, das agendas, para a livre demanda. Equipe se questiona se essa seria a melhor forma e como lidar com essa realidade (em relação à fila, a como triar de acordo com a demanda – se é urgência, demanda para odonto ou possibilidade de retorno em outro dia). Discussão do que é a lógica da APS, pois está se pauta pela organização do cuidado pelo agendamento de consultas.” (Diário de Campo)

“Discussão do desenho do fluxo de acesso e do que seria acolhimento. Sugestão de se trocar acolhimento, que estaria localizado onde diz recepção, e onde diz acolhimento, se colocaria triagem. É feita uma crítica ao fato de que quando o acadêmico pergunta quem, quando e onde se faz o acolhimento, já sabe que se esta tomando essa modalidade de cuidado de um modo bastante restrito apenas como triagem.” (Diário de Campo)

“Nesse encontro, que era para serem escolhidos, através de votação, os representantes dos usuários para a nova chapa do CLS, mas que fica suspenso, pois tinha que se esperar por algumas deliberações do Conselho Distrital, acontece a discussão da saída do médico. Usuárias mobilizadas com sua saída fazem um exercício de convencimento do médico para que ele ficasse. Desde elogio a sua postura, humanidade e cuidado com os pacientes, até estratégias de convencimento, que segundo ele, “pegavam pesado” (usuária se comprometendo

a tentar parar de fumar inclusive). É um momento vivo de encontro, com emoção, alteridade e horizontalização nas relações. Mas também o poder médico presente. A reunião termina nesse clima, com a promessa de que o médico pelo menos pensaria com mais cuidado em sua decisão. Retomada a reunião segue-se a discussão dos fluxos, mas não demora muito o tema da saída do médico vem à tona. Uma das ACS, numa fala interessante, o convoca a fazer sua parte, no sentido da co-responsabilidade e de pensar sobre sua decisão.” (Diário de Campo)

“Não houve reunião, pois parte da equipe estava participando da organização da festa do dia das crianças no SASE. No retorno ao posto, no momento do café algumas discussões interessantes, incluindo os casos debatidos na semana passada na reunião. Uma das ACS se pergunta “o que é ética?”(Diário de Campo)

“Depois de mais algumas combinações quanto às próximas atividades, nas próximas semanas, a reunião é dada por encerrada, passando-se então para oficina. Faço uma fala de que conforme havíamos combinado, às 15:30, eu havia combinado com o grupo de pesquisa o horário e que teríamos que aguardar a orientadora e a bolsista chegarem. Sugere-se então que se discutam casos. Retomam-se os casos discutidos na semana passada, no café (família com casos de incesto, vulnerabilidade, desemprego, condições sanitárias frágeis)... A equipe passa a discutir pautada pela pergunta – o que fazer – pergunta essa que também já havia sido enunciada no encontro passado, na cozinha, quando uma das agentes pergunta como seria se conduzir eticamente em determinados casos. Uma das preceptoras sugere que em situações delicadas se tente ser o mais objetivo possível, principalmente quando a investigação de risco de suicídio. Uma das agentes manifesta preocupação em como conduzir-se, pois fica preocupada de ser pega mentindo quando na verdade esta resguardando sigilo entre parentes. Por vezes refere que engole seco e devolve para o usuário a pergunta, mas por dentro fica furiosa (nos casos de violência contra mulher e incesto principalmente). Outra agente refere que tem tentando mudar quanto à manifestação de sua opinião, pois nem se dava conta que em todas as suas abordagens fazia uso de

sua opinião como modo de intervir. Foi uma colega ACS que lhe chamou a atenção e desde então vem tentando moderar essa conduta” (Diário de Campo)

“Comento o quanto os encontros nos conduzem por um exercício que é ético acima de tudo, pois por mais que haja a orientação de sermos diretos e objetivos por vezes, o que nos aciona nos conduz de modos singulares...” (Diário de Campo).

As brechas do trabalho prescrito, ou seja, quando a norma não dá conta, linhas de fuga se fazem visíveis, favorecendo processos instituintes. As brechas no fluxo da reunião planejada permitiram que os trabalhadores pudessem operar com maior grau de liberdade. Nesse sentido, a pergunta do sujeito trabalhador toma corpo e se faz presente. A possibilidade da liberdade aqui surge como pergunta. Quando o trabalhador se conduz a partir da pergunta sobre os aspectos de seu trabalho, abre-se uma possibilidade de potência para práticas de liberdade. A pergunta sobre que fazer com a liberdade da qual se dispõe remete à ética do cuidado de si. Podemos pensar que as perguntas – o que é ética, como me conduzir na relação com o usuário, o que faço com minha implicação – diz da rarefação do discurso e provocam rupturas nos jogos de verdade.

Entre as rupturas possíveis, podemos supor que o perguntar guarda em si a condição de relativizar o dispositivo de poder que opõe o público e o privado e que faz funcionar os mecanismos de disciplinamento e de produção de verdades sobre o cuidado em saúde. Ao provocar o deslocamento do sujeito, contribuindo para o trabalho de si sobre si, poderíamos dizer que o perguntar contribui para a produção de um sujeito ético-estético porque abre espaço para a invenção. Permite o sujeito se transitar, para além das dizibilidades e visibilidades, pelas sensibilidades.

Ao tomarmos como condição a ética do cuidado de si para o cuidado em saúde, a partir do pressuposto que o cuidado de si remete ao cuidado do outro, discutimos a importância do ato do perguntar como condição desse cuidado. Se o perguntar implica deslocamento e transformação, implica também risco, pois trata-se da interpolação do outro, do coletivo, da equipe e de si mesmo. Não seria esse um pressuposto da escuta como cuidado?

5.8 Do ofcinar



O encontro entre sensível e inteligível produz alvoroço em antigos saberes. Núpcias entre reinos heterogêneos se contagiam ao fazer rizomas na pesquisa, em um movimento de conexão e recomeço.
(MOEHLECKE, 2012, p. 167)

As narrativas a seguir compõem um plano de visibilidades, dizibilidades e sensibilidades acionado pela proposta das oficinas de fotografia realizadas pela equipe de trabalhadores na ESF.

“Nisso todos já estavam alvoroçados em volta da mesa, quando coloco os envelopes. Percebo nesse momento a mesma relação que foi estabelecida com as máquinas fotográficas na segunda oficina. Uma rapidez, uma pressa, difícil de acompanhar. As fotografias foram sendo retiradas de seus envelopes e espalhadas pela mesa. A pergunta inicial dos trabalhadores era “onde estão minhas fotos”? E assim se seguiu nos primeiros momentos da oficina. Todos buscavam as fotografias que tinham feito. Quando encontravam havia vibração, comentários que as fotos tinham ficado muito bonitas... Nesse momento me vejo um tanto inundada com tantas imagens e pessoas, difícil acompanhar um movimento de grupo, pois acho que eram muito mais fluxos paralelos, comentários entre duplas e trios... Tentei trazer para o grupo alguns desses comentários que iam se tecendo, mas não surtia muito efeito, eles estavam realmente interessados e “ver” as imagens. O sustentar não foi tão simples...”
(Diário de Campo)

Junto com Barthes (1984), podemos discutir que a experiência de encontro com a fotografia diz de três momentos: fazer, suportar e olhar. Para os trabalhadores, trata-se também de dar conta do encontro com aspectos do seu trabalho, agora enunciados pela imagem. O fazer, suportar e olhar o trabalho não é tarefa simples e traz uma série de exigências de deslocamentos subjetivos. Percebemos a primazia do olhar, aguçados, talvez por uma “vontade de verdade”. Confrontando tais momentos com uma condição de temporalidade, o ato de ver dos trabalhadores, porque isolado, se produz no momentâneo. O fazer e o suportar dizem de temporalidades outras, demasiadas, talvez, para serem sustentadas. Prudente (2012) aponta o quanto o suportar o tempo do olhar sugere um enfrentamento de um tempo outro, colocando que o olhar para o próprio trabalho na saúde aparece como uma intervenção possível de pesquisa.

“Uma das ACS comenta que achou bom o fato de não ter que se preocupar com o número de fotos, por isso foi tirando fotos sem se preocupar. Tento entender um pouco mais do que falava e ela diz que como eu não limitei o número de fotografias, ela pode exercitar várias imagens... Digo a ela que a máquina tinha um limite, que eram 27 poses, sendo que ela diz que já se viu em situações em que

teve que escolher para tirar essa ou aquela foto, mas que eu dei “liberdade”, o que achou muito interessante... Refere que pelo fato de não ter um custo, pôde fazer fotos conforme sua vontade. Tento tensionar referindo que havia um custo, que as máquinas e as fotografias foram reveladas com o subsídio da pesquisa. Diz que nas máquinas digitais, se pode apagar caso não se tenha gostado da fotografia, mas como aquela não dava pra ver, foi possível fotografar sem se preocupar. Questiono junto a ela e quem estava à volta o comentário sobre a liberdade experimentada naquele momento, mas também sem muito eco nos demais...” (Diário de Campo)

A fala da trabalhadora faz lembrar a discussão sobre a liberdade no pensamento foucaultiano. O autor ressalta que o que fazemos com a liberdade que temos é tão importante quanto pensar se temos ou não liberdade. Num campo de muitas possibilidades, a pergunta contemporânea diz muito mais do que eu faço com essas possibilidades, do que se posso ou não fazer. Então perguntamos, de que modo o trabalhador pode operar com a liberdade quando se vê frente a tantas possibilidades?



“Uma das trabalhadoras comenta que se preocupou em fotografar o acesso, como a imagem da escada. Outra, que era possível se enxergar os detalhes, pois aquela escada estava muito feia. Fotos das paredes com mofo também foram comentadas, os trabalhadores buscavam identificar de quais paredes eram aquelas imagens.” (Diário de Campo)



“Uma das trabalhadoras comenta sobre ‘o ver de outra forma’, pergunto como era isso, de ver “detalhes” até então não percebidos... Começamos a conversar então sobre essa relação do hospital com o SUS, do público com o privado, que considera ser bem complexo, mas ser uma realidade dada. Apontam que a relação não é fácil. Fala de quando souberam de um evento para os enfermeiros do hospital, mas que elas, da atenção básica, não foram convidadas. Entendem que a atenção básica ainda é algo estranho a instituição e que o hospital ainda está longe de entender a proposta do SUS. Outra trabalhadora argumenta que na gerência não há um reconhecimento das necessidades da equipe uma vez que, diante de qualquer solicitação, o discurso é de que o hospital tem que dar conta. E este, por sua vez, por ser uma instituição hospitalar e privada, tampouco reconhece as singularidades do trabalho na atenção básica, no contexto do SUS. Sentem-se duplamente desamparados.” (Diário de Campo)

O detalhe dá a ver outras possibilidades sobre o que é visível e enunciável e o que não se percebe. A imagem do detalhe permite que um plano de sensibilidades se faça ver, na perspectiva de uma partilha do sensível (RANCIÈRE, 2009), quando o plano do comum serve de potência para o acesso ao sensível. Faz ver as dificuldades, o sofrimento relativo às perdas

e ausências, mas também visibiliza outros modos possíveis de se trabalhar mesmo com a incompletude ou com o que acreditam incompleto.

“Alguém percebe que haviam muitas fotografias relacionadas ao 5S e diz que naquele dia estavam todos envolvidos e preocupados com o programa de qualidade total. Pergunto como foi para a equipe fotografar e agora ver o envolvimento com o 5S e referem que ficam bastante envolvidos quando tem a avaliação. Comenta-se que é possível perceber vários momentos da equipe pelas fotografias, como o mutirão, o 5s, o desabamento do teto. Vamos conversando do quanto a equipe tem vivido intensidades.” (Diário de Campo)

“Percebe-se que não há nenhuma fotografia do médico e logo alguém diz que no dia da oficina ele já tinha pedido a demissão. No entanto, outra pessoa contesta, dizendo que lembra dele participar de reuniões em que eu estava. Conversamos então sobre o tempo da pesquisa, que vem se fazendo num processo e num tempo relativamente longo. Retomo o comentário perguntando como era isso, com tanta imagem, com tanto trabalho ali visibilizado, havia a preocupação da ausência, do que falta... comento que tinha ali muito trabalho, mesmo sem a presença do médico...” (Diário de Campo)

“Alguém comenta que buscou fazer fotografias que não identificasse as pessoas, conforme a orientação do Comitê de Ética, assim surgiram imagens como as da folha no chão, ou a da parede. Essas imagens tratam de marcas suas enquanto fala ao telefone. Surgem comentários sobre as fotografias mais “estéticas”, por sua cor, ou pela imagem. Fotos como a do coração pendurado ou a dos bicos repercutem com uma certa curiosidade para os trabalhadores. Pergunto sobre a foto dos bicos, sendo que é comentado que faz parte da campanha troque seu bico, da odonto e nada mais. Comentários vão se tecendo, mas no sentido de consumo da imagem... Percebo que a problematização das mesmas não repercutia tanto quanto a curiosidade em ver as imagens...” (Diário de Campo)

Aqui há uma torção na prescrição, pois o fato de não poder fazer fotografias de determinado modo impele à criação. Podemos pensar com Canguilhem (1995) sobre os modos de renormatização da vida.

“Uma das trabalhadoras comenta a saída dos médicos, referindo que ouviu numa das reuniões em que participou que seria devido ao “clima organizacional”, comentário que revela ter lhe causado incômodo. “Como alguém que não conhece a equipe, que não convive, pode dizer o que realmente acontece?” No entanto refere que levou esse comentário para a outra equipe, pois até acha que pode ter algo no “clima” daquela equipe. Pergunto então como é para eles isso que tomam como uma relação com alguém que vem de fora e que fala “sobre eles”, afinal eu também não era da equipe, mas estava ali propondo uma intervenção. Percebo um desconcerto por parte dela, que segue falando dos efeitos das saídas de alguns trabalhadores médicos, mesmo com o reajuste salarial que todos obtiveram em outubro.” (Diário de Campo)

“ACS fala do quanto, por mais que tenha diferença com relação ao salário do município, sente-se bem por trabalhar ali, dando o exemplo dos agrados das irmãs, que para ela vale mais que qualquer “50 pila” (falando de que eventualmente vem uma caixa de bombom como forma de lembrança dos que ali trabalham).” (Diário de Campo)

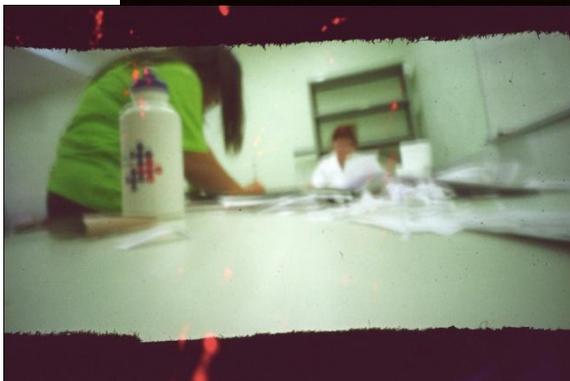
“Retoma-se a atividade de organização das fotografias em narrativa. Num primeiro momento, vão separando por tamanho, vão identificando fotos com pessoas e fotos “do nada”... tensiono como é isso de foto do nada e o que dizem é que não tem pessoas... e mais nada. Se perguntam como seria organizarem uma ordem sem o restante da equipe estar por ali. “Depois vão dizer, ah porque foi assim”. Comento que vejo que elas estão incomodadas com o fato da oficina ter se esvaziado e pergunto se elas gostariam de mostrar esse incômodo para a equipe. Perguntam-se de que forma poderiam organizar as fotos enunciando o incômodo? Surge a sugestão de que coloquem todas as fotografias viradas para baixo com exceção daquelas em que elas que estão ali aparecem. Imaginam que as pessoas perguntariam o por que dessa disposição... Comenta-se da

probabilidade de questionarem porque não os chamaram, como sempre acontece “ah se tivessem me chamado eu teria ido”... vamos conversando como esses atravessamentos se desdobram no trabalho... Depois em nova ordem organizam por comida, espaços físicos e equipe. Interessante que uma das ACS brinca com um dos trabalhadores dispondo sua imagem na categoria “comida”. Ele que estava por ali, mas sem participar ativamente daquele momento, refere que no começo ficava constrangido com essas brincadeiras mas que os dois brincam, já está acostumado. Ela diz que gosta de brincar, de desconsertar o outro, mas fica sem saber o que fazer quando o contrario acontece com ela, quando alguém a constrange... refere também que por muito tempo e ainda hoje se cuida quando a coordenadora está por perto, que tenta disfarçar suas brincadeiras quando se dá conta que ela está junto...” (Diário de Campo)

“Ao final devido ao tempo sugere-se que retomemos no primeiro horário da próxima reunião a idéia de uma narrativa, mas em equipe... Quando a coordenadora volta, reforça essa idéia para que todos possam se envolver e ‘concluir logo’...” (Diário de Campo)

O oficiar na pesquisa se colocou como um exercício circunscrito no tempo possível que, junto com a primazia do ver, teve um limite. A permanência de poucos trabalhadores até o final da oficina testemunha essa relação do oficiar, que é da ordem do intempestivo, por que não. Intempestivo para os que se foram e para os que permaneceram. A oficina foi realizada mostrando o jeito de cada um, o modo da equipe trabalhar, se colocar em atividade. Ora tomados pela tarefa, ora se deixando invadir pela pergunta.

Do convite à feitura de uma narrativa com as fotografias produzidas nas oficinas, escolheram perguntar. A dúvida sobre o que fazer com as imagens, as experimentações possíveis de narrativas, a decisão final de deixarem escolhidas as fotografias para que expusessem quando as atividades de final de ano dessem trégua, dizem do modo como se conduzem num campo de possibilidades de escolhas. Dizem, por que não, do modo como vêm se conduzindo e se produzindo no trabalho, ora privatizando, escondendo, disciplinarizando, ora compartilhando no plano do comum. A narrativa possível para os trabalhadores foi acontecendo ao longo do processo dessa pesquisa. E a escolha do narrar convocou a pesquisadora desde um lugar de quem escuta-testemunha.



“O mais simples desses jogos é fotografar a própria evanescência, fazer o relato do desaparecimento”
(FOUCAULT, 2011, p. 97)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O verdadeiro problema não está no dilema cuidar ou não cuidar, cuidado mínimo ou cuidado máximo, máximo de tutela estatal para um cuidado público e geral, mínimo de estado para um cuidado privado e particular. O verdadeiro problema diz respeito à natureza ou qualidade do cuidado. Sob seu aspecto crítico, essa questão não remete a uma forma universal do cuidado, a ser entregue a forças públicas do estado ou privadas do mercado, mas a qualidade das forças que constituem essa forma que se repete e, por efeito de repetição da qualidade da relação de forças, torna-se um simulacro de forma universal. Forma universal, portanto, apenas na medida que é efeito, resultado de uma composição de elementos desejanter, constitutivos de uma realidade múltipla e heterogênea. A universalidade que se dá pela repetição é um efeito que nos induz ou engana ou que a gente investe por algum outro tipo de interesse [...] O cuidado essencial antes de tudo é o cuidado de si, das práticas de si. Não se pode cuidar do outro sem cuidar de si. Nietzsche dirá que o amor ao próximo é um mau amor por si mesmo. Só se pode amar ao próximo de modo honesto, autêntico, generoso, fortalecedor, dadivoso à medida que nos tornamos potentes e criativos. Senão, o que temos a oferecer ao próximo? A própria miséria? Mas aqui até o que é próximo muda de natureza, pois o próximo interessante é justamente aquele que afirma a distância, distância imanente e necessária à afirmação dos tempos e movimentos próprios da diferença que nos sustenta e atravessa nossos devires. O amor ao próximo é também um desvio de si mesmo, um desespero das forças conhecidas, temidas e malqueridas que acabam por produzir dor e dilaceramento, numa fraqueza insuportável. Na compaixão ver-se-ia então um amor pela fraqueza do outro, uma vontade de fugir de si refugiando-se num poder de cuidar, conquistando um poder de cuidar do outro. Talvez então o outro, no reconhecimento do seu salvador, se tornasse vítima do ser cuidado? (FUGANTI, 2008)

A contribuição de Fuganti (2008) sobre a produção da saúde é escolhida para a finalização dessa escrita porque traz elementos disparadores para o fechamento dessa pesquisa-experiência produzida na perspectiva do cuidado em saúde, mas também deixa em aberto, sob o efeito da pergunta, sobre o que pode o cuidar.

Ao recolocar a questão sobre o dilema do cuidado, aponta que, acima de tudo, o que está em jogo é a qualidade do cuidar e seus efeitos. Importa não apenas quem desempenha o cuidado, se a esfera pública ou o privado, mas como essa relação de forças definirá como será esse cuidado. A crítica perante uma conduta universal intenta romper com toda e qualquer tentativa normatizadora e prescritiva de cuidado. É na diferença que reside, então, a sua

potência. E cuidar do outro só é possível pelo cuidado de si que envolve práticas de si, transformação.

Iniciamos o campo de pesquisa com a pergunta sobre como a escuta poderia se colocar como uma experiência ético-estética para os trabalhadores da atenção básica em saúde. Finalizamos experienciando junto com os trabalhadores as narrativas possíveis de uma escuta, que se dá no plano do coletivo, do comum, partilhado no sensível, na medida em que se rompe com a prescrição, quando transformada em perguntar. De objeto a escuta se produz método.

Parece que o perguntar foi condição de possibilidade para um exercício ético num campo de escolhas possíveis sobre os modos de trabalhar e de se relacionar com o outro. Qual o lugar da pergunta no contemporâneo? É possível a sustentação da dúvida, da inquietação e do não saber em tempos de respostas prontas? O lugar da pergunta pode ser deslocado e recolocado como potência na medida em que acessa ao outro, mas também a si próprio, enquanto objeto de si, de transformação.

A intenção de se tomar a pergunta enquanto agenciamento de criação e transformações do sujeito contemporâneo pode ser simples. Contudo, pensamos que abrir espaço para o perguntar, em tempos em que o oráculo está à mão, enquanto ferramentas virtuais, ou em tempos em que a relação que se faz com o saber muitas vezes é da ordem do consumo, recoloca a pergunta não como meio de buscar respostas, mas como tecnologia para a criação.

À pesquisa-intervenção, enquanto uma ética da transformação cabe visibilizar linhas e fluxos por vezes contra-hegemônicos. Consideramos que, entre as pequenas intervenções possíveis dessa pesquisa-experiência, a possibilidade de colocar em evidência e assim deslocar modos de se operar com o dispositivo público-privado no plano do cuidado em saúde teve efeitos importantes. Tornar público, evidenciar práticas anônimas, independente de estarmos tratando do setor público ou privado da saúde, diz da capacidade do compartilhamento da experiência, da garantia da heterogeneidade e da possibilidade de diferir. Para isso deslocamentos são necessários junto com a assunção de riscos. Tornar público, assim, diz da necessidade de se visibilizar processos instituintes, linhas de fuga e evidenciar práticas anônimas. Prestar atenção ao detalhe é uma forma de visibilizar as práticas e exercitar um estranhamento necessário ao cuidado em saúde. O que é possível

tornar público, e o que importa publicizar? Do que fala o detalhe? Esta é uma pesquisa de visibilidades, pois o escutar tem a ver com o enunciar.

A saúde coletiva, como todo processo em curso, corre risco de produzir-se como discurso atravessado por modos de fazer saúde mais institucionalizados. Com isso, pode produzir condições de engessamento e prescrição moral em detrimento a modos mais éticos de produção de saúde. Enquanto práticas institucionalizadas, a escuta tem se desdobrado na perspectiva de acolhimento como uma prática que vem se instituindo menos como do que é da ordem do inusitado do que como uma prescrição do cuidado em saúde. A potência do SUS reside na sua incompletude. Por mais que estejam legitimados alguns princípios orientadores da política, essas certezas podem ser tensionadas a todo o momento. O próprio conceito de acolhimento (BRASIL, 2006) já pressupõe uma ação ética dos sujeitos, na medida em que fala de relação com algo ou alguém, numa perspectiva de experiência ética, estética e política que pode possibilitar a invenção de si e do outro. Contudo, a diretriz ético-estético-política não garante a abertura para um necessário refazer cotidiano. É o risco do instituinte se tornar instituído e dessa forma restringir a possibilidade do inusitado, do desconhecido. Outro desdobramento cotidiano sobre os sentidos da escuta diz de uma “escuta sensível” do outro, o modo como convém acessar o outro. No entanto, o que seria uma escuta sensível? A essa qualidade solidária Fuganti (2008) se refere quando faz crítica à universalidade. Sugere o autor que não podemos desejar que sempre haja acolhimento, como uma normativa, mas que do acolhimento possamos sair transformados, independente de quem acolhe ou é acolhido.

A potência da escuta está nessa relação com o outro e consigo mesmo que fomenta muito mais a produção de si pela alteridade do que a busca de uma verdade alheia ao sujeito que se deixa tomar por técnicas de confissão e de captura.

Finalizamos essas considerações recolocando a importância do perguntar no processo de análise de implicação do pesquisador. E para tanto buscamos um último fragmento de diário de campo.

A problematização do que é o presente e o atual trazida por Cardoso (1995), inspirada na pergunta foucaultiana a respeito do que nos tornamos e o que estamos nos tornando, inspira essa escrita. Provoca também o perguntar sobre que práticas se colocam na atualidade no campo da saúde coletiva no Brasil quanto à oferta da atenção a saúde no âmbito da política de atenção básica. A autora refere que “interrogar a atualidade é questioná-la

como acontecimento na forma de uma problematização” (CARDOSO, 1995, p. 53), entendendo a atualidade diferentemente do que seria o presente, pois o pensar sobre o presente o interpela e o desatualiza. Considerar a atualidade como acontecimento abre um campo de possibilidades para se pensar “qual o campo atual de experiências possíveis?” (CARDOSO, 1995, p. 54). Percebemos que essa discussão auxilia a problematização desse campo quando provoca sobre o pensar na desnaturalização das práticas enquanto desnaturalização do cotidiano. E de que modo se desnaturaliza as práticas cotidianas?

Com relação às práticas cotidianas, penso que a pesquisa-intervenção, alimentada pela perspectiva da análise institucional, pode se colocar como dispositivo que permite rupturas importantes naquilo que se coloca como natural e recorrente. É um processo inventivo e inusitado, aberto às surpresas da vida e que se fazem presentes nesse cotidiano. Entre essas surpresas que a pesquisa-intervenção e a análise institucional suscitam, trago uma última consideração sobre a experiência da pesquisa. Durante o processo, tive um sonho e lembrei de Lourau (1993) que diz que a restituição nada mais é do que se falar de coisas da vida. Ele mesmo costumava dividir seus sonhos como modo de restituição. Naquele mesmo dia havíamos passado por uma intensa experiência da ordem dos encontros, quando do anúncio dado pelo médico de família de seu pedido de demissão devido a frustrações no trabalho e da mobilização da comunidade perante o pedido que ele permanecesse. Esse encontro, que acontecera no âmbito do conselho local de saúde – ou seja, num âmbito mais institucionalizado – possibilitou abertura para processos instituintes e acionou diferentes modos de relação entre trabalhador e usuário, pois deu a ver outros campos de visibilidades e dizibilidades, diferentes dos fluxos de cuidado tão bem pensados e articulados por essa equipe.

“Nessa mesma noite tenho um sonho que fala do encontro de Sócrates e Freud. O sonho se dava numa caverna, Sócrates sentado a uma pedra escrevendo, sua voz retumbante fazia eco... Sócrates refere que já escreveu até 286 páginas por dia, mas que mesmo com toda essa produção, não conseguiu resolver a questão do amor entre os homens... Lá estava Sócrates, endereçando à Freud, através de uma carta, a resolução desse problema: ‘eu, que escrevi ate 286 paginas por dia, não consegui resolver a questão do amor entre os homens. Deixo aqui essa questão a ser resolvida pela humanidade...’ (Diário de Campo)







E há que se transformar, sempre há possibilidades de se reinventar...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLE, Giovanni Gurgel. **A Saúde no Brasil: cartografias do público e do privado**. São Paulo: Hucitec, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. Infância e história. Ensaio sobre a destruição da experiência. In: _____. **Infância e história. Destruição da experiência e origem da história**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 19-78.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo et al. **Pistas do Método da Cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 131-149.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Escutar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na Diferença: Um Abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 93-95.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAHIA, Ligia. A privatização no sistema de saúde brasileiro nos anos 2000: tendências e justificação. In: SANTOS, Nelson Rodrigues dos; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. **Gestão Pública e Relação Público Privado na Saúde** (org.). Rio de Janeiro: CEBES, 2010. p. 115-128.

BARROS, Regina Benevides de; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. Da Dor ao Prazer no Trabalho. In: SANTOS-FILHO, Serafim B.; BARROS, Maria Elizabeth Barros de. **Trabalhador da Saúde: Muito Prazer!** Protagonismo dos trabalhadores na gestão do trabalho em saúde. Ijuí: Ed Ijuí, 2007. p. 61-71.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interface**, Botucatu [online], vol.9, n.17, p. 389-394, 2005.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A Humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Cienc. Saúde Coletiva** [online], vol. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Brasília, 2011. **Edital 24/2011 PET-Saúde e Pró-Saúde** Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/edital_24_completo_15dez11.pdf Acesso em dez. 2012.

BRASIL. **Portaria n 1034/GM, de 05 de maio de 2010.** Dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis.../gm/2010/prt1034_05_05_2010_rep.html Acesso em dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde.** 2ª edição. Brasília, 2006. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/APPS_PNH.pdf Acesso em dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.** Série B, Textos Básicos de Saúde, Série Pactos pela Saúde, v.9, Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em 03 de março de 2013.

BRASIL. **Portaria n 1721/GM, de 21 de setembro de 2005.** Cria o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2005/GM/GM-1721.htm> Acesso em jan. 2013.

BRASIL. **Lei 8080, de 19 de set de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências Disponível em portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf Acesso em dez. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em dez. 2012.

BUENO, Denise; TSCHIEDEL, Rosemarie G. (org.). **A arte de ensinar e fazer Saúde.** UFRGS no Pró-Saúde II: relatos de uma experiência. Porto Alegre: Libretos, 2011.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. O SUS e a tradição dos Sistemas Nacionais e o modo liberal-privado para organizar o cuidado à saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. supl., p. 1865-1874, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12s0/09.pdf> Acesso em jan. 2013.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Efeito Paidéia e o campo da saúde: reflexões sobre a relação entre o sujeito e o mundo da vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 1, p. 19-31, 2006.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico.** 6º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 53-66, out. 1995. Disponível em www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/.../v0712/acontece1.pdf Acesso em 07 de set. 2012.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARGNIN, Daiana. **As artes de trabalhar e educar** – um estudo junto a trabalhadores da atenção básica em saúde. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira. Modelos tecno-assistenciais em saúde: da pirâmide ao círculo, uma possibilidade a ser explorada. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 469-478, jul-set, 1997.

DAVINI, Maria Cristina. Enfoques, Problemas e Perspectivas na Educação Permanente dos Recursos Humanos de Saúde. In: Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Série B, Textos Básicos de Saúde, Série Pactos pela Saúde, v.9, 2006. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acessado em 03 de março de 2013.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia, v. 4. São Paulo, Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

DI GIOVANNI, Geraldo. Entrevista concedida ao CRP/RJ sobre Psicologia e Políticas Públicas, *Jornal* n 27, março/abril 2010. Acessível em <http://www.crpj.org.br/publicacoes/jornal/jornal27-entrevistas.html>. Acessado em 20/01/2013.

FAIT, Cláudia; KESSLER, Lucenira; LANÇANOVA, Vanessa; PORCIUNCULA, Lizia; PROENÇA, Emanuele. **Atuando em unidades básicas de saúde: novas possibilidades no pensar e agir em psicologia**. Resumo publicado no Boletim da Saúde, vol. 18, n.1, jan/jun 2004. Disponível em: http://www.esp.rs.gov.br/img2/v18n1_20resumos.pdf

FEUERWERKER, Laura. Modelos tecnoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. **Interface Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.18, p.489-506, set/dez 2005.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **A Invenção do Psicológico**: quatro séculos de subjetivação. São Paulo: Escuta, 1992.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Público e Privado: rupturas e fusões. **Caderno Vida, Arte e Cultura**, Fortaleza, p. 10, abril 2007.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta** – elementos para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na Diferença: Um Abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

_____. O Pensamento, a emoção. In: _____. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 94-101.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Vigiar e Punir**. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Isso não é um Cachimbo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. Org e trad. Roberto Machado. 23 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. Uma Estética da Existência. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. Verdade, Poder e Si Mesmo. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c.

_____. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p. 231-249.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b, p. 253-278.

_____. **História da Sexualidade: o uso dos prazeres**. v. 2, 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. v. 1, 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, Túlio Batista & MAGALHÃES JR., Helvécio Miranda. Integralidade na assistência à Saúde: a organização das linhas do cuidado. In: MERHY, E. E et al. **O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**; HUCITEC, 2a. edição; São Paulo, SP. 2004, p. 125-133.

FREUD, Sigmund. (1912). Recomendações aos médicos que exercem psicanálise. In: **ESB das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Editora Imago, Rio de Janeiro, 1996. v. XII, p. 123-133.

FUGANTI, Luiz. **Biopolítica e Produção de Saúde – um outro humanismo?** Seminário “A Humanização do SUS em Debate”, Vitória, ES, junho 2008. Disponível em http://www.luizfuganti.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78:biop

olitica-e-producao-de-saude-um-outro-humanismo&catid=25:textos&Itemid=87 Acesso em fev 2013.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUTTING, Gary. Foucault's Philosophy of Experience. *Boundary*, 2, 29:2, 2002, p. 69-85.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HESS, Remi e WEIGAND, Gabriele. A escrita implicada. In **Revista Reflexões e Debates**, Universidade Metodista de São Paulo, abril 2006, p. 14-25.

JAY, Martin. El juicio de La "experiencia". In: _____. **Cantos de experiência**. Variaciones modernas sobre um tema universal. Trad. Gabriela Ventureira. Buenos Aires: Paidós, 2009a, p. 25-59.

JAY, Martin. El retorno al cuerpo mediante La experiência estética. De Kant a Dewey. In: _____. **Cantos de experiência**. Variaciones modernas sobre um tema universal. Trad. Gabriela Ventureira. Buenos Aires: Paidós, 2009b, p. 163-205.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEÃO, Marize do Socorro Vulcão. **Programa de Saúde da Família: dificuldades, méritos e contradições no município de Porto Alegre**. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

LOURAU, René. **Analista institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e Intervir. **Psicologia & Sociedade**; v.16, n.1, p. 98-107, número especial 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n1/v16n1a08.pdf>. Acesso em fev. 2013

MARQUES, Ângela. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011. Disponível em revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/7047/6056. Acesso em 12 jan. 2013.

MATTA, Gustavo Corrêa; MOROSINI, Márcia Valéria Guimarães. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/atesau.html>. Acesso em 04/03/2013.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. A reforma sanitária brasileira e as relações entre o público e o privado. In: SANTOS, Nelson Rodrigues dos; AMARANTE, Paulo Duarte de

Carvalho. *Gestão Pública e Relação Público Privado na Saúde* (org). Rio de Janeiro: CEBES, 2010, p. 180-197.

MERHY, Emerson E. & FRANCO, Túlio B., Por uma Composição Técnica do Trabalho Centrada nas Tecnologias Leves e no Campo Relacional. **Saúde em Debate**, Ano XXVII, Rio de Janeiro, v.27, n. 65, Set/Dez de 2003.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MERHY, Emerson Elias. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo e saúde. In: MERHY, Emerson Elias ; ONOKO, Rosana. (org.) **Agir em Saúde: um desafio para o público**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2006

NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 19-39.

NUNES, Everardo Duarte. Saúde Coletiva: história de uma idéia e de um conceito. **Rev. Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 5-21, 1994. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12901994000200002&script=sci_abstract Acesso em jan. 2013.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. SUS: o desafio de ser único. In: SANTOS, Nelson Rodrigues dos; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho (org). **Gestão Pública e Relação Público Privado na Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2010, p. 101-114.

O'LEARY, Timothy. Foucault, Experience, Literature. **Foucault Studies**, nº5, p. 5-25, jan. 2008. Trad. BECKER, Lisa Gertum. Disponível em: <http://www0.hku.hk/philodep/dept/to/TOFoucStuArt2008.pdf> Acesso em dez/2011

Operação da Polícia Federal faz apreensão na antiga sede do Instituto Sollus na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 jan. 2010. Disponível em <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/01/operacao-da-pf-faz-apreensao-em-antiga-sede-do-instituto-sollus-na-capital-2783379.html>. Acesso em 19 jan.2013.

PAIM, Jairnilson S; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Rev. Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998. Disponível em www.jmpbc.com

PALOMBINI, Analice de Lima et al. Cuidando do cuidador: da demanda de escuta a uma escrita de si. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 253-264, junho 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v13n2/07.pdf>

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método da pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo et al. **Pistas do Método da Cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, Eduardo et al. **Pistas do Método da Cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 150-171. p. 150-171.

PAULON, Simone M. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.3, p.18-25, set./dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a03v17n3.pdf>.

PAULON, Simone M.; ROMAGNOLI, Roberta C. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, ano 10, n.1, p.85-102, 1º quadrimestre, 2010.

PRUDENTE, Jéssica. **Tempo, Trabalho e Fotografia: a produção de praticas reflexivas nos jogos de verdade do trabalho em saúde**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

ROCHA, Marisa Lopes da. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 2, p. 169-174, maio/ago. 2006.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Kátia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência Profissão**. Brasília, v. 23, n.4, 2003.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Kátia Faria de. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n.4, p. 648-662, 2007.

ROCHA, Tatiana Gomes da Rocha; KASTRUP, Virgínia. A partilha do sensível na comunidade: interseções entre psicologia e teatro. **Estudos de Psicologia** v.13, n.2, 2008, p. 97-105. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/01.pdf>. Acesso em 12 jan. 2013.

SCOTT, Joan. The evidence of experience. **Critical Inquiry**, Vol. 17, nº 4 (Summer, 1991), p. 773-797. Trad. BECKER, Lisa Gertum. Disponível em: http://www.arts.cornell.edu/mellon/Scott_The_Evidence_of_Experience.pdf Acesso em dez/2011.

SEIXAS, Raul. Carimbador Maluco. **Raul Seixas**. São Paulo: Eldorado. p. 1983. Faixa 7.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA JÚNIOR, Aluísio Gomes da. **Modelos Tecnoassistenciais em Saúde: o debate no campo da saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SILVA, Ana Rita da S.; MELO, Edilene Belarmino S.; CARNUT, Leonardo. Revisão sistemática da literatura sobre assistência hospitalar filantrópica e privada com fins lucrativos conveniada ao Sistema Único de Saúde. **J Manag Prim Health Care**, p. 11-17, v. 2, n.1, 2010. Disponível em www.jmphc.com Acesso em 18 de janeiro de 2013.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Pedro de. Agenciar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Livia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na Diferença: Um Abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 167-170.

SPILKI, Adriana. **Qualidade Total e Processos de Subjetivação**: um estudo junto aos servidores públicos federais. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

TITTONI, Jaqueline. **Projeto de Pesquisa**: O trabalho como uma arte: as práticas e os saberes produzidos nos cotidianos de trabalho. Edital CNPq nº 14/2011 – Universal. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011a

TITTONI, Jaqueline. O fotografar, as poéticas e os detalhes. In: ZANELLA, Andéa Vieira e TITTONI, Jaqueline (org.). **Imagens no pesquisar: experimentações**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2011b, p. 125-146.

TITTONI, Jaqueline. Sobre psicologia e fotografia. In: _____. **Psicologia e Fotografia: Experiências em intervenções fotográficas**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2009, p. 7-23.

TITTONI, Jaqueline. **Trabalho, Poder e Sujeição**: Trajetórias entre o emprego, o desemprego e os “novos” modos de trabalhar. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2007.

ANEXO I

Nome da Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Título da pesquisa: O trabalho como uma arte: as práticas e os saberes produzidos nos cotidianos de trabalho

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da pesquisadora: Jaqueline Tittoni

Ao assinar este documento estou consentindo participar do estudo realizado pela pesquisadora Prof^a. Dra. Jaqueline Tittoni, sobre os temas de pesquisa: trabalho, saúde e subjetividade. O objetivo desse estudo é analisar as estratégias elaboradas pelos trabalhadores das redes de assistência em saúde, assistência social e assessoria jurídica universitária no trabalho realizado na relação direta com os usuários, ou seja, analisar os modos como estes trabalhadores criam estratégias para trabalhar com os usuários nos seus cotidianos de trabalho. Para tanto, autorizo a participação da pesquisadora nas reuniões e encontros do grupo, na realização de oficinas de fotografia e da organização de exposições fotográficas, bem como na participação nos trabalhos de assessoria junto à comunidade em geral. Nestas situações serão produzidas e discutidas as fotografias produzidas pelo grupo, de acordo com os temas a serem fotografados propostos pelo grupo e pela pesquisa. Esta prevista a realização de oito a dez encontros, o que poder[á ser modificado de acordo com o andamento do trabalho do grupo. Autorizo, também a utilização, na pesquisa proposta, das imagens por mim produzidas e de minha imagem, quando referida aos processos previstos na pesquisa.

Declaro ter recebido uma explicação clara e completa sobre as tarefas de que participarei e me submeto às mesmas de livre e espontânea vontade, reconhecendo que:

1º Foram explicados a justificativa e o objetivo da presente pesquisa, que consiste na elaboração de Dissertação de Mestrado.

2º Foi explicado o procedimento que será utilizado.

3º Poderei interromper a realização das tarefas quando desejar.

4º Em caso de qualquer desconforto gerado no momento da aplicação do instrumento poderei recorrer ao Comitê de Ética do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5º Participarei desta pesquisa sem qualquer ônus financeiro para mim.

6º Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), conforme as normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde (1996) - Resolução nº 196/96.

7º Os dados por mim fornecidos serão armazenados na sala 300F do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo período de cinco anos, após o qual serão eliminados.

8º A minha assinatura neste documento dará autorização aos pesquisadores para utilizar os dados obtidos quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos dentro das prerrogativas de sigilo e preservação de identidade inerentes à pesquisa científica.

9º Fui informado (a) de que, caso apareçam pessoas nas fotografias por mim produzidas, apresentarei o termo de consentimento livre e esclarecidos às mesmas.

10º Assino o presente documento em duas vias de igual teor, ficando uma em minha posse.

A pesquisadora responsável por este projeto é a Prof^a Dra. Jaqueline Tittoni. Este documento foi revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia, sito à rua Ramiro Barcelos, 2600, o qual poderá ser contatado pelo telefone 3308.5698 ou pelo e-mail cep-psico@ufrgs.br, e aprovado em _____. Para quaisquer esclarecimentos, a pesquisadora Jaqueline Tittoni coloca-se à disposição através do telefone (51) 3308-5468 ou pelo email jaquemin@terra.com.br

Data

Pesquisadora

Participante

Para situações de participantes menores de 18 anos, segue a seguinte autorização

Eu, _____ autorizo minha
participação neste projeto, assim como meu pai ou
mãe _____

Data

Pesquisadora